

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Trigésima-terceira Sessão Ordinária
9 - 10 de Fevereiro de 2020
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/5(XXXIV)
Original: Inglês/francês

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS
ACTIVIDADES E ESTÁGIO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA:
PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO 2019 A FEVEREIRO DE 2020

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS
ACTIVIDADES E ESTÁGIO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA:
PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO 2019 A FEVEREIRO DE 2020**

I. INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) sobre as suas Actividades e o Estado de Paz e Segurança em África é submetido à Conferência da União nos termos do Artigo 7(q) do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança. O Relatório abrange o período compreendido entre a 32ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 10 a 11 de Fevereiro de 2019, e a 33ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 9 a 10 de Fevereiro de 2020.

2. O Relatório abrange as actividades realizadas pelo CPS durante o período em análise e dá uma visão geral do estado de paz e segurança no Continente no que diz respeito a situações de conflito e crise, que são apresentadas nas suas respectivas cinco regiões geográficas da UA, nomeadamente África Central, África Oriental, África do Norte, África Austral e África Ocidental. O relatório fornece ainda detalhes sobre a situação da implementação de várias questões-chave e temáticas de âmbito continental no âmbito da implementação contínua da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) e da Arquitectura de Governança Africana (AAG).

3. É de salientar que este relatório está a ser submetido à Conferência da União num momento crítico, em que a UA e as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), com o apoio das Nações Unidas e outros parceiros, estão a intensificar e a melhorar os esforços no sentido de implementar mais eficazmente as estratégias da UA para acabar com os conflitos no Continente, silenciando assim as armas na perspectiva de criar condições para a realização de uma África livre de conflitos, integrada e próspera, tal como previsto na Agenda 2063.

4. Igualmente importante é reconhecer, neste contexto, o facto de este relatório estar a ser apresentado à Conferência numa altura em que o flagelo do terrorismo, do extremismo violento, do crime organizado transnacional e do tráfico assumiu uma escala de expansão e intensidade sem precedentes no Continente. Para além das situações no Sahel, na Bacia do Lago Chade e no Corno de África, o terrorismo está agora a alastrar-se para outras partes de África, que até agora tinham sido poupadas por este flagelo. Assim, o terrorismo tornou-se agora o principal inimigo e ameaça para o continente, o seu povo e a sua economia. Neste sentido, o terrorismo requer uma resposta robusta, sistemática e abrangente por parte da União Africana, trabalhando em estreita colaboração com todas as partes interessadas no continente.

II. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

5. Durante o período abrangido pelo relatório e em cumprimento do mandato delineado no seu Protocolo, o CPS empreendeu várias actividades, conforme indicado abaixo:

A. Formação em indução para os novos Estados Membros eleitos do Conselho de Paz e Segurança

6. É prática estabelecida do CPS que, após a eleição de novos Membros do Conselho, seja organizado um seminário de formação de iniciação, com o objetivo de preparar os novos Estados-Membros eleitos sobre o trabalho do CPS em todos os aspectos e os métodos de trabalho do CPS, antes que eles assumam seus assentos no Conselho. Assim sendo, é por extensão, um evento de orientação. Recorde-se que, durante a sua 34ª Sessão Ordinária, realizada de 7 a 8 de Fevereiro de 2019, e em conformidade com o seu mandato, o Conselho Executivo da UA elegeu/reelegeu cinco novos Estados Membros para um mandato de três anos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2019. Os cinco novos Estados-Membros eleitos/reeleitos foram a Argélia, Burundi, Quênia, Lesoto e Nigéria. Assim, o CPS organizou o seminário de formação de indução de 27 a 30 de Março de 2019, em Zanzibar, na República Unida da Tanzânia.

B. Reuniões sobre situações de conflito/crise, questões pós-conflito e renovação de mandatos

7. No cumprimento do seu mandato durante o período abrangido pelo relatório, o CPS continuou a ocupar-se activamente de várias situações de conflito e crise, bem como de questões pós-conflito no Continente. Também dedicou uma atenção significativa para considerar várias questões temáticas relacionadas com a promoção da paz, segurança e estabilidade no Continente, bem como a renovação dos mandatos de várias missões no terreno. O CPS também realizou o seu 4º Seminário Informal Conjunto e a 13ª Reunião Consultiva Anual Conjunta com os Membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas; uma reunião consultiva com a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas; uma reunião consultiva com a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos; uma reunião conjunta com as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CERs/MRs); um Retiro sobre os seus Métodos de Trabalho e levou a cabo duas missões de campo às áreas de conflito e pós-conflito no Continente.

8. O CPS realizou reuniões sobre as situações dos seguintes países: República Centro Africana, Darfur (Sudão), Gâmbia; Guiné-Bissau, Líbia, Madagáscar, Mali/Sahel, Somália; Sudão do Sul e Sudão. O CPS também analisou o ponto de situação da implementação das Decisões da Conferência/UA/Dez.679 (XXX) e Conferência/UA/Dez.695 (XXXI) sobre a harmonização da Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises (CARIC) no âmbito da Força Africana EM Estado de Alerta (FAEA) e, neste contexto, manifestou a sua profunda preocupação com os atrasos na

implementação da Matriz até 31 de Julho de 2019. Além disso, o CPS renovou o mandato da Força Conjunta Multinacional contra o grupo terrorista Boko Haram por outro período de doze (12) meses, a partir de 31 de Janeiro de 2020. O CPS também renovou o mandato da Força Conjunta do G-5 Sahel por doze meses, de 12 de Abril de 2019 a 12 de Abril de 2020. Ademais, o Conselho de Segurança da ONU prorrogou o mandato da UNAMID até Outubro de 2020, em conformidade com o Comunicado do CPS [PSC/PR/COMM.(DCCCXLVI)] adoptado na sua 846ª reunião realizada em 13 de Junho de 2019, tendo em conta os pontos de vista do Governo Transitório do Sudão sobre o assunto.

9. Ainda durante o período em apreço, o CPS analisou a disputa sobre a fronteira marítima entre a República Federal da Somália e a República do Quênia.

10. Além disso, o CPS realizou reuniões sobre questões temáticas durante o período em apreço, que incluem:

- i. Silenciar as armas em África até ao Ano 2020;
- ii. "Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas de acordo com a Iniciativa de Adaptação de África (IAA)";
- iii. Projecto de resolução sobre Silenciando as armas em África, para ser considerado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- iv. Proliferação de Armas Pequenas Ligeiras e de Pequeno Calibre e seu impacto sobre os esforços no sentido de silenciar a armas em África até ao Ano 2020;
- v. O papel das mulheres na prevenção de conflitos e Consolidação da Paz pós-conflito, com especial foco na contribuição das mulheres Refugiadas, Deslocadas Internamente e repatriadas em África;
- vi. O Nexus entre Segurança Marítima, Segurança e Desenvolvimento Sustentável da Economia Azul em África;
- vii. Prevenção da ideologia do ódio, genocídio e crimes de ódio em África; Desarmamento internacional, com particular destaque para a Convenção sobre Proibição de Minas Anti-Pessoal (APMBC) e do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW);
- viii. A luta contra o Terrorismo e o Extremismo Violento no Lago Chade e Regiões do Sahel Reforço do apoio da UA à MNJTF e a Força Conjunta G5 do Sahel G5 e consideração do mandato da Força Conjunta Sahel G5;
- ix. "Crianças afectadas por conflitos armados em África";

- x. Soluções Duradouras para o Deslocamento Forçado em África”;
- xi. O Crime Organizado Transnacional, Paz e Segurança em África;
- xii. As epidemias de saúde de interesse internacional;
- xiii. Segurança cibernética;
- xiv. A situação de migrantes africanos na Líbia;
- xv. O estado da implementação da Carta Africana sobre Segurança Marítima e Segurança e Desenvolvimento em África (Carta de Lomé);
- xvi. Protecção de Civis contra o Uso de Armas Explosivas em Áreas Povoadas (EWIPA); Proliferação Ilícita, Circulação e Tráfico de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre;
- xvii. Eclosão do Ébola na parte oriental da República Democrática do Congo (RDC);
- xviii. Desastres Naturais e Outros Desastres no Continente: Além dos Quadros Normativos;
- xix. O estado da presença militar estrangeira em África: Implicações na Implementação da Política Comum Africana de Defesa e Segurança;
- xx. Eleições em África;
- xxi. Harmonização e Coordenação dos Processos de Decisão/Divisão do Trabalho entre o CPS e os Órgãos de Política das Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais (CER/MRs) para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos e a Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África;
- xxii. Construção do Depósito Logístico Regional (RLD) da Força em Estado de Alerta da SADC;
- xxiii. Sessão de reflexão sobre o conceito de "revoltas populares" e o seu impacto na paz e segurança em África;
- xxiv. Mês Africano de Amnistia; Alterações Climáticas e o seu Impacto nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;
- xxv. Actos de Violência Xenófoba contra Migrantes Africanos na África do Sul;

- xxvi. A interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento: Rumo a um Compromisso Colectivo de Acção;
- xxvii. O Papel da Mulher nas Mudanças Sociais e na Construção da Paz: Tempo de Reconhecimento;
- xxviii. "Viver juntos em paz".E
- xxix. Juventude, Paz e Segurança em África; e
- xxx. Reconciliação Nacional, Restauração da Paz, Segurança e Reconstrução da Coesão em África".

11. No momento da finalização deste Relatório, o CPS tinha agendado uma reunião sobre as situações na Líbia e no Sahel que se realizaria a nível de Chefes de Estado e de Governo no dia 8 de Fevereiro de 2020, à margem da 33ª Sessão Ordinária da ConferênciaConferência.

C. Reuniões com outros Órgãos da União Africana

12. Em 8 de Agosto de 2019, o CPS realizou uma consulta com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) nos termos do Artigo 19 do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Além disso, em 10 de Setembro de 2019, o CPS também realizou, pela primeira vez, uma sessão interactiva com o Presidente da Comissão da UA sobre as relações de trabalho entre o CPS e a Comissão no contexto do Artigo 2º do Protocolo do CPS, dentro do espírito de reforçar a coordenação dos esforços de paz e segurança. A Conferência pode querer felicitar o CPS e a Comissão pela sua interacção e encorajá-los a reforçar ainda mais a sua coordenação em matéria de paz e segurança em África.

D. Seminários Informais Conjuntos e Reuniões Consultivas Anuais Conjuntas

13. Como parte das interacções institucionalizadas e regularizadas e também no contexto da implementação do Acordo-Quadro das Nações Unidas-UA para uma Parceria Reforçada na Paz e Segurança, assinado em Abril de 2017, o CPS realizou o seu 4º Seminário Conjunto Informal e a 13ª Reunião Consultiva Anual Conjunta com os Membros do Conselho de Segurança da ONU, respectivamente em 21 e 22 de Outubro de 2019, durante o período coberto pelo relatório. As discussões durante o Seminário Informal Conjunto centraram-se no financiamento das Operações de Apoio à Paz da UA, e nas modalidades de condução de missões conjuntas no terreno em África, com vista a promover uma análise e compreensão partilhadas das dinâmicas das situações dos países que estariam na agenda de ambos os Conselhos. O CPS decidiu que, no que diz respeito ao item da agenda sobre Financiamento AU Operações de Apoio à Paz, deve ser formulada uma posição Comum Africana pelo Comité de Peritos com o apoio da Comissão e apresentada ao CPS para sua apreciação e posterior consideração e adopção pela ConferênciaConferência. A agenda do 4º Seminário Conjunto Informal incluía: Silenciar as armas em África até ao Ano 2020 e modalidades para a realização de missões conjuntas

no terreno em África. Embora a agenda da 13ª Reunião Consultiva Anual Conjunta incluísse as situações na Líbia, Sudão do Sul, Mali e Sahel e a Implementação do Acordo Político para a Paz e Reconciliação na República Centro-Africana. Contudo, o Comunicado Conjunto para a Reunião Consultiva Conjunta Anual ainda não foi adoptado, dado que, no final da reunião conjunta, o CSNU solicitou mais tempo para finalizar as suas próprias consultas internas.

14. Devido ao calendário actividades do Conselho sobrecarregado, o 3º Seminário Conjunto Informal e a 12ª Reunião Consultiva Anual Conjunta entre o PSC e o Comité Político e de Segurança da União Europeia, incluindo uma missão de campo conjunta, que deveriam ter sido realizada e levada a cabo durante o período em análise, foram adiadas para o primeiro trimestre de 2020.

E. Reunião com a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas

15. O CPS dedicou a sua 893ª reunião, realizada em 11 de Novembro de 2019, a uma interacção anual com a Comissão de Consolidação da Paz da ONU (UNPBC). Os dois lados trocaram pontos de vista, compartilharam suas experiências, melhores práticas e lições aprendidas na estabilização pós-conflito, a reconstrução e o desenvolvimento, bem como os esforços globais de consolidação da paz em África. Salientaram a necessidade de um maior apoio, especialmente financeiro, aos esforços de construção da paz no continente.

F. Reunião com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

16. O PSC, no seu 904ª reunião realizada em 16 de janeiro de 2020, recebeu um informe pelo Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o Sr. Peter Maurer em funções e actividades da CICV na África. Durante a reunião, o CPS reconheceu o empenho e engajamento da CICV em África na execução do seu mandato com base em seus sete princípios fundamentais, a saber, a humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, Voluntariado, unidade e universalidade, orientados no sentido de garantir que a dignidade humana e da vida em conflitos armados e outras situações de violência em África permanecem protegidos. Conselho salientou a necessidade de esforços adicionais para mobilizar recursos para a protecção das populações civis afectadas por conflitos armados e outras situações de violência em África.

G. Missões de Campo para zonas em Situações de Conflito e Pós-conflito em África

17. O CPS levou a cabo duas missões de campo, nomeadamente, para o Sul Sudão, de 5 a 08 de Março de 2019; e de 28 a 31 de Julho de 2019 para a Gâmbia. De 16 a 19 de Junho de 2019, o CPS despachou sua Troika para Bissau, para trabalhar em estreita colaboração com o Governo da Guiné-Bissau, a CEDEAO, a ONU e outros parceiros internacionais com vista a encontrar uma solução para a crise no País. Em todas estas

missões de campo, o CPS manifestou a solidariedade da UA para os povos e governos, reafirmou o apoio contínuo da União Africana na busca de soluções duradouras para os desafios enfrentados pelos países visitados. Nomeadamente, o CPS colheu informações em primeira mão que facilitaram significativamente que Conselho Tomasse decisões fundamentadas sobre a situação em cada um dos países visitados. Em todos os casos, o Conselho reiterou a importância do diálogo inclusivo e genuíno como a única abordagem viável para encontrar soluções duradouras para os desafios que estão sendo enfrentados.

H. Retiros Anuais do CPS

- Retiro do CPS sobre a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AAPS)- Estudo e Métodos de Trabalho

18. O CPS realizou o seu Décimo Primeiro Retiro de 29 a 31 de Outubro de 2018, no Cairo, Egito, sobre Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AAPS)- Estudo e Métodos de Trabalho do CPS. De facto, o retiro teve lugar no contexto da deliberação relativa aos resultados do Estudo Abrangente sobre AAPS de 2002 a 2018, que integrou uma revisão da implementação da Arquitectura Africana de Governação de (AAG), de 2012 a 2018. Por outro lado, o Retiro foi orientado pela decisão da Conferência [Assembly/AU.Dec.635] adoptada em Janeiro de 2017, que tomou nota "das recomendações relativas às reformas propostas para reforçar ainda mais a União Africana, as quais, entre outros aspectos, incluíam a necessidade de "o Conselho de Paz e Segurança (CPS) ser reformado de modo a garantir que corresponda à ambição prevista no seu Protocolo, através do reforço dos seus métodos de trabalho e do seu papel na prevenção de conflitos e gestão de crises".

19. Designadamente, as deliberações deram mais ênfase às recomendações sobre o reforço da eficácia do CPS, particularmente na área da prevenção de conflitos; gestão de crises; métodos de trabalho; e tomaram nota da proposta do Reino de Marrocos anunciada durante o Retiro, a criação de um Instituto Africano para a Paz e Segurança dedicado à formação académica, investigação e estudos e promoção das políticas da UA no domínio da paz e segurança. Sobre esta questão concernente ao Instituto, o Retiro realçou a necessidade do cumprimento dos procedimentos da UA para a introdução e consideração pelos órgãos competentes da UA das novas estruturas propostas pela UA e solicitou ao Reino de Marrocos que formulasse e submetesse uma nota conceptual para acompanhar a sua proposta no processo em que a mesma deveria ser analisada pelos órgãos competentes da UA.

20. No final do seu Retiro, o CPS aprovou as Conclusões que foram posteriormente adoptadas na sua 880ª reunião, realizada a 16 de Setembro de 2019, através do Comunicado [PSC/PR/COMM.(DCCCLXXX)]. A Conferência pode querer aprovar as Conclusões do Retiro que estão anexadas a este Relatório. A Conferência pode desejar solicitar aos órgãos políticos relevantes da UA que acompanhem a implementação dos conteúdos das Conclusões do Retiro.

- **Retiro do CPS sobre o "Fortalecimento do Trabalho do Conselho de Paz e Segurança na Prevenção de Conflitos e Consolidação da Paz em África" e Métodos de Trabalho do CPS**

21. O CPS organizou o seu 12º Retiro em Rabat, no Reino de Marrocos, de 24 a 26 de Junho de 2019 sobre o tema "Reforço do Trabalho do Conselho de Paz e Segurança sobre Prevenção de Conflitos e Consolidação da Paz em África". O Retiro consolidou as realizações dos retiros anteriores do CPS sobre seus métodos de trabalho desde 2007 e, após extensas deliberações, o CPS adoptou o Manual sobre os Métodos de Trabalho do Conselho, o que representa um passo importante na execução dos trabalhos do CPS. O Manual sobre Métodos de Trabalho do CPS e as Conclusões do Retiro, adoptado pelo CPS na sua 861ª reunião, realizada em 22 de Julho de 2019, estão em Anexo. A este respeito, a Conferência poderá querer subscrever o Manual e as Conclusões do Retiro.

i. Seminário Anual de Alto Nível sobre Paz e Segurança em África

22. De 13 a 14 de Janeiro de 2020, em Libreville, Gabão, o CPS convocou o Seminário Anual de Alto Nível sobre Paz e Segurança em África sobre o tema "Silenciando as Armas em África": Criar um Ambiente Propício para Crianças em Situações de Conflito"; a nível ministerial. Essencialmente, e de acordo com a prática estabelecida do CPS, o principal objectivo do Seminário de Alto Nível preparou os novos Membros Africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (A3), nomeadamente o Níger e a Tunísia, antes de assumirem os seus lugares no Conselho de Segurança em Janeiro de 2020, sobre questões pertinentes de paz e segurança de interesse para a África e o seu povo. Note-se que o Seminário identificou acções concretas que devem ser tomadas pelos Estados Membros e pelos órgãos relevantes da UA, em cooperação com a comunidade internacional, com vista a garantir uma melhor protecção das crianças em situações de conflito em África. Além disso, o Seminário também concordou sobre as acções a serem tomadas pelo CPS e pelo A3 a fim de reforçar a cooperação e colaboração na defesa das posições, interesses e preocupações comuns africanas na agenda do Conselho de Segurança da ONU. O objectivo pretendido é preparar estes novos membros para que possam promover, defender e defender mais eficazmente os interesses de África no âmbito do processo de tomada de decisões do Conselho de Segurança da ONU. A Conferência pode querer apreciar e aprovar as Conclusões do Retiro que estão anexas a este Relatório.

ii. Actividades dos Sub-Comités do CPS: Comité de Peritos e Comité do Estado-Maior Militar

23. Durante o período abrangido pelo relatório, os Subcomités do CPS, nomeadamente o Comité de Peritos (CdP) e o Comité do Estado-Maior (CEM) continuaram a prestar apoio ao CPS. O CdP prestou o seu apoio técnico ao CPS, em particular na preparação dos documentos do CPS antes das reuniões do CPS. O CdP participou na preparação da 13ª Reunião Consultiva Anual Conjunta entre o CPS e o CSNU, na qual o Comité envolveu os Peritos do CSNU durante a fase de preparação para acordar os pontos da agenda e a

elaboração da versão inicial do comunicado conjunto. O CdP também reuniu-se para rever o relatório final do Estudo sobre Juventude, Paz e Segurança e a Estrutura sobre o papel da juventude na paz e segurança. Além disso, o CdP organizou várias reuniões para implementar as tarefas atribuídas pelo CPS.

24. Por sua vez, o CEM, para além das suas reuniões regulares sobre vários assuntos, de acordo com as atribuições dadas pelo CPS, empreendeu uma missão de campo à Base Logística Continental da ASF (CLB) em Douala, Camarões, de 11 a 12 de Abril de 2019, avaliou as condições do equipamento armazenado na Base e prestou aconselhamento sobre como o equipamento pode ser utilizado. Em conformidade com a decisão do CPS, o CEM elaborou uma matriz de implementação das recomendações fornecidas no relatório de missão de campo do CEM sobre a utilização, protecção e distribuição dos equipamentos disponíveis no CLB em Douala, bem como a finalização das Bases Logísticas Regionais. O CEM também elaborou uma matriz sobre a harmonização da CARIC no âmbito da FAEA. Além disso, o CEM elaborou um documento de posição comum sobre a questão da presença militar estrangeira e das bases militares estrangeiras em África, que, no momento da finalização deste Relatório, ainda estava para ser submetido à consideração do CPS.

III. ESTÁGIO DA PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA:

25. O panorama de paz e segurança do continente africano tem sido marcado por diversas evoluções nas diferentes situações de conflito e crise desde a 32ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada de 10 a 11 de Fevereiro de 2019. Abaixo são apresentadas as várias situações de conflito e crise dentro de cada uma das cinco regiões geográficas da UA.

A. África Central

26. A situação no **República Democrática do Congo (RDC)** continuou a melhorar durante o período em revista. No entanto, a 30 de Outubro, as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) lançaram uma nova ofensiva contra as FDLR e as Forças Democráticas Aliadas (ADF). Não obstante o acima exposto, os líderes da Região continuaram a envolver as partes para promover medidas de confiança mútua como parte dos esforços dos Garantes do Acordo Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região. Os líderes também continuaram a reforçar ainda mais a cooperação e colaboração entre os países da região, sobretudo as forças de defesa e segurança da região, para uma melhor coordenação na luta contra a persistente ameaça das forças negativas e grupos armados de milícias na região, que estão a minar a paz e a subsistência das comunidades.

27. Entretanto, S.Exa. o Presidente Tshisekedi continuou a facilitar uma maior cooperação e transparência entre os vizinhos da RDC. Durante suas visitas e conferências regionais, o Presidente Tshisekedi enfatizou a necessidade de "construir pontes e não muros" com os países vizinhos da RDC. Durante os primeiros seis meses de mandato, o

Presidente Tshisekedi visitou as Repúblicas de Angola, Burundi, Quênia, Namíbia, República do Congo, Ruanda, Tanzânia e Uganda. Uma das suas principais mensagens foi o compromisso sustentado com a estratégia unificada para enfrentar o desafio dos combatentes armados. Ademais, em Junho de 2019, o Presidente Tshisekedi solicitou formalmente a adesão da RDC à Comunidade da África Oriental (EAC). O CPS, na sua 903ª reunião realizada em 10 de Janeiro de 2020, recebeu um informe sobre a situação na região dos Grandes Lagos, e aludiu à melhoria das condições na RDC, ao mesmo tempo que apelava ao apoio internacional para sustentar estes ganhos positivos.

28. Em 3 de Maio de 2019, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) e o Gabinete do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos (OESG-GL), em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento do Ruanda, convocaram uma reunião consultiva regional em Kigali, Ruanda, que apelou à promoção do papel do sector privado no apoio à paz e à estabilidade na região.

29. É de notar que a região nordeste da RDC tem continuado a lutar contra o surto da doença do vírus do Ébola desde Agosto de 2018, que até agora já causou mais de 2.200 mortes. Neste contexto, os Centros Africanos de Controlo de Doenças (CDC africanos) estão a acompanhar de perto o surto e a prestar apoio técnico à RDC.

30. A Conferência pode querer elogiar os esforços que estão a ser desenvolvidos por S.Exa. O Presidente Felix Tshisekedi e outros líderes da região para promover a paz e estabilidade na RDC e também para promover boas relações de vizinhança com e entre os países da região, inclusive na luta contra o Ebola. A Conferência pode desejar instar ao Presidente da Comissão a agilizar a nomeação de um novo Representante Especial da UA para a RDC, de modo a facilitar os compromissos de alto nível directos e contínuos com o Governo da RDC. A Conferência também pode querer manifestar a sua gratidão a MONUSCO, parceiros bilaterais e multilaterais da RDC, pelo seu contínuo apoio à estabilização da RDC, como evidenciado pelos recentes ganhos de paz e estabilidade alcançados na região de Kasai. A Conferência pode querer apelar aos Estados Membros da UA, organizações internacionais e comunidade internacional a apoiarem os actuais esforços da RDC no desenvolvimento de infra-estruturas e recuperação socioeconómica, nomeadamente nas regiões afectadas pelo conflito, e instar os Estados Membros a prestarem assistência aos esforços contra a epidemia do vírus Ébola. A Conferência pode querer apelar à comunidade internacional para que providencie apoio financeiro ao programa DDR na RDC e encorajar todos os parceiros a participarem também na Conferência sobre o Comércio e o Investimento da Região dos Grandes Lagos, prevista para ter lugar em Kigali, em Março de 2020.

31. A UA, através do CPS, tem continuado a acompanhar a evolução da situação política e de segurança na **República do Burundi**. O impasse sobre o Diálogo Inter-Burundi e os preparativos para as eleições gerais previstas para Maio de 2020, continuaram a ter impacto na evolução política no Burundi. Neste sentido, a Comissão da UA tem continuado a trabalhar em estreita colaboração com a Comunidade da África

Oriental (EAC) para apoiar as partes Burundesas no relançamento do Diálogo Inter-Burundês. É necessário um diálogo inclusivo que promova um clima propício à consolidação e preservação da paz e estabilidade, em preparação para a realização de eleições transparentes, livres e justas em 2020.

32. Dados os persistentes desafios, o Facilitador do Diálogo Inter-Burundês, o ex-presidente Benjamin Mkapa da República da Tanzânia, renunciou ao seu cargo em Fevereiro de 2019. Entretanto, o Presidente Yoweri Museveni da República do Uganda, que continua a servir como mediador da EAC para o processo de paz no Burundi, continuou a explorar novas formas e meios de renovar o ímpeto do processo de paz.

33. Para criar um ambiente propício para as próximas eleições, em 16 de Agosto de 2019, o Conselheiro Sénior de Comunicação do Presidente, o Porta-voz Adjunto do Presidente e o Secretário-Geral do Governo deram uma conferência de imprensa subordinada ao tema "Eleições 2020: desafios e perspectivas", na qual instaram aos Burundeses a permanecerem calmos e a evitarem acções que possam perturbar as eleições e causar uma nova instabilidade. Posteriormente, em 20 de agosto de 2019, por sua vez, o Presidente Nkurunziza declarou que os três objetivos que ele havia estabelecido no início do seu mandato no cargo haviam sido plenamente alcançados, a saber: (a) restauração da paz, segurança e justiça para todos; (b) monitorização da boa governação e democracia; e (c) desenvolvimento inclusivo e sustentável. Observou que o Burundi estava se tornando mais independente financeiramente e auto-suficiente. Apelou aos Burundeses para se precaverem contra a desestabilização do país. A nível político, os preparativos para as eleições de 2020 estão em curso e o Governo já tinha lançado uma campanha nacional de angariação de fundos para as eleições, enquanto os órgãos responsáveis pela organização das eleições estão gradualmente a ser criados e o registo parcial dos eleitores já começou.

34. Por sua vez, o Presidente da Comissão, S.Exa. Moussa Faki Mahamat, recebeu uma delegação de alto nível do Burundi a 3 de Outubro de 2019, na sede da União Africana, para trocar impressões sobre a forma como a UA poderia melhor apoiar os esforços do Burundi para reforçar a paz, a segurança e a estabilidade. A este respeito, o Presidente realçou o facto de o Burundi estar a atravessar um momento crucial da sua história ao preparar-se para as suas eleições gerais em 2020. Reiterou a necessidade de se garantir que tais eleições sejam livres, justas e inclusivas, de modo a manter a estabilidade do país. Ele reiterou o apoio da UA a todos os esforços em prol de uma solução duradoura, pacífica e consensual para os desafios enfrentados pelo Burundi.

35. Entretanto, também em agosto de 2019, a oposição havia solicitado um adiamento ou um boicote das eleições, afirmando que os preparativos para as eleições estavam a decorrer num clima de medo e de contracção do espaço político e destacou discursos de ódio, actos de assédio e restrições aos direitos civis e políticos, tais como a liberdade de expressão. Em 10 de Setembro de 2019, oito ex-membros do Conselho Nacional pelo Respeito do Acordo de Arusha, da Constituição de 2005 e do Estado de Direito (CNARED) criaram uma nova plataforma de oposição no exílio chamada "Coalition des Forces de

l'Opposition burundaise pour le Rétablissement de l'Accord d'Arusha". Note-se também que, em Agosto de 2019, os líderes dos partidos políticos Burundeses e os governadores provinciais assinaram uma trégua de um mês, durante a qual procuraram formas apropriadas para acabar com a intolerância política. Subsequentemente, foi convocada uma reunião de acompanhamento, presidida pelo Primeiro Vice-Presidente e pelo Ministro do Interior, em 24 de Setembro, em Bujumbura.

36. É de salientar que, durante o período em análise, a situação de segurança permaneceu relativamente estável. Na sequência das queixas registadas por alguns líderes políticos e Bispos sobre a situação política e de segurança no país, as autoridades Burundesas enviaram mensagens apelando aos jovens politicamente filiados, para que se abstenham de quaisquer actos de violência e intolerância. Por outro lado, o Governo estabeleceu um quadro de consulta mensal entre o Ministro do Interior, líderes dos partidos políticos e governadores provinciais, para rever regularmente a situação e propor as melhorias necessárias.

37. Na frente humanitária, alguns sinais positivos continuaram a surgir. Durante o período em análise, houve um regresso gradual dos refugiados e deslocados internos sob a supervisão das autoridades do país. É de notar que, desde a assinatura do acordo de repatriamento com o Governo da Tanzânia, o Burundi tem registado retornos significativos de refugiados.

38. A Conferência pode querer elogiar o Presidente Pierre Nkurunziza por estar a cumprir com o compromisso assumido de respeitar a Constituição no que diz respeito ao limite dos mandatos presidenciais. A Conferência pode também desejar louvar ao Governo do Burundi pelas medidas práticas tomadas para enfrentar os desafios do país, bem como iniciar o processo preparatório das eleições, especialmente a criação de uma Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) em 31 de Agosto de 2018, de acordo com o Código Eleitoral do Burundi; e uma Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) composta por 13 membros, segundo o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, assinado em 28 de Agosto de 2000; a adopção do Roteiro de Kayanza para as eleições; e a publicação do calendário eleitoral pela CENI, entre outros. A Conferência pode instar ao Governo, bem como aos partidos políticos, a trabalharem juntos para a boa organização das eleições de 2020. A Conferência pode também querer apelar ao Governo para que intensifique os seus esforços na criação de um ambiente político favorável que permita o regresso e a livre participação dos adversários políticos exilados no processo eleitoral. A Conferência pode querer ainda apelar ao Governo e aos grupos da oposição para que intensifiquem os esforços com vista a finalizar um acordo consensual e inclusivo que esteja em conformidade com o espírito e o teor do Acordo de Arusha. A Conferência pode também quer apelar a Comunidade da África Oriental (EAC), a UA e a Organização das Nações Unidas (ONU) a alinharem estreitamente os esforços no sentido de dar o tão necessário impulso ao processo político no Burundi. A Conferência também pode querer elogiar o trabalho dos Observadores dos Direitos Humanos e Peritos Militares da UA destacados no país desde 2015. A Conferência pode, mais uma vez, querer reiterar o seu apelo à União Europeia para que levante as sanções impostas ao Burundi, de modo a

criar condições favoráveis para facilitar a recuperação socioeconómica do país. A Conferência pode desejar apelar à comunidade internacional a providenciar o apoio económico e financeiro necessário com vista a consolidar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento no Burundi.

39. A situação geral na **República Centro-Africana (RCA)** tem sido marcada pela redução da violência em todo o país, desde a assinatura do Acordo Político para a Paz e Reconciliação na República Centro-Africana (APPR-RCA). A redistribuição efectiva da autoridade do Estado continua em várias localidades ou prefeituras. Por exemplo, todos os 16 Prefeitos tomaram posse, e 66 dos 71 Vice-Prefeitos foram destacados, apesar das dificuldades relacionadas com a falta de infra-estruturas para o seu funcionamento e a situação de segurança em várias Prefeituras. A primeira fase da formação das Unidades Especiais de Segurança Conjunta (USMS), que foi lançada em 16 de Outubro de 2019, em Bouar, no Noroeste do país, na presença do Presidente da República, S.Exa. Faustin-Archange Touadéra, terminou em meados de dezembro 2019. Estão em curso consultas para o lançamento da segunda fase e o destacamento do primeiro lote formado.

40. Contudo, apesar dos progressos substanciais realizados na implementação do Acordo de Paz, subsistem ainda vários desafios em relação ao programa nacional de DDRR e, em geral, ao cumprimento dos compromissos e prazos estabelecidos no APPR pelo Governo e pelos grupos armados signatários. Os massacres de Ouham-Pende (Lemouna, Koundjili e Bohong), em Maio de 2019, confrontos entre os elementos da Frente Populaire pour la Renaissance de la Centrafique (FPRC - Frente Popular pela Renascença da República Centro-Africana) e do Mouvement des Libérateurs centrafricains pour la Justice (MLCJ - Movimento dos Libertadores pela Justiça da África Central), em Setembro de 2019, em Birao, Conflitos entre elementos da Unidade para a Paz na África Central (UPC) e das Forças Armadas da África Central (FACA), em Novembro de 2019, em Bambari, bem como entre elementos do Movimento Patriótico para a República Centro-Africana (MPC) e das FACA em Kaga Bandoro, que resultaram em perda de vidas, foram fortemente condenados.

Apesar dos ataques esporádicos de grupos armados no país, a restauração da paz deve ser saudada no Distrito PK5, onde, após a acção das Forças Conjuntas FACA, FSI e MINUSCA, após os mortíferos ataques de Dezembro de 2019 contra os comerciantes. A mesma operação continua em diversos sectores em todo o país.

41. A UA e os parceiros da RCA continuam a encorajar o Governo e as outras partes da África Central a promover um clima de confiança para a implementação efectiva do Acordo de Paz. De 4 a 7 de Outubro de 2019, o Embaixador Smaïl Chergui, o Comissário da União Africana para a Paz e Segurança, Jean Pierre Lacroix, Subsecretário Geral das Nações Unidas, responsável pelas Operações de Manutenção da Paz, e o Director Geral do Serviço de Acção Externa da União Europeia, empreenderam a sua segunda Missão Conjunta na República Centro-Africana. No final das suas consultas com o Presidente Faustin Archange Touadéra e os actores envolvidos, os 3 funcionários apelaram ao cumprimento dos compromissos relativos à implementação do Acordo de Paz, apelando

à comunidade internacional para a sua forte mobilização em torno do financiamento e apoio aos prazos eleitorais de 2020-2021.

42. A estreita cooperação entre as partes interessadas do Comité Executivo de Acompanhamento (CEA) do Acordo Político para a Paz e Reconciliação na República Centro-Africana (APPR-RCA), co-presidido pelo Representante Especial do Presidente da Comissão, Embaixador Matias Bertino Matondo, bem como da convocação, em 3 de Dezembro de 2019, em Bangui, da Sexta Sessão do CEM, deve ser saudada. O CEA está actualmente a passar por algumas dificuldades funcionais, o que teve impacto na sua sétima sessão, planeada para 20 de Janeiro de 2020. Estes incluem a adopção de uma nova lei sobre descentralização, a revisão da regulamentação sobre partidos políticos, a adopção de uma lei sobre o estatuto dos antigos Chefes de Estado, a implementação imediata das modalidades de livre circulação e remoção de barreiras ilegais, a preparação de um plano de gestão da transumância a nível nacional e sub-regional.

43. O principal desafio para 2020 continua a ser a organização atempada das eleições presidenciais. Para o efeito, toda a classe política está a mobilizar-se. Os ex-presidentes da República no exílio, François Bozizé e Michel Djotodia, regressaram ao seu país para participar no processo político. O Governo da CAR criou, em 6 de Dezembro de 2019, um "Comité Estratégico de Apoio ao Processo Eleitoral" com o objectivo de reunir esforços para um acompanhamento regular de cada passo e dar apoio ao calendário de acção, estabelecido pela Autoridade Nacional Eleitoral (ANE). Os Estados Membros da UA e a comunidade internacional são chamados a dar assistência técnica e financeira para a organização adequada destas eleições, e a apoiar a implementação de projectos de desenvolvimento socioeconómico, recuperação e construção da paz na RCA. Do mesmo modo, a prolongada crise política e de segurança tinha minado as bases do desenvolvimento socioeconómico da RCA e exige a mobilização de todos os recursos do Continente para corrigir a situação. Especificamente, a RCA deve continuar a receber atenção e apoio para implementar as suas actividades de reconstrução pós-conflito, à medida que emerge do conflito.

44. A nível humanitário, o ACNUR contou, de Janeiro a Setembro de 2019, o regresso espontâneo de mais de 357.000 refugiados e Deslocados Internos às suas respectivas regiões, apesar da deplorável situação observada no Campo de Birao, onde a tensão entre dois grupos armados signatários do APPR persiste num contexto de conflito inter-étnico. As necessidades humanitárias foram reduzidas de 2,9 milhões para 2,6 milhões de dólares e de acordo com as tendências publicadas pelo ACNUR, 30.000 voltarão às suas regiões em 2020.

45. A Conferência poderá desejar instar todas as partes interessadas da África Central a fazerem todos os esforços para organizar as eleições nacionais de 2020-2021 a tempo, no estrito cumprimento das leis da África Central e do Acordo Político para a Paz e Reconciliação de 6 de Fevereiro de 2019. A Conferência pode querer elogiar o Presidente Faustin Archange Touadera pelos seus esforços para construir um consenso inclusivo no seu país, nomeadamente através do diálogo que ele iniciou com os antigos Chefes de

Estado da RCA, François Bozizé, Michel Djotodia e Catherine Samba-Panza. A este respeito, a Conferência pode querer exortar as partes Centro-Africanas a intensificarem o diálogo, com o apoio dos Garantes do Acordo. A Conferência pode também desejar solicitar aos Estados Membros da UA e à comunidade internacional que dêem assistência técnica e financeira às autoridades da África Central para a organização eficaz das eleições e da reconstrução e desenvolvimento económico da RCA. A Conferência pode desejar enfatizar a importância do cumprimento das promessas financeiras feitas pela comunidade internacional para apoiar projectos de desenvolvimento para promover os dividendos da paz. A Conferência pode também querer louvar os esforços da Comissão de Consolidação da Paz da ONU, e particularmente do Egipto, na sua qualidade de Vice-Presidente da UNPBC e do Reino de Marrocos, Presidente da Configuração da RCA da ONU, pelos seus esforços e dedicação na mobilização de apoio aos esforços de paz na RCA e na defesa dos interesses dos países Africanos na agenda da UNPBC, inclusive através do Grupo Africano em Nova Iorque.

46. A situação na **República dos Camarões** é caracterizada pela crise sociopolítica que começou em Outubro de 2016 nas regiões anglófonas do Noroeste e Sudoeste dos Camarões, que se transformou em conflito armado no final de 2017. Sete milícias armadas posicionaram-se na maioria das áreas rurais destas regiões. As forças de segurança nacional, de facto, reagiram lentamente, mas desde meados de 2008, têm tido impacto nos separatistas com os consequentes desafios humanitários. Apesar destes esforços, a situação tem continuado a manifestar confrontos militares.

47. Continuaram a surgir iniciativas para promover o diálogo quando, em julho de 2018, líderes religiosos anglófonos (católicos, protestantes e muçulmanos) anunciaram um plano para realizar uma Conferência Geral Anglófona como um primeiro passo para um diálogo nacional inclusivo. A maioria dos anglófonos favoreceu esta iniciativa, embora com pré-condições.

48. Em 10 de Setembro, Sua Excelência o Presidente Paul Biya propôs um diálogo nacional com o objectivo de abordar o conflito de dois anos entre o seu Governo e os separatistas anglófonos com as partes que se prendem a condições prévias. De facto, o Diálogo oferece uma série de esperanças para os Camarões encontrarem uma base comum para enfrentarem os seus desafios nacionais, particularmente a situação nas regiões noroeste e sudoeste, pois não pode haver uma solução militar para a crise. O que é mais crítico nos recentes esforços de paz é a aceitação de um facilitador neutro que a UA representa. Por sua vez, o Presidente da Comissão, S.Exa. Moussa Faki Mahamat, empreendeu uma visita aos Camarões em 26 de Novembro de 2019 para consultas com as autoridades nacionais camaronesas sobre questões relacionadas com o diálogo e como preparar o caminho para uma solução duradoura para os desafios que se colocam. A Comissão da UA comprometeu-se a apoiar o Diálogo Nacional para ajudar as partes interessadas camaronesas a superar os desafios em questão e a satisfazer as aspirações de todas as regiões constituintes da República. Espera-se que as eleições previstas para Fevereiro de 2020 aumentem ainda mais a participação de todos os intervenientes no processo político.

49. A Conferência pode desejar registar com apreço os esforços do Governo dos Camarões para a convocação do Diálogo Nacional, incluindo o envio da caravana de paz dentro do país, e a concessão de um estatuto especial à parte ocidental do país, dominada pela insurreição, com o espírito de dar uma oportunidade à paz. A Conferência também pode desejar felicitar ao Governo pela libertação dos líderes políticos e prisioneiros responsáveis pela auto-declaração separatista da " República da Ambazônia " das regiões do noroeste e sudoeste. A Conferência pode desejar encorajar o Presidente da Comissão a continuar os seus esforços para ajudar o povo camaronês a encontrar uma solução duradoura para a crise no seu país e informar o CPS.

B. África Oriental

50. A situação nas **Comores** é marcada pelos esforços com vista a fazer face aos desafios relacionados com as eleições presidenciais que foram organizadas em 24 de Março de 2019 para eleger o Presidente da União e os Governadores das Ilhas. As Missões de Observação Eleitoral da União Africana, do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Força de Reserva da África Oriental e da Comunidade da África Oriental (EAC), enviaram as suas missões para as Comores para observar as eleições acima mencionadas, emitiram uma Declaração Conjunta na qual declararam não estar em condições de se pronunciar sobre a transparência e credibilidade das eleições de 24 de Março de 2019. Após os resultados provisórios terem sido anunciados pela Comissão Nacional Eleitoral Independente (CENI) em 26 de Março de 2019, eclodiram actos de violência que resultaram na perda de vidas humanas.

51. Neste contexto, a 29 de Março de 2019, o Presidente da Comissão emitiu uma declaração à imprensa, na qual, entre outros aspectos, tomou nota da Declaração Preliminar Conjunta das Missões Internacionais de Observação Eleitoral, exortou as autoridades comorianas, bem como todos os outros actores políticos, a exercerem a máxima contenção, apelou a estes últimos para que estabelecessem rapidamente um diálogo inclusivo, a fim de encontrar juntos as formas e os meios que permitam preservar os ganhos obtidos após a longa crise separatista e institucional vivida pelo Arquipélago das Comores e encontrar uma solução consensual para os desafios actuais; salientou que qualquer contestação dos resultados eleitorais deve ser feita exclusivamente através dos canais legais e reiterou a disponibilidade da UA, como uma extensão dos esforços feitos no período que antecede as eleições, para ajudar os actores comorianos a encontrar uma solução negociada para a situação. A 3 de Abril de 2019, as autoridades Comorianas reagiram à declaração feita pelo Presidente da Comissão da UA.

52. Quanto à Missão de Observação da Liga dos Estados Árabes, declarou que as eleições foram conduzidas de forma pacífica, apesar dos incidentes. Por sua vez, em 31 de Março 2019, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) felicitou o povo e o Governo das Comores, bem como a CENI, pela organização de eleições pacíficas. A SADC encorajou as partes interessadas nacionais e internacionais a respeitar a soberania e a integridade territorial das Comores.

53. Em 2 de abril de 2019, a Suprema Corte das Comores proclamou os resultados finais das eleições presidenciais e dos Governadores das Ilhas. O Presidente cessante, Azali Assoumani, ganhou a votação com 59,09% dos votos.

54. A Coordenação da Oposição apresentou, em 10 de Setembro de 2019, ao Supremo Tribunal das Comores um pedido de inconstitucionalidade contra a Lei n.º 19-001/ AU que autoriza o Presidente da União das Comores a tomar, por decreto, os textos relativos à organização das eleições dos membros do Parlamento da União das Comores, deliberado e aprovado pela Conferência da União, em 3 de Setembro de 2019.

55. A primeira volta das eleições legislativas e municipais foi organizada a 19 de Janeiro de 2020 nas Comores. A oposição comorense boicotou as referidas eleições. É importante notar que a oposição anunciou, em 7 de Outubro de 2019, a sua não participação nas referidas eleições, justificando a sua decisão com a lição aprendida com as eleições passadas, durante as quais os processos eleitorais foram viciados por fraudes maciças e pelo não cumprimento do código eleitoral. A segunda volta está prevista para 23 de fevereiro de 2020.

56. A convite do Governo da União das Comores, o Presidente da Comissão decidiu enviar, de 13 a 24 de Janeiro de 2020, uma Missão de Observação Eleitoral (MOEUA), composta por 30 observadores, para a primeira volta das referidas eleições naquele país. Esta Missão de Observação foi liderada pelo Sr. Bernard Makuza, ex-Primeiro Ministro e ex-Presidente do Senado da República do Ruanda.

57. Na sua declaração preliminar, em 21 de Janeiro de 2020, a Missão da UA, entre outros aspectos, salientou que a primeira volta das eleições dos Representantes da Nação teve lugar num ambiente político marcado pela falta de consenso entre os actores políticos, o que resultou na não participação da oposição política, e que o boicote da oposição enfraqueceu o carácter inclusivo e competitivo das referidas eleições. A Missão notou a falta de interesse do povo, que resultou, em vários lugares, numa incomum falta de interesse entre os eleitores, tanto durante a campanha eleitoral como no dia da votação. Neste sentido, a Missão exortou os actores a continuar a trabalhar pela paz e unidade na União das Comores. Também fez uma série de recomendações destinadas a melhorar os futuros processos políticos e eleitorais na União das Comores.

58. A Conferência pode desejar reiterar a disponibilidade da UA para continuar a sua facilitação nas Comores, com vista a resolver todas as questões pendentes e encorajar a Comissão da UA e o CPS a continuar a apoiar as Comores nos seus esforços de diálogo político, a fim de resolver, por consenso, todas as questões pendentes. A Conferência pode apelar urgentemente a todas as partes interessadas Comorianas a regressem à mesa de negociações sem quaisquer pré-condições com vista a, entre outros aspectos, encontrar uma solução negociada para as suas diferenças, no interesse de promover a estabilidade política e a reconciliação no país. Finalmente, a Conferência pode incentivar

ao Presidente da União das Comores a intensificar o processo de libertação dos presos políticos e a promover o consenso na gestão dos assuntos do Estado.

59. A situação na **Somália** tem continuado a avançar rumo à recuperação política, de segurança, económica e social. Este progresso é o resultado do foco contínuo da Somália nas prioridades nacionais que são guiadas pelo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e pelos quadros do Plano de Transição da Somália. O Governo Federal da Somália (GFS) tem continuado a orientar as prioridades nacionais como parte da consolidação da paz e também para criar condições para a recuperação socioeconómica. No entanto, a Somália ainda precisa do apoio da UA, da IGAD e dos parceiros para aproveitar e sustentar os esforços em curso para uma estabilização eficaz, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em todo o país. Mais ainda, a Somália continua a ser desafiada pelo grupo terrorista Al-Shabaab, que continua a lançar ataques contra instituições estatais, civis e AMISOM, ao mesmo tempo que representa uma ameaça para a região.

60. A UA, através da AMISOM, tem continuado a apoiar os esforços do Governo Federal para assegurar uma política inclusiva, particularmente a melhoria das suas relações com os Estados Membros Federais. Isto incluiu o apoio à preparação das eleições a nível estatal no Jubaland e os esforços da FGS e das autoridades do Jubaland para enfrentar a situação política na sequência imediata das eleições. As relações de cooperação entre o Governo Federal e seus Estados Membros Federais não só são essenciais, mas também são centrais para a resolução de disputas que poderiam ajudar a Somália em sua trajetória rumo à estabilização e à paz sustentável. Neste contexto, a AMISOM continua a apoiar todos os esforços para melhorar as condições de segurança e permitir um ambiente que facilite a estabilização política, a reconciliação e os processos de reconstrução pós-conflito em toda a Somália.

61. Durante o período em análise, houve progressos notáveis no sentido da reconciliação no Estado de Galmudug, incluindo a reconciliação inter-clãs e intra-clãs, bem como perspectivas de que a realização de eleições regionais credíveis sirva como uma boa base para a estabilidade a longo prazo. O processo de reconciliação em Dhusamareeb apoiado pelo destacamento das tropas da AMISOM em agosto de 2019, que incluiu todos os clãs e principais atores políticos do Estado de Galmudug, possibilitou discussões sobre o futuro do Estado e o tipo de relações que eles querem estabelecer. O processo Dhusamareeb é um passo louvável que pode ser construído e alinhado adequadamente para se adequar aos contextos de outros estados para facilitar a reconciliação em toda a Somália.

62. O CPS, com o apoio da Comissão, continuou empenhado em ajudar a Somália a acelerar os seus esforços para garantir a estabilidade e estender a autoridade do Estado a todo o país. Neste sentido, a UA tem continuado a apoiar o trabalho que está a ser realizado no contexto do Plano de Transição da Somália e do Plano de Desenvolvimento Nacional para a estabilização, recuperação, democracia e prosperidade. Também é notável o progresso feito no processo de revisão constitucional através da finalização da

revisão de 15 capítulos da Constituição Provisória. Em novembro de 2019, foram implementados planos para realizar consultas públicas e engajamento cívico em todo o país a este respeito. Estão a ser elaboradas opções para aprofundar o federalismo, incluindo o federalismo fiscal para garantir políticas inclusivas e uma governação eficaz em toda a Somália. Em setembro de 2019, foi convocado um Evento de Alto Nível sobre a Somália, em Nova York, à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o Presidente da Comissão exortou ao Governo da Somália a facilitar o sufrágio universal até 2020/2021, através da sua comissão parlamentar para o desenvolvimento da Lei Eleitoral, a fim de acelerar a finalização desta lei. Instou-o também a rever e adoptar rapidamente a Lei dos Partidos Políticos, bem como a criação da task force de segurança para as eleições federais, que foi criada em Outubro de 2019. A reunião apelou à comunidade internacional para ajudar no alívio da dívida em apoio aos esforços do país para reanimar a economia.

63. Tem havido um esforço significativo no sentido de melhorar a cooperação entre o Governo Federal e a maioria dos seus Estados-Membros e de reforçar os contactos com um amplo espectro de actores políticos, muito especialmente a criação dos gabinetes de segurança regionais tem contribuído para a melhoria da cooperação. Isto é crucial para facilitar a implementação das prioridades nacionais que são orientadas pelos quadros do Plano de Transição da Somália e do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). Isto também inclui esforços para melhorar a segurança e a estabilidade em toda a Somália. A geração de forças e integração de forças regionais para continuar a constituir o Exército Nacional da Somália e as Forças de Segurança para lutar lado a lado com a AMISOM, como parte da implementação do Plano de Transição da Somália, é extremamente crítica. Esses esforços têm gerado resultados positivos em áreas libertadas do Al Shabaab, em particular, na região do Baixo Shebelle. O reforço contínuo das forças de segurança somalis continua a ser extremamente importante, dado que, até Fevereiro de 2020, espera-se que a AMISOM reduza a força das suas tropas em mais 1000, como parte da sua retirada. Neste contexto, é essencial que o Governo Federal aprimore efectivamente seus planos para a assunção de responsabilidades de segurança, após a entrega a ser feita pela AMISOM em 2021.

64. Por sua vez, o CPS tem enfatizado várias vezes que qualquer futura retirada ou reconfiguração da AMISOM, bem como a entrega de locais, é guiada pelas condições reais no terreno. Isto também deve ser baseado na capacidade e competência das Forças de Segurança da Somália para garantir segurança e estabilidade. Esta insistência é com o objectivo de salvaguardar os ganhos conquistados na Somália, ganhos esses que vieram através de enormes sacrifícios da AMISOM com o apoio dos Estados Membros da União. A Comissão da UA tem continuado a exortar a ONU e parceiros a trabalhar com a AMISOM na determinação do ritmo de geração de forças e integração das forças regionais do FMS nas Forças de Segurança Nacional da Somália.

65. Apesar da redução dos níveis das suas tropas, e respondendo às exigências de segurança prevaletentes no teatro de operações, a AMISOM tem continuado a proteger os centros populacionais, a assegurar as Principais Rotas de Abastecimento (MSRs) e a

fornecer escoltas de comboio para garantir a circulação segura de pessoas, bens, a distribuição de assistência humanitária e permitir que os FGS e FMS desempenhem as suas funções de governação, e a conduzir operações ofensivas específicas para perturbar e degradar o Al Shabaab. Neste contexto, é de salientar que, embora a sua capacidade tenha sido gravemente degradada pelas operações combinadas da AMISOM e das Forças de Segurança da Somália, o grupo terrorista Al-Shabaab continua a representar sérias ameaças à Somália e ao seu povo, à AMISOM e à região em geral.

66. A AMISOM também continuou a implementar projetos de impacto rápido para gerar dividendos de paz para a população local. Além disso, a AMISOM continuou a alinhar sua postura em toda a Somália e, até agora, três dos cinco sectores da AMISOM estabeleceram contingentes móveis para garantir uma reacção rápida às ameaças dentro da sua área de operações. Lado a lado com nossas actividades operacionais na frente militar, a polícia da AMISOM tem continuado a apoiar o fortalecimento da capacidade institucional do Ministério da Segurança Interna e do estado regional de HirShabelle através do treinamento e orientação de policiais federais e estaduais regionais. o desdobramento da componente civil da AMISOM nas regiões tem registado alguns progressos durante o período em análise.

67. A Conferência pode querer encorajar ao GFS, assim como às outras partes interessadas, a continuar a promover soluções consensuais e a empenhar-se sempre num diálogo nacional inclusivo e genuíno para enfrentar os seus desafios. A Conferência pode desejar apelar a todos os parceiros internacionais para ajudar os somalis neste sentido e evitar qualquer interferência externa que vá contra os esforços para acabar com o conflito no país. A Conferência também pode querer apelar para a necessidade de acelerar a geração das Forças de Segurança Somalis necessárias para empreender operações conjuntas com a AMISOM, manter territórios recentemente libertados, proteger centros populacionais e assegurar as Principais Rotas de Abastecimento (MSRs), pois estes esforços criarão condições favoráveis que permitirão à Somália assumir efectivamente as responsabilidades de segurança da AMISOM até 2021.

68. A situação na **República do Sudão** continuou a melhorar, após a assinatura do 'Acordo Constitucional' em 17 de Agosto de 2019, pelo Conselho Militar de Transição (TMC) e pelas Forças de Liberdade e Mudança (FFC); embora com desafios. Como se deve recordar, em Dezembro de 2018, o Governo do Sudão impôs medidas de austeridade de emergência para corrigir a economia em crise. Essas medidas levaram a manifestações no país por causa da queda do nível de vida e subsequentes demandas públicas pela remoção do ex-presidente Hassan Omar al-Bashir e seu governo. Em 9 de abril de 2019, o presidente Hassan Omar al-Bashir foi finalmente destituído do cargo num golpe de estado feito pelo Exército. Esta situação resultou na emissão de um comunicado pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, guiado pela doutrina da UA sobre mudanças inconstitucionais de Governo, em 15 de Abril de 2019, no qual se apelava ao recém-criado Conselho Militar de Transição (TMC) para que instalasse uma autoridade civil de transição. O CPS realçou que a não instalação de um tal governo levaria à suspensão da participação do Sudão em todas as actividades da UA. Os militares sudaneses não

abriram alas para uma Autoridade de Transição liderada por civis dentro do prazo estabelecido pelo CPS. Isto levou o CPS, a suspender a República do Sudão da participação em todas as actividades da UA, a 6 de Junho de 2019. Na ocasião, o CPS reiterou a sua exigência da criação de uma Autoridade Transitória liderada por civis como única forma de permitir que o Sudão saísse da sua crise.

69. À luz destes desenvolvimentos no Sudão, a Comissão da UA empreendeu várias iniciativas estratégicas destinadas a reforçar o processo de paz no Sudão. Entre outros aspectos, o Presidente da Comissão da UA visitou o Sudão e manteve conversações com as partes interessadas sobre a necessidade da restauração do governo civil. No âmbito da IGAD, o Primeiro Ministro etíope, Dr. Abiy Ahmed, também visitou o Sudão em 7 de Junho de 2019. A Comissão da UA e a IGAD deram posteriormente uma contribuição significativa para assegurar um acordo de paz entre as partes interessadas. Além disso, a República Árabe do Egito, na sua qualidade de Presidente da União, desenvolveu esforços, incluindo a convocação de uma Cimeira Consultiva dos Parceiros Regionais em 23 de Abril de 2019, no Cairo, Egito, em busca de soluções pacíficas para a crise no Sudão. Subsequentemente, foi convocada uma reunião de acompanhamento a nível ministerial em Junho de 2019, em Adis Abeba, com o objectivo de encorajar o diálogo entre as partes sudanesas.

70. Após extensas negociações, o TMC e o FFC, em conformidade com as disposições da declaração política, assinaram o Documento Constitucional em 17 de Agosto de 2019. O Acordo prevê que o Conselho Conjunto Soberano Militar-Civil deve governar o Sudão durante 39 meses. O Documento Constitucional também delinea as prioridades do período de transição, que incluem o estabelecimento, e delinea as funções, das instituições de transição, que incluem o Conselho de Soberania, o Governo Transitório, o Poder Judiciário, as Comissões Nacionais, incluindo a Comissão de Construção da Paz, e a Comissão para investigar os assassinatos de 3 de Junho de 2019. O Governo de Transição inclui a primeira ministra dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Asmaa Abdallah. Tendo em conta estes desenvolvimentos positivos no Sudão, o CPS levantou a suspensão da participação do Sudão nas actividades da UA, em 6 de Setembro de 2019. As partes sudanesas devem ser encorajadas a garantir a implementação rigorosa do Acordo de Cartum sobre o estabelecimento do novo Governo de transição civil e das instituições de transição, onde, em particular, no final de 21 meses, o Conselho Nacional Soberano será então presidido por um líder civil durante os próximos 18 meses, a que se seguirão eleições no final do período de transição.

71. Entretanto, a UA, em colaboração com as Nações Unidas e o Governo do Sudão, organizou um Evento de Alto Nível sobre o Sudão, no dia 27 de Setembro de 2019, à margem da 74ª sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. O Evento de Alto Nível contou com a presença de delegações de 57 Estados Membros, seis organizações internacionais e entidades da ONU. Foi uma oportunidade atempada para o novo Governo do Sudão expor a sua visão para o próximo período de transição, incluindo os seus desafios e necessidades, e para procurar o apoio da comunidade internacional.

72. Durante as suas observações ao Diálogo de Alto Nível, o primeiro-ministro sudanês Abdallah Hamdok enunciou as prioridades imediatas do seu governo, nomeadamente parar a guerra e construir uma paz abrangente e inclusiva com os grupos armados no Sudão, incluindo no Darfur, no Nilo Azul e no Kordofan do Sul (as Duas Áreas); abordar a crise económica e tomar medidas para orientar o Sudão para um caminho de recuperação económica, reestruturar e reformar as instituições do Estado; reforçar o Estado de direito e desenvolver processos de justiça transitórios em várias camadas; combater a corrupção e iniciar o processo de recuperação dos bens roubados; e melhorar e assegurar a merecida participação das mulheres nas estruturas e processos governamentais. O Primeiro-Ministro Hamdok delineou alguns dos desafios que esperava encontrar para levar por diante estas prioridades e expressou as suas expectativas quanto à assistência que será necessária aos parceiros externos, incluindo as instituições multilaterais, durante este período.

73. Na ocasião, os participantes da reunião manifestaram o seu total apoio ao Governo de Transição Sudanês e encorajaram-nos, bem como a todas as outras partes interessadas, a trabalhar colectivamente para a conclusão bem sucedida do período de transição, sublinhando ao mesmo tempo a importância de a comunidade internacional permanecer unida no apoio às autoridades nacionais. Também manifestaram apoio à UA e à IGAD para continuar os seus esforços de acompanhamento do Sudão durante o período de transição. A reunião exigiu o levantamento de todas as sanções económicas e a exclusão do Sudão como patrocinador estatal do terrorismo, uma vez que a falta de assistência ao Sudão a este respeito corre o risco de minar a paz nascente e a recuperação socioeconómica do país.

74. Durante o período em análise, o Governo de Transição continuou a tomar medidas para lidar com situações negativas que ocorreram durante o governo do ex-presidente Omar al-Bashir. Como consequência, o ex-presidente permanece na prisão desde a sua expulsão em abril de 2019, enfrentando acusações de corrupção, ganhos financeiros ilícitos e suborno. Entretanto, em novembro de 2019, enquanto a nova administração continuava a fazer mudanças para garantir o retorno da paz e estabilidade no país, o governo de transição aprovou uma lei ordenando a dissolução do antigo Partido do Congresso Nacional (NCP) do ex-presidente Hassan Al Basher e a confiscação de seus bens conforme exigido pelos cidadãos. O Governo também impôs uma proibição do uso de quaisquer "símbolos" do antigo regime para os próximos 10 anos. Além disso, em Novembro de 2019, o Governo de Transição promulgou leis para substituir as anteriores que tiveram um impacto negativo nos cidadãos, em particular nas mulheres.

75. Entretanto, o Primeiro-Ministro Hamdok visitou os Estados Unidos da América, no início de dezembro de 2019, para dialogar com as autoridades sobre como abordar as principais preocupações, especialmente a retirada do Sudão da Lista de Patrocinadores Estatais do Terrorismo dos EUA, os desafios económicos relacionados e o restabelecimento das relações diplomáticas. O Governo do Sudão defende que a designação de patrocinador do terrorismo mina o novo governo e o pune pelos crimes do regime anterior. É um facto conhecido que remover o Sudão da lista de terroristas permitirá

ao novo governo procurar alívio da dívida e permitir o aumento do investimento e comércio internacional e regional. O Governo do Sudão está a lutar para enfrentar o enorme fardo da dívida, pairando cerca de 60 mil milhões de dólares e também para atrair comércio e investimento. Continua a ser um facto que a economia está numa espiral descendente e que os preços dos alimentos básicos e dos medicamentos estão a subir.

76. A visita do Primeiro Ministro aos Estados Unidos da América, embora não tenha facilitado a retirada do Sudão da lista de patrocinadores estatais do terrorismo, permitiu, pelo menos, consultas diplomáticas mutuamente benéficas sobre como pôr fim a essas pressões. Além disso, a visita também resultou em uma aproximação diplomática com os dois países, concordando em elevar as representações diplomáticas. Em 1994, os EUA baixaram o nível da sua representação diplomática no Sudão.

77. Quanto à questão dos movimentos armados e segundo o Acordo de 39 meses, de Agosto de 2019, o governo de transição tem seis meses para completar os acordos de paz com todos os grupos armados no Sudão. Estas conversações de paz foram iniciadas sob a liderança do Presidente Salva Kiir do Sudão do Sul, em Juba. A este respeito, o Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Smaïl Chergui, empreendeu uma visita de um dia a Juba no dia 25 de Novembro de 2019 e encontrou-se com o Presidente Salva Kiir. Durante a sua reunião, o Comissário garantiu ao Presidente o apoio da UA ao processo de paz. Neste sentido, a UA desempenhou um papel crítico de apoio aos esforços de mediação empreendidos de 10 a 20 de Dezembro de 2019 em Juba.

78. Durante o período coberto pelo relatório, a Comissão da UA, em parceria com as Nações Unidas, empreendeu uma visita ao Sudão de 7 a 9 de Outubro de 2019 para consultar a liderança do Sudão e sublinhar o apoio contínuo de ambas as Organizações durante o período de transição. Subsequentemente, o CPSUA foi informada sobre esta visita em 10 de Outubro de 2019. Neste contexto, o CPS concordou que a UNAMID deveria continuar suas operações em Darfur e manterá o mesmo nível de pessoal civil e uniformizado, ao mesmo tempo em que avançará com outros aspectos de sua retirada. Assim, a UNAMID continuará a concentrar o seu apoio: a) no processo de paz, b) na criação de mecanismos de apoio ao acordo de paz que deverá ser assinado em Dezembro de 2019, e c) na Comissão de Paz. A AUPSC salientou que era, portanto, importante que se utilizassem recursos adequados para que a Missão cumprisse o seu mandato de acordo com as prioridades imediatas listadas acima.

79. A 13ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da IGAD realizou-se em 29 de Novembro de 2019 em Adis Abeba, Etiópia, sob a presidência de Sua Excelência S. Exa. Dr. Abiy Ahmed Ali, o primeiro-ministro da República Federal Democrática da Etiópia. A reunião elegeu a República do Sudão como presidente da IGAD e expressou a sua confiança de que, sob a liderança do Sudão, a IGAD alcançará novos patamares na realização da integração regional e da cooperação política entre os países da região. A Cimeira apreciou ainda e agradeceu à República Federal Democrática da Etiópia pelo papel central que desempenhou na condução e liderança do trabalho da IGAD como presidente durante mais de uma década.

80. Dado o contexto acima referido, a Conferência pode querer felicitar o Sudão por ter sido eleito Presidente da IGAD e reafirmar o seu apoio ao novo papel do Sudão e à sua cooperação contínua no trabalho pela paz, estabilidade e desenvolvimento da região e do continente. A Conferência pode querer elogiar o Conselho Soberano Transitório e o Governo Transitório do Sudão pela sua cooperação contínua, compromisso e envolvimento coordenado na abordagem dos múltiplos desafios que o país enfrenta. A Conferência pode querer ainda incentivar a todos os intervenientes Sudaneses a manterem a dinâmica até agora mobilizada, particularmente uma forte coordenação e cooperação entre as autoridades de transição, uma vez que isso restabelecerá a confiança do povo do Sudão nas instituições nacionais. A Conferência pode querer prestar homenagem aos esforços envidados pelo Presidente da União, S.E. O Presidente Abdel Fattah El-Sisi do Egipto, o Primeiro-Ministro da Etiópia, S.Excia. Dr. Abiy Ahmed, na sua qualidade de Presidente da IGAD, bem como pelo Presidente da Comissão, S. Excia. Moussa Faki Mahamat e também elogiar o trabalho realizado pelo Enviado Especial do Presidente da Comissão, Professor Mohamed El-Hacen Lebatt, o Representante Especial do Presidente do Sudão, o embaixador Mohamed Bellaiche, eo enviado especial do primeiro-ministro da Etiópia , Embaixador Mohamud Dirir no sentido de encontrar uma solução para a crise no Sudão. A Conferência pode também querer saudar o acolhimento das conversações relativas ao processo de paz no Sudão entre o Governo de Transição, sob os auspícios do Presidente Salvar Kiir, e, a este respeito, apreciar os esforços que estão a ser desenvolvidos pelo IGAD e pelos países da região. Além disso, a Conferência pode também considerar apelar à comunidade internacional que levante todas as sanções económicas e financeiras impostas ao Sudão, bem como retirar o Sudão da lista de patrocinadores estatais do terrorismo, com vista a reforçar o desenvolvimento económico, encorajar os investimentos estrangeiros e promover a paz sustentável no Sudão. A Conferência pode desejar solicitar ao Presidente da Comissão que continue com os seus esforços no apoio ao Sudão durante o período de transição.

81. A Conferência pode querer elogiar tanto o Governo do Sudão como a UNAMID pelos seus esforços de colaboração e compromisso na implementação da resolução 2429 do Conselho de Segurança da ONU sobre o saque e também elogiar o Conselho de Segurança da ONU por estender o mandato da UNAMID até 31 de Outubro de 2020 através da resolução 2495 do Conselho de Segurança da ONU. A Conferência pode ainda querer sublinhar o significado de manter a paz em Darfur através do investimento em projectos de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a Conferência pode também querer encorajar a Comissão da UA, juntamente com a Equipa de País das Nações Unidas (UNCT) e a UNAMID, a empreender iniciativas estratégicas que garantam a mobilização eficaz de recursos, incluindo fundos para a estabilização e desenvolvimento do Darfur. A Conferência pode ainda encorajar a ONU a fornecer apoio financeiro para a construção da paz, desenvolvimento e programas de estabilidade em Darfur.

82. Durante o período do relatório, a situação na **República do Sudão do Sul** caracterizou-se pela continuação do impasse entre as partes em conflito sobre a formação do Governo de Transição Revitalizado de Unidade Nacional. Desde a assinatura, em 12 de Setembro de 2018, do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República

do Sul do Sudão (R-ARCSS), o CPS tem seguido constantemente os desenvolvimentos no terreno e reuniu-se várias vezes, encorajando as partes sudanesas do Sul a honrar os seus compromissos e a aliviar o povo do Sul do Sudão do desespero que continua a dominar as suas vidas. A Comissão da UA continuou a parceria com várias partes interessadas e IGAD nos seus esforços para a plena e efectiva implementação do R-ARCSS. A Comissão da UA empreendeu uma missão conjunta co-dirigida pelo Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Smail Chergui e o Sub-Secretário Geral da ONU Sr. Jean Pierre LaCroix ao Sul do Sudão em 10 e 11 de Maio de 2019, para consultas com as partes interessadas sobre a necessidade de implementar eficazmente o Acordo e preparar o caminho para o estabelecimento de um Governo provisório. Também participaram na missão os Embaixadores do Comité Ad hoc de Alto Nível da UA para o Sul do Sudão (C5), nomeadamente o Chade, África do Sul, Nigéria e Ruanda, bem como o representante da Argélia. A missão enfatizou a importância do compromisso e devoção das partes para a implementação integral do R-ARCSS; como único meio de acabar com a crise no seu país. O CPS também realizou uma visita de campo ao Sudão do Sul, de 5 a 8 de Março de 2019, na qual manifestou a solidariedade da UA a ambos, povos e governos, reafirmando o apoio contínuo da UA na busca de soluções duradouras para os desafios enfrentados no seu país. Nomeadamente, o CPS colheu informações em primeira mão que facilitaram significativamente que Conselho Tomasse decisões fundamentadas sobre a situação no Sudão do Sul.

83. Em Julho de 2019, à margem da reunião inaugural dos Chefes de Estado e de Governo da UA e das Comunidades Económicas Regionais, em Niamey, Níger, o C5 reuniu-se a nível de Ministros e deliberou sobre a situação no Sudão do Sul. Dada a preocupação internacional sobre a possibilidade de não formação do Governo Transitório até 12 de Novembro de 2019, os Ministros C5 decidiram visitar o Sudão do Sul para encorajar as partes interessadas a formar o Governo Interino em 12 de Novembro de 2019. Finalmente, o C5 concordou em visitar o Sudão do Sul em 05 de novembro de 2019. Contudo, a visita foi adiada à luz da então planeada Cimeira de Entebbe, agendada para 7 de Novembro de 2019. Neste contexto, o Presidente Cyril Ramaphosa, o Presidente do C5, Enviou o Vice-Presidente da África do Sul, S. Exa. David Mabuza de 12 a 16 de Novembro de 2019 para Uganda, Sudão e Sudão do Sul. Durante esta missão, o Vice-Presidente realçou o contínuo apoio continental através da C5 ao processo de paz. No momento da finalização deste Relatório, o C5 tinha acordado convocar uma reunião a nível de Chefes de Estado e de Governo, à margem da 33ª Sessão Ordinária da Conferência, para rever a evolução da situação no Sudão do Sul.

84. Entretanto, de 7 a 11 de Setembro de 2019, o Presidente Salva Kiir e o Dr. Riek Machar realizaram uma histórica primeira reunião cara a cara desde a assinatura do Acordo Revitalizado, em Juba. Os dois ainda se encontraram novamente em 21 de outubro de 2019. Em ambas as reuniões, os dois discutiram questões prementes de Estado, incluindo os Arranjos de Segurança, Número e Limites dos Estados, bem como o financiamento para acelerar a implementação do Período Pré-Transicional Alargado para a formação do Governo Transitório Revitalizado de Unidade Nacional (R-TGoNU), que termina a 12 de Novembro de 2019.

85. Luz do processo de implementação do R-ACRSS, em 7 de Novembro de 2019, os Garantes do Acordo reuniram-se, a nível de Cimeira, em Entebbe, Uganda, sob os auspícios do Presidente da República de Uganda, S.Exa. Yoweri Museveni. A República do Sudão do Sul foi representada por S. Exa. Salva Kiir Mayardit, enquanto a República do Sudão foi representada pelo Presidente do Conselho Soberano, S. Exa. Abdalfatah Alburhan eo SPLM-IO foi representada pelo seu Presidente Dr. Riek Machar Teny. A reunião concordou em estender o Período Pré-Transicional por cem (100) dias para permitir que tarefas pré-transicionais críticas pendentes sejam concluídas.

86. Em 9 de Novembro de 2019, o Conselho de Ministros da IGAD convocou uma reunião, em Adis Abeba, e aprovou os resultados da reunião da Entebbe. Durante essa reunião, a UA sublinhou a necessidade urgente de os Sudaneses do Sul abordarem todas as principais tarefas pré-interinas pendentes. Salientou ainda a necessidade de assegurar que não haverá mais extensões a fim de satisfazer as aspirações do povo do Sul do Sudão a um governo estável. O CPS, na sua 905ª reunião realizada em 27 de Janeiro de 2020, recebeu um briefing sobre a situação no Sudão do Sul e reiterou o seu apelo ao Governo de Transição do Sudão do Sul para a formação do R-TGoNU antes/até 22 de Fevereiro de 2020.

87. A Conferência pode querer elogiar os esforços envidados por S.Exa. Presidente Yoweri Kaguta Museveni do Uganda e do Chefe do Conselho Soberano do Sudão, HE Abdel-Fatah Al-Burhan para a convocação da Cimeira de Entebbe. A Conferência pode ainda querer louvar S. Exa. O Presidente Salva Kiir Mayardit e o Dr. Riek Machar por terem chegado a um consenso durante a Cimeira de Entebbe. A Conferência pode também desejar instar ao Governo do Sudão do Sul que desembolse rapidamente os fundos restantes para a implementação do Acordo de Paz, de acordo com o compromisso assumido pelo Presidente Salva Kiir Mayardit, em Maio de 2019. A Conferência poderá querer felicitar os Estados-Membros que tenham concedido apoio financeiro e material ao Governo do Sul do Sudão, incluindo o Egipto, a Nigéria e a África do Sul e, neste contexto, a Conferência poderá ainda apelar aos outros Estados-Membros para que também dêem contribuições. A Conferência poderá também apelar à comunidade internacional em geral para que alargue o apoio financeiro, material e logístico ao processo de paz no Sul do Sudão, especialmente as disposições transitórias de segurança para ajudar o acantonamento rápido, o rastreio, o treino e o destacamento das Forças Unidas necessárias do Sul do Sudão (NUF); para a protecção dos oficiais durante o processo interino do Acordo de Paz.

88. A Conferência poderá querer exigir o respeito necessário de 22 de Fevereiro de 2020 para a formação do Governo de Transição e manifestar a sua preocupação com as tarefas críticas pendentes pré-transicionais que são cruciais para a formação do R-TGoNU, particularmente no que diz respeito às Disposições de Segurança Transitórias e à determinação do número e dos limites dos Estados. A Conferência poderá também querer apelar às Partes para que continuem a dialogar para abordar questões pendentes, críticas para a plena implementação do Acordo Revitalizado e para o estabelecimento do R-TGoNU. A Conferência pode querer reafirmar a solidariedade da União Africana com o

povo e o Governo do Sudão do Sul nas suas aspirações de restaurar a paz e a estabilidade duradouras, e de fazer avançar o desenvolvimento do seu país.

C. África do Norte

89. A situação na **Líbia** tem sido marcada em grande parte por violações recorrentes do cessar-fogo por parte das forças aliadas ao Governo do Acordo Nacional e do Exército Nacional Líbio (LNA), lideradas pelo General Haftar. A situação é ainda agravada pela crescente interferência política e militar estrangeira no país.

90. Na sua 844^a reunião realizada em 24 de Abril de 2019 sobre a situação na Líbia, o CPS exigiu um cessar-fogo imediato e incondicional e instou veementemente as partes em conflito a exercerem a máxima contenção, a colocarem o supremo interesse da Líbia e do seu povo acima de tudo e a retomarem imediatamente o diálogo como a única abordagem viável para encontrar uma solução consensual e sustentável para os actuais desafios que o país enfrenta. Além disso, o CPS, na sua 857^a reunião de 5 de Julho de 2019, realizada em Niamey, Níger, considerou também a situação na Líbia e a situação dos migrantes africanos naquele país. O Conselho enfatizou o papel central da UA, trabalhando em estreita colaboração com os países da região, na busca de uma solução duradoura para a crise na Líbia. Além disso, o CPS, na sua 883^a reunião realizada em 27 de Setembro de 2019, em Nova Iorque, a nível ministerial, reiterou a sua profunda preocupação com a gravidade da situação prevalecente na Líbia e as suas perigosas repercussões na segurança e estabilidade da região e do continente na sua conjuntura. O CPS salientou a sua convicção da necessidade de um envolvimento eficaz e urgente da UA na busca de uma solução política duradoura para a crise na Líbia, proporcionando condições para uma vida digna e reconciliação ao povo líbio.

91. De 12 a 13 de Março de 2019, o Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Smail Chergui e a Subsecretária Geral das Nações Unidas para os Assuntos Políticos e a Consolidação da Paz, Rosemary DiCarlo, realizaram uma visita conjunta à Líbia, onde se encontraram com o Presidente do Conselho Presidencial e do Alto Conselho de Estado em Trípoli, com o Presidente da Câmara dos Representantes e com o Líder do Exército Nacional Líbio no leste da Líbia. A visita salientou a necessidade de um diálogo político para abordar os múltiplos desafios que a Líbia enfrenta, incluindo a questão dos migrantes. Por sua vez, o Presidente da Comissão, S.Exa. Moussa Faki Mahamat, também realizou uma visita de trabalho à Líbia 1-2 de Abril de 2019, acompanhado pelo Comissário para a Paz e Segurança. A UA também participou da reunião do Quarteto Líbio realizada em 31 de Março de 2019, à margem da Cimeira da Liga dos Estados Árabes no Cairo, Egipto, onde voltou a sublinhar a sua posição sobre a nomeação de um enviado conjunto UA-ONU para a Líbia, com vista a melhorar a coordenação e reforçar os esforços das duas organizações, com base num roteiro único a ser elaborado por esse enviado conjunto, como instrumento de apoio unificado aos esforços de paz dos líbios.

92. Em 7 de Julho de 2019, o Comité de Alto Nível da União Africana para a Líbia realizou a sua reunião a nível de Chefes de Estado e de Governo, por iniciativa do seu

Presidente, S.Exa. Presidente Denis Sassou Nguesso, à margem da primeira Cimeira de Coordenação UA-RECs, em Niamey, Níger. O Comité reiterou a centralidade da UA na procura de uma solução duradoura para a crise na Líbia e apelou aos intervenientes líbios para que criem um ambiente propício à promoção do diálogo e da reconciliação nacional com o apoio do CPS, da Comissão da UA e dos países vizinhos. O Comité também reafirmou o imperativo de que todos respeitem a unidade, a soberania e a integridade territorial da Líbia. O Comité também enfatizou o apelo à nomeação de um Enviado conjunto UA-ONU para a Líbia.

93. Por outro lado, a Força Tarefa Conjunta ONU-UA para a Paz e Segurança também realizou a sua 17ª reunião consultiva na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, em 21 de Setembro de 2019 e, entre outras questões, discutiu a situação na Líbia e também reiterou o apelo à nomeação de um Enviado conjunto UA-ONU para a Líbia. No entanto, durante a 13ª Reunião Consultiva Anual Conjunta do CPS e do Conselho de Segurança da ONU, este último mostrou-se relutante em aceitar a proposta da UA relativa à nomeação do Enviado Conjunto. Em 27 de Setembro de 2019, na sua 883ª reunião, o CPS, a nível ministerial, solicitou ao Presidente da Comissão da UA, em conformidade com o Protocolo do CPS, que desempenhasse o seu papel e tomasse as medidas concretas necessárias, em estreita consulta com a ONU, para assegurar o envolvimento efectivo da UA, com vista à resolução da crise Líbia.

94. A situação na Líbia continua a agravar-se e está a ser piorada pelo envolvimento de actores externos, bem como pela violação do embargo de armas decretado pelo Conselho de Segurança da ONU. É neste contexto que, em 3 de Janeiro de 2020, o Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, expressou profunda preocupação com a deterioração da situação na Líbia e com o sofrimento contínuo do povo Líbio. Reiterou o compromisso inabalável da União Africana com uma solução política inclusiva na qual todos os actores políticos e sociais desempenham o papel principal. Apelou ainda à comunidade internacional a unir esforços com África para promover uma resolução rápida e pacífica desta crise, que pode ter consequências perigosas para o país, a região e o continente como um todo.

95. Posteriormente, em 8 de Janeiro de 2020, os presidentes da Federação Russa e da Turquia emitiram uma declaração conjunta apelando a todas as partes na Líbia para que cessem as hostilidades em 12 de Janeiro, declarem um cessar-fogo sustentável e se reúnam imediatamente em torno de uma mesa de negociações. Consequentemente, as partes formalizaram um acordo de cessar-fogo em Moscovo a 13 de Janeiro de 2020 e acordaram em determinar uma linha de batalha para assegurar o cumprimento das condições de cessar-fogo, bem como para garantir o acesso, a entrega, o armazenamento e a distribuição em segurança da assistência humanitária às pessoas necessitadas. Em 19 de Janeiro de 2020, o Presidente da UA, Denis Sassou Nguesso, Presidente da República do Congo, e o Presidente do Comité de Alto Nível da UA para a Líbia, Abdel Fattah el-Sisi, Presidente da República Árabe do Egipto (Presidente da UA), o Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, outros parceiros internacionais também participaram nessa reunião.

96. É necessário que a UA intensifique os seus esforços, continuando a utilizar as lições aprendidas de intervenções em outros países africanos confrontados com dinâmicas em constante mudança. A UA tem de reforçar ainda mais a sua própria capacidade de mediação e desenvolver um roteiro concreto de intervenção para além das reuniões consultivas ad hoc. O diálogo inter-liberiano de reconciliação nacional deve ser implementado pela UA, alistando os esforços dos países vizinhos, em parceria com a comunidade internacional em geral, a fim de encontrar uma paz sustentável na Líbia.

97. No final da Conferência de Berlim, as partes Líbias afirmaram o seu forte compromisso com a soberania, a independência, a integridade territorial e a unidade nacional da Líbia. Concordaram que só um processo político liderado pela Líbia e pertencente à Líbia pode pôr fim ao conflito e trazer uma paz duradoura. Comprometeram-se ainda com um plano de resolução abrangente para a Líbia, incluindo a implementação efectiva do embargo de armas do Conselho de Segurança da ONU. Ademais, o documento sobre a Líbia deve ser aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU e tornar-se parte do processo de resolução política. Entretanto, os participantes da Conferência comprometeram-se a não interferir no conflito armado ou nos assuntos internos da Líbia e exortaram todos os actores internacionais a fazer o mesmo. No momento da finalização deste relatório, o CPS tinha agendado uma reunião sobre a situação na Líbia e no Sahel, a ser realizada a nível de Chefes de Estado e de Governo, em 8 de Fevereiro de 2020, com vista a forjar uma estratégia abrangente da UA para a resolução da crise na Líbia.

98. A Conferência pode desejar saudar a cessação das hostilidades pelas partes líbias e encorajá-las a finalizar um cessar-fogo permanente. A Conferência pode ainda querer aprovar o Comunicado da 8ª Reunião do Comité de Alto Nível da UA para a Líbia, realizada em 30 de janeiro de 2019, em Brazzaville, Congo, que, entre outros aspectos, condenou veementemente a continuação dos combates na Líbia e as interferências externas que minam os esforços de paz na Líbia. A Conferência pode também desejar saudar os resultados da Conferência de Berlim, especialmente o compromisso dos parceiros internacionais de se absterem de interferir no conflito armado ou nos assuntos internos da Líbia e exortar todos os actores internacionais a fazerem o mesmo. A Conferência pode ainda querer apelar ao Comité de Alto Nível da UA para a Líbia para que apoie o processo político inclusivo liderado pelos Líbios e apropriado pela Líbia como um caminho para um cessar-fogo permanente, e também, como condição prévia para o fórum de reconciliação. A Conferência pode querer reafirmar a posição da UA segundo a qual não há solução militar para a actual crise na Líbia e pode querer apelar ao reforço dos esforços no sentido de se encontrar uma solução política e pacífica para o conflito na Líbia, em conformidade com as disposições do Acordo assinado pelas partes Líbias em 2015, em Skhirat, Marrocos. A Conferência pode querer reiterar o apelo à ONU para a nomeação de um Enviado Conjunto UA/ONU para a Líbia, no interesse de esforços harmonizados, coordenados e fortalecidos. A Conferência pode ainda desejar solicitar uma maior cooperação e coordenação entre a UA, a UE, a ONU, a Liga dos Estados Árabes e as partes interessadas na Líbia, a fim de acelerar a procura de uma solução duradoura para a crise actual. A Conferência pode também desejar solicitar ao Presidente da

Comissão a desempenhar o seu papel e tomar as medidas concretas necessárias, em estreita consulta com a ONU, para assegurar o envolvimento efectivo da UA, tendo em vista a resolução da crise Líbia. A Conferência pode desejar louvar o papel dos países vizinhos da Líbia, na busca de uma solução para a crise actual, incluindo a recente reunião realizada em 23 de Janeiro de 2020 em Argel, na Argélia. A Conferência pode também desejar apelar ao Presidente da Comissão da UA a tomar as medidas necessárias, em estreita coordenação com a ONU, com vista a assegurar que os esforços da UA e da ONU sejam estreitamente coordenados.

D. África Austral

99. É notório que a **África Austral** está a desfrutar de relativa paz e estabilidade. Estes são elementos-chave que devem impulsionar os esforços da região rumo a um desenvolvimento e integração acelerados. Além disso, dada a devastação causada pelo ciclone Idai em Março de 2019, no Malawi, Moçambique e Zimbábue, levando a vários milhares de mortos, muitos feridos e destruição de infra-estruturas e propriedades, a região poderia também procurar maximizar a utilização da sua situação estável para melhorar as estratégias de mitigação contra desastres naturais e secas. Mas, mais importante ainda, a região não é poupada do flagelo do terrorismo, aliado ao extremismo violento e ao crime organizado transnacional, bem como à proliferação ilícita de armas/armamentos e ao tráfico.

100. Embora haja uma relativa paz e estabilidade na região, vale a pena louvar os esforços feitos pelos intervenientes Moçambicanos, nomeadamente o Governo e a RENAMO, que assinaram um Acordo de Paz em Agosto de 2019, com vista a pôr fim às hostilidades armadas entre as forças do Governo e a RENAMO. Este Acordo representou um marco nos esforços nacionais em Moçambique para pôr fim a anos de conflito no país. Neste contexto, o Presidente da Comissão emitiu uma declaração à imprensa a 2 de Agosto de 2019, saudando o Acordo como um marco histórico no sentido de silenciar as armas em Moçambique. Além disso, a parte norte de Moçambique, incluindo as áreas fronteiriças com a vizinha Tanzânia, enfrenta o risco de excesso de actividades terroristas provenientes das regiões do continente que já são afectadas por este flagelo.

101. Durante o mês de setembro de 2019, houve actos de violência xenófoba contra migrantes Africanos na África do Sul. O CPS foi imediatamente assumiu a situação na sua agenda. Neste contexto, o Conselho dedicou sua 877^a reunião, realizada em 11 de setembro de 2019, a uma sessão aberta sobre o tema: O CPS manifestou preocupação com a violência xenófoba e elogiou o Governo da África do Sul pela sua rápida acção para resolver a situação, bem como pela sua determinação em tomar medidas para evitar uma nova escalada da situação. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão que interagisse plenamente com o Governo da África do Sul sobre os actos de violência xenófoba, a fim de avaliar a situação dos migrantes Africanos na África do Sul. Além disso, o CPS exortou a Comissão da UA a acelerar a realização de uma Conferência Continental, em colaboração com todos os Estados Membros da UA, que servirá de plataforma para destacar a fundo a questão da xenofobia, incluindo as suas causas profundas, com vista

a encontrar uma abordagem Continental colectiva sobre a melhor forma de prevenir a sua recorrência no Continente.

102. A Conferência pode querer felicitar aos países da região da África Austral pela manutenção da paz e estabilidade, nomeadamente através do reforço da boa governação, do combate à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos e do reforço da cooperação interestatal, o que manifesta o compromisso colectivo na região de silenciar as armas. A Conferência também pode querer incentivar aos países da região a reforçar ainda mais as estratégias de mitigação contra desastres naturais e secas e a continuar trabalhando juntos para combater o terrorismo, o extremismo violento, a radicalização, o tráfico e o crime organizado transnacional. A Conferência pode ainda querer felicitar aos Moçambicanos pela organização bem sucedida de eleições pacíficas em Outubro de 2019 e incentiva-os a continuar os seus esforços na implementação do Acordo de Paz e no avanço da paz, reconciliação e estabilidade no país, o que pode gerar condições mais propícias à recuperação e desenvolvimento socioeconómico.

E. África Ocidental

103. Durante o período em apreço, a República da Guiné-Bissau realizou com sucesso as eleições legislativas em 10 de Março de 2019. Este movimento foi visto como um grande passo que fazia ressoar a esperança na resolução das longas crises políticas institucionais que o país enfrenta desde 2015. No entanto, a recusa do Presidente em nomear um novo Primeiro-Ministro após as eleições e o seu fracasso em anunciar uma data para as eleições presidenciais mergulhou o país noutra onda de crise institucional até à intervenção da UA, da CEDEAO e dos parceiros.

104. Dada a gravidade da situação, o CPS, de 16 a 19 de Junho de 2019, enviou a sua Troika a Bissau, para trabalhar em estreita colaboração com o Governo da Guiné-Bissau, a CEDEAO, a ONU e outros parceiros internacionais na busca de uma solução para a crise no país, incluindo a preparação para a realização das próximas eleições presidenciais e para o apoio técnico previsto para a revisão da Constituição. A visita da Troika conseguiu obter um compromisso do Presidente da República, que fixou 24 de Novembro de 2019 como data para as eleições presidenciais e 29 de Dezembro para um possível segundo turno. Na sequência das eleições realizadas na Guiné-Bissau, o CPS, na sua 905ª reunião realizada em 27 de Janeiro de 2020, recebeu uma actualização sobre a situação no país. O CPS saudou a realização bem sucedida de uma primeira volta pacífica das eleições presidenciais na Guiné-Bissau em 24 de Novembro de 2019 e o segundo turno em 29 de Dezembro de 2019, bem como as declarações das missões de observação eleitoral africanas e internacionais sobre a Guiné-Bissau. Em 22 de Janeiro de 2020, a CEDEAO emitiu um Comunicado no qual, entre outros aspectos, recomendava a todos os órgãos e instituições envolvidos no processo eleitoral na Guiné-Bissau que finalizassem o seu trabalho a fim de completar o processo eleitoral. Posteriormente, a 27 de Janeiro de 2020, o CPS, na sua 905ª reunião, apelou ao Supremo Tribunal da Guiné-Bissau para desempenhar plenamente o seu papel constitucional neste processo eleitoral, com a devida diligência, bem como com a urgência que merece, dada a sua importância

para a manutenção da paz, segurança e estabilidade na Guiné-Bissau, tendo em conta que as eleições foram declaradas livres, justas e credíveis por todos os observadores eleitorais africanos e internacionais. Além disso, em 30 de Janeiro de 2020, na sequência da sua visita à Guiné-Bissau, a Comissão Ministerial de Acompanhamento da CEDEAO emitiu uma declaração que, entre outras coisas, solicitava aos órgãos jurídicos competentes da Guiné-Bissau que desempenhassem plenamente o seu papel com vista a finalizar o processo eleitoral o mais tardar até 7 de Fevereiro de 2020.

105. Apesar destes progressos, o CPS tem permanecido agarrado à situação e tem continuado a manifestar profunda preocupação com a instabilidade política e insegurança prevaletentes, que continuam a ameaçar a ordem constitucional na Guiné-Bissau, apesar dos esforços incessantes da CEDEAO, da UA e da comunidade internacional em geral. Por outro lado, o Conselho manifestou a sua profunda preocupação com o aumento do flagelo do tráfico de drogas e crimes relacionados, originários da América do Sul, e o seu impacto na sub-região e no grupo do continente.

106. Em 28 de Outubro de 2019, o Presidente da República, Sr. José Mário Vaz, emitiu o Decreto Presidencial n.º 12/2019, destituindo o Primeiro-Ministro, Sr. Aristides Gomes e o seu Governo, substituindo-o pelo Sr. Faustino Fudut Imbali como novo Primeiro-Ministro. A CEDEAO, por conseguinte, emitiu um comunicado em 29 de Outubro condenando a destituição do Primeiro-Ministro e do seu Governo e considerando-a ilegal por contrariar a decisão tomada na Cimeira dos Chefes de Estado da CEDEAO em 29 de Junho de 2019, em Abuja, e as suas disposições. A CEDEAO reiterou o seu apoio ao Primeiro Ministro, Aristides Gomes e ao seu Governo. Em conformidade com a posição da CEDEAO sobre esta destituição do PM Gomes, o Presidente da Comissão, S.Exa. Moussa Faki Mahamat, manifestou também a sua profunda preocupação com a situação política na Guiné-Bissau, reiterando o seu apoio à posição da CEDEAO. O Primeiro-Ministro ilegalmente nomeado renunciou ao cargo depois disso.

107. Em nota relacionada, a Comissão Nacional Eleitoral da Guiné-Bissau declarou a preparação do país para realizar as eleições presidenciais em 24 de Novembro de 2019, conforme previsto. A este respeito, o CPS encorajou a CNE a permanecer independente e imparcial no cumprimento do seu mandato constitucional com vista a assegurar um ambiente propício à condução das eleições presidenciais. A campanha eleitoral começou em 2 de Novembro de 2019 com 12 candidatos presidenciais validados pelo Supremo Tribunal da Guiné Bissau para estarem na corrida presidencial.

108. O CPS aprovou os resultados da Cimeira Extraordinária da CEDEAO realizada em 8 de Novembro de 2019 em Niamey, Níger, em particular a decisão de enviar uma missão de Chefes de Estado e de Governo à Guiné-Bissau, liderada pelo Presidente da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, S.Exa. O Presidente Mahamadou Issoufou da República do Níger, composto pelos Presidentes da Costa do Marfim, da Gâmbia, do Gana e da Nigéria, bem como a visita a Bissau dos Chefes de Defesa de alguns dos Estados membros da CEDEAO em 14 de Novembro de 2019.

Ambas as iniciativas foram um forte aviso e foram tomadas em solidariedade com o povo da Guiné Bissau antes das eleições presidenciais.

109. O CPS Louvou forças de defesa e de segurança da Guiné-Bissau por terem mantido o seu profissionalismo e neutralidade face às actuais crises política e constitucional e **encorajou-as** a manterem a sua posição de não ingerência, enquanto forças republicanas, e **exortou-as** a permanecerem resolutamente apolíticas durante e após o processo eleitoral;

110. Entretanto isso , o Presidente da Comissão enviou a Missão de Observação Eleitoral da União Africana (AUEOM) antes das eleições presidenciais na República da Guiné Bissau em 24 de Novembro de 2019. Isto foi para garantir que a AUEOM conduzisse uma observação e análise abrangente de todos os aspectos relevantes do processo eleitoral. Isto foi para demonstrar o compromisso da UA em apoiar as eleições na Guiné-Bissau e o processo de democratização para assegurar que a realização de eleições contribui para a consolidação da governação democrática, da paz e da estabilidade. De notar que, em 4 de Fevereiro de 2020, na sequência do pedido da CEDEAO para verificação dos resultados das eleições presidenciais, a Comissão Nacional Eleitoral anunciou que o antigo Primeiro-Ministro da Guiné Bissau Umaro Embaló é o vencedor das eleições.

111. A Conferência pode desejar elogiar a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO pelo seu contínuo empenho e esforços na busca de uma solução duradoura para a prolongada crise política e institucional na Guiné-Bissau. A Conferência pode também desejar saudar o sucesso da realização da primeira volta pacífica das eleições presidenciais na Guiné-Bissau em 24 de Novembro de 2019 e o segundo turno em 29 de Dezembro de 2019 e felicitar as autoridades e o povo da Guiné-Bissau pelo sucesso na condução das eleições. A Conferência pode também desejar apelar a um diálogo genuíno e abrangente, entre todos os actores políticos, como a única alternativa viável para encontrar soluções duradouras para a crise actual. A Conferência pode também desejar apelar a um diálogo genuíno e abrangente, entre todos os actores políticos, como a única alternativa viável para encontrar soluções duradouras para a crise actual. Nesse sentido, A Conferência pode apelar ao Governo da Guiné-Bissau para reforçar a reforçar ainda mais os mecanismos nacionais de aplicação da lei, de modo a permitir o cumprimento mais eficaz dos seus mandatos, sobretudo no que tange ao combate aos crimes relacionados com a droga. Em conformidade com o anúncio feito pela Comissão Nacional Eleitoral da Guiné-Bissau, relativamente ao resultado das eleições presidenciais, a Conferência pode desejar felicitar ao Sr. Umaro Embaló por ter sido eleito Presidente da Guiné-Bissau.

112. A situação no **Gâmbia** manteve-se relativamente calma desde o retorno à ordem constitucional. Os progressos consideráveis realizados em termos de políticas e reformas institucionais reflectem o compromisso do Governo com a promoção da estabilidade no país. Em particular, a Política Nacional de Segurança adoptada e lançada pelo Governo em junho 2019; a criação e operacionalização da Comissão Nacional de Direitos

Humanos, bem como, a Comissão Revisão Constitucional e da Verdade, Reconciliação e Comissão de Reparações são passos consideráveis no sentido de consolidar a democracia e a segurança no país.

113. Apesar da melhoria da situação política na Gâmbia, também tem havido tensões causadas por desacordos entre o Governo e os seus parceiros de coligação durante o acordo de posse de três anos celebrado antes das eleições de 2016. Ao longo do tempo, surgiram algumas diferenças em relação às frequentes mudanças de funcionários do Governo, especialmente a remoção do ex-vice-presidente Ousmane Darboe. Darboe é o líder da principal oposição política, o Partido Democrata Unido (UDP), na Gâmbia, e a sua remoção aprofundou a fractura já existente no seio da coligação governamental. A este respeito, o risco de uma maior polarização política permaneceu elevado no país.

114. As conclusões da Comissão de Revisão Constitucional da Gâmbia, criada para redigir uma nova Constituição que trate das falhas contidas na Constituição de 1997, eram esperadas para Dezembro de 2019. Este processo oferece uma oportunidade para estabelecer uma base sólida para uma nova dispensação política nacional, com instituições fortes. Oferece também uma oportunidade para abordar a questão da igualdade entre homens e mulheres e permitir a plena participação das mulheres nas actividades nacionais. O processo constitucional também oferece ao país a chance de estabelecer uma base para promover a paz duradoura e a reconciliação nacional no país. Deve-se também notar que, de 28 a 31 de Julho de 2019, o CPS empreendeu uma missão de campo à Gâmbia, na qual realçou a importância de um diálogo inclusivo e genuíno como única abordagem viável para encontrar soluções duradouras para os desafios que estão a ser enfrentados.

115. A Comissão da UA, através da Equipa de Apoio Técnico da União Africana à Gâmbia (AUTSTG), continuou a prestar assistência técnica a áreas temáticas, tal como definidas pelas autoridades da Gâmbia, tais como a Reforma do Sector de Segurança, o Estado de Direito e a Justiça Transitória. O destacamento do AUTSTG foi bem recebido pelo Governo e pelo povo da Gâmbia. O AUTSTG continua a dar contributos centrados na supervisão civil e na governação das estruturas de segurança, no estabelecimento de estruturas de segurança e no mandato das Forças Armadas, bem como da Inteligência, num relatório conjunto de apoio ao Comité de Redacção da Constituição. Como resultado, o CPS, na sua 844^a reunião realizada em 24 de Abril de 2019, considerou o pedido do Governo da Gâmbia para uma extensão do AUTSTG até Agosto de 2020.

116. Dado o papel primordial do Governo na implementação do projecto, a Comissão da UA está actualmente a trabalhar em colaboração com a CEDEAO e outros parceiros para fornecer apoio bilateral à Gâmbia. O Governo comprometeu-se a acelerar a implementação de todas as tarefas de transição, particularmente as várias reformas, dado que as reformas da função pública ajudarão a aumentar a capacidade do Governo para cumprir mais eficazmente os seus mandatos.

117. Tendo em conta o acima exposto, a Conferência poderá desejar louvar os esforços da República da Gâmbia para consolidar a democracia no país através do actual processo de reformas que contribuirão significativamente para promover a estabilidade e o crescimento económico. Neste contexto, a Conferência pode também elogiar a Comissão da UA pelo seu apoio contínuo aos esforços do Governo da Gâmbia. A Conferência também pode querer incentivar o Governo a continuar o diálogo com os ex-membros da coligação e os partidos políticos, a fim de promover a estabilidade política e criar um ambiente propício à paz e ao desenvolvimento económico do país. A Conferência pode ainda desejar elogiar o trabalho continuado da Comissão através do AUTSTG e outros mecanismos e encorajar o seu apoio continuado à Gâmbia.

118. A situação no **Mali e na região do Sahel** tem continuado a testemunhar esforços acrescidos das partes Malianas no sentido de aliviar a tensão política e facilitar o processo de implementação do Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali, emanado do processo de Argel. Entretanto, o país é confrontado com o aumento dos ataques terroristas e com a violência intercomunal.

119. O Alto Representante da UA para o Mali e o Sahel tem continuado a consultar as partes malianas para resolver as diferenças e assegurar o regresso ao diálogo. A reunião de 26 de Fevereiro de 2019, entre o Chefe de Estado e o líder da oposição ajudou a desanuviar as tensões e abriu caminho para o diálogo sobre as reformas políticas e institucionais. Os esforços do Alto Representante da UA para o Mali e o Sahel, juntamente com outros actores-chave, contribuíram para a nomeação de um novo Primeiro-Ministro em 22 de Abril de 2019. Seguiu-se a assinatura de um Acordo Político entre a oposição republicana e a maioria presidencial, em 2 de Maio de 2019. Posteriormente a este Acordo, foi formado em 5 de Maio de 2019 um Governo inclusivo, que incluía a oposição republicana. Um dos pontos-chave do roteiro do novo Governo é convocar o Diálogo Nacional inclusivo para enfrentar os desafios que o país enfrenta, para procurar soluções consensuais em relação às grandes questões nacionais, incluindo reformas políticas e institucionais, a implementação do Acordo de Paz e a segurança nas regiões central e setentrional do país. A este respeito, o Presidente da República nomeou uma equipa de Facilitadores cujo mandato é o de conduzir um diálogo inclusivo.

120. De facto, registaram-se alguns progressos, tais como a adopção, em 12 de Julho de 2019, do novo roteiro revisto das áreas prioritárias na 36ª sessão do Comité de Acompanhamento do Acordo; a adopção de textos sobre a polícia territorial; a promulgação da Lei Nacional de Ingresso; a adopção de um decreto sobre a transferência progressiva de competências para a operacionalização das autoridades interinas a todos os níveis, a disponibilização efectiva de fundos dedicados ao funcionamento das autoridades interinas. Além disso, foi também adoptada a lei sobre os princípios fundamentais da criação, organização e controlo da Zona de Desenvolvimento das Regiões do Norte e a criação de um fundo de desenvolvimento para a operacionalização desta zona.

121. Na área da defesa e da segurança, também foram obtidos ganhos, incluindo a adoção de um projeto de decreto sobre as modalidades de atribuição de postos; as funções de comando e reclassificação dos ex-combatentes dos movimentos signatários no corpo do Estado; especialmente nas Forças Armadas e na Segurança; a aceleração do processo de DDR com a integração de 668 ex-desertores das forças armadas nacionais que se juntaram aos grupos armados em 2012; a redução dos confrontos entre os movimentos signatários; a conclusão do treino de mais de 1.000 elementos das unidades MOC perfiladas como parte do processo acelerado de DDR, e a sua integração nas Forças de Defesa e Segurança do Mali.

122. Apesar destas realizações, o processo de implementação do Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali ainda enfrenta alguns desafios, nomeadamente a transferência de fundos para as autoridades locais e a redistribuição da administração para o norte do país devido à segurança e à ausência de serviços financeiros adequados. Também tem havido uma intensificação dos ataques terroristas contra as forças de defesa e segurança do país, as forças internacionais (MINUSMA, Barkhane e G5 Sahel Joint Force) e as populações civis, particularmente na região central. As regiões do sul, incluindo Koulikoro, também foram afetadas pelos ataques terroristas durante o período de abrangência do relatório. Outro grande desafio é a intensificação dos conflitos entre a comunidade Peulh e os caçadores Dogon, no centro do país. Estes conflitos intercomunitários marcados por ciclos de represálias causaram centenas de vítimas e levaram a danos materiais significativos em Koulogon, Ogossagou, Soban Da, Gangafani e Yoro.

123. Entretanto, os esforços do Governo do Mali no sentido de abordar a violência intercomunal na região central, especialmente a visita do Presidente da República, devem ser dignos de destaque. Além disso, outras medidas cruciais para fazer face a esta situação, incluem a adoção de um decreto que estabelece o Quadro da Política de Gestão de Crises no Mali central e o lançamento oficial deste quadro; a nomeação de um Alto Representante do Presidente da República para a Região Central, na pessoa do antigo Presidente do Mali, Prof. Dioncounda Traoré, numerosas visitas do Primeiro Ministro à região, o destacamento de soldados e gendarmes, a assinatura de um acordo de cessação das hostilidades entre as comunidades da região presidida pelo Primeiro Ministro, a primeira visita de membros do parlamento e o lançamento de um centro para o programa de desarmamento.

124. A inclusão do diálogo nacional foi finalmente organizada em outubro de 2019, na presença do ex-presidente Amadou Toumani Touré, com uma boa participação e resultados muito animadores. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Presidente do Comitê de Acompanhamento do Acordo de Paz, por sua vez, organizou a sessão em Bamako, em 19 de janeiro de 2020, com a presença do Comissário para a Paz e Segurança e representantes dos garantes e parceiros. A reunião foi uma boa oportunidade para rever o estado de implementação do Acordo e fazer as recomendações necessárias para um investimento renovado por todas as partes para uma melhor implementação do Acordo de Paz.

125. Ao mesmo tempo, a situação política nas **Repúblicas da Costa do Marfim e da Guiné** foi fortemente influenciada pelas eleições presidenciais que se avizinhavam. Isto é mais verdade, dadas as disputas que continuam a influenciar o eleitorado destes dois países. Na Costa do Marfim, os desafios dizem respeito à composição e competências da Comissão Eleitoral Independente. Na Guiné, as preocupações gravitam em torno da perspectiva de revisão constitucional. Houve ondas de protestos que resultaram em violentos confrontos entre a polícia e manifestantes. Em Burkina Faso, foi organizado um diálogo político pelo Presidente da República com vista às eleições presidenciais de 2020, de modo a criar um consenso nacional sobre a gestão da crise de segurança.

126. **Burkina Faso, Mali e Níger** são o alvo de ataques terroristas sem precedentes, inclusive contra as forças de defesa e segurança com um alto nível de baixas, o demonstra que há meios e armas adicionais para grupos terroristas. Estes desenvolvimentos são combinados com a manipulação da violência intercomunal a fim de deslocar e perturbar a própria estrutura das sociedades locais. A adaptação e uma estratégia adequada e a solidariedade renovada com os países do Sahel é uma necessidade urgente, em conformidade com as decisões das Cimeiras da CEDEAO de Ouagadougou em Setembro e Abuja em Dezembro de 2019. Os grupos terroristas continuam seus ataques e assassinatos indiscriminados de civis e raptos de crianças com deslocamento massivo de civis para os campos de deslocados e refugiados. O CPS, na sua 901ª reunião realizada em 13 de Dezembro de 2019, acolheu a Declaração de Bamako sobre o Acesso aos Recursos Naturais e Conflitos entre Comunidades, adoptada em 29 de Novembro de 2019, em Bamako, Mali, tal como adoptada na reunião ministerial da UA. O CPS solicitou igualmente à Comissão que implementasse as recomendações contidas na Declaração de Bamako, em especial os pontos 13 e 14 da Declaração, e que informasse regularmente o Conselho.

127. É neste contexto que a UA continua a envidar esforços no sentido de apoiar as iniciativas de segurança regional. Como tal, MISAHEL organizou um seminário regional em parceria com o Governo do Mali e a UEMOA sobre segurança fronteiriça. Além disso, como parte dos seus esforços de apoio à Força do Sahel do G5, o CPS renovou o mandato do Sahel do G5 e da Força de Intervenção Multinacional Conjunta e enviou uma missão de avaliação ao Mali para explorar meios de melhorar a contribuição da UA para esta Força. O Alto Representante da UA para o Mali e o Sahel realizou missões de averiguação no Níger, Burkina Faso e Mauritânia, onde discutiu com as autoridades locais e vários actores sobre a situação política e de segurança. No contexto do fortalecimento da cooperação regional, MISAHEL e a Comissão da UA organizaram a reunião do Processo de Nouakchott e a reunião da Plataforma Ministerial de Coordenação de Estratégias do Sahel.

128. Em relação à situação humanitária global, o Sahel tem sofrido deslocamentos da população, devido a ataques terroristas e violência inter-comunitária.

129. A Conferência pode desejar apresentar condolências aos países do Sahel pelas vidas perdidas devido a ataques terroristas e outros incidentes de violência intercomunal

e oferecer o apoio contínuo da UA através dos seus vários órgãos e programas. A Conferência pode querer manifestar preocupação com os persistentes actos de terrorismo, o crescimento do banditismo, o tráfico de todos os tipos e a criminalidade transfronteiriça na região do Sahel. A Conferência poderá também apelar ao respeito pelo Estado de Direito e à continuação da reconciliação nacional, a fim de promover a democracia e a boa governação e facilitar a organização de eleições pacíficas e credíveis em 2020. A Conferência pode querer felicitar as partes Malianas pelo progresso no diálogo nacional inclusivo e encorajá-las a prosseguir as reformas que criam confiança entre as comunidades, no quadro da implementação do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, que emanou do Processo de Argel. A Conferência pode ainda desejar apelar à continuação do apoio e dos esforços de defesa das iniciativas regionais, incluindo as iniciativas da CEDEAO para combater a proliferação do terrorismo no Sahel, através do reforço do financiamento com a promessa de 1 bilião de dólares americanos feita durante a Cimeira de Ouagadougou, realizada em 14 de Setembro de 2019. A Conferência poderá desejar acolher a Declaração de Bamako sobre o Acesso aos Recursos Naturais e Conflitos entre Comunidades, adoptada em 29 de Novembro de 2019, em Bamako, Mali, tal como adoptada na reunião ministerial da UA.

IV. QUESTÕES TEMÁTICAS NO ÂMBITO DA ARQUITECTURA AFRICANA DE PAZ E SEGURANÇA (APSA)

A. Progresso rumo à operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta

130. É de recordar que na sua 785ª reunião realizada em 20 de Setembro de 2018, o CPS enfatizou a necessidade de a Comissão acelerar o processo de harmonização da CARIC com a FAEA em plena conformidade com a letra e o espírito das decisões 679 e 695 da Conferência e orientou o Comité do Estado-Maior (MSC) a fazer recomendações apropriadas, incluindo prazos e roteiro para orientar o CPS sobre como superar os desafios enfrentados pela harmonização da CARIC no âmbito do quadro da FAEA. Além disso, na sua 821ª reunião, realizada em 9 de Janeiro de 2019, o CPS adoptou um roteiro com os calendários propostos pelo CEM. Neste contexto, o CPS dirigiu a Comissão, trabalhando em estreita colaboração com o CEM, da seguinte forma:

- A Comissão da UA deve enviar cartas de apreço, o mais tardar até ao final de Janeiro de 2019, a todos os Países/Nações Voluntárias da CARIC agradecendo-os/as pela sua contribuição para a promoção da paz e da segurança no Continente, bem como encorajá-los/as a encontrar formas e meios de utilizar os seus meios para as suas respectivas CER/MRs;
- A Comissão, através do Gabinete do Conselho Jurídico da UA, deve rever todos os quadros legais existentes entre a UA e as Nações Voluntárias da CARIC e apresentar um relatório ao CPS, até Março de 2019;
- A Comissão deverá revitalizar a estrutura da FAEA dentro do Departamento de Paz e Segurança, até 31 de Maio de 2019, com pessoal apropriado e descrições apropriadas das funções;

- A Comissão deve convocar uma reunião de coordenação, entre a Comissão, a ASF e as Células de Planeamento ACIRC, bem como as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), o mais tardar até ao final de Junho de 2019, sobre a implementação das Decisões 679 e 695 da Conferência, bem como dos Comunicados relevantes do CPS;
- A Comissão deve notificar todos os parceiros internacionais da UA e organizações internacionais, até Junho de 2019, sobre a integração da CARIC na ASF;
- A Comissão deve apresentar um relatório sobre a conclusão da harmonização da CARIC na FAEA, na 33ª Sessão Ordinária da Conferência, em Fevereiro de 2020.

131. Além disso, o CPS solicitou ao CEM que elaborasse a Matriz com um calendário, bem como a responsabilidade pela implementação e monitorização do Roteiro e que os Presidentes do CPS para os meses de Janeiro a Julho de 2019, em coordenação com a Comissão, apresentassem relatórios mensais sobre os progressos realizados durante a sua presidência do CPS sobre a harmonização da CARIC no quadro da FAEA. Estes presidentes, com o apoio da Comissão, apresentaram actualizações durante o período acima mencionado. Nessas actualizações, o CPS manifestou consistentemente preocupação com o ritmo lento da implementação da Matriz.

132. Durante a 870ª reunião do CPS, realizada em 20 de Agosto de 2018, a Comissão informou ao CPS que os Ministros da Defesa das Nações Voluntárias da CARIC deveriam reunir-se em Pretória, África do Sul, durante o período de 31 de Agosto a 2 de Setembro de 2019, para discutir e acordar a implementação da decisão 718 da Conferência, que apela à harmonização da CARIC no âmbito da FAEA. Ademais, durante o mês de setembro de 2019, o CPS organizou uma discussão interativa com o Presidente da Comissão durante a qual a harmonização da CARIC no âmbito da FAEA foi levantada pelo CPS. O Presidente da Comissão deu respostas e concordou com a necessidade de se acelerar este processo de harmonização.

133. Entretanto, os Ministros da Defesa da Capacidade Africana de Resposta Imediata à Crise convocaram a sua reunião em Pretória, África do Sul, de 31 de Agosto a 3 de Setembro de 2019, e deliberaram sobre as formas práticas de implementar as disposições nas decisões relevantes da Conferência e nas comunicações do CPS sobre a harmonização da CARIC no âmbito da FAEA. A reunião adoptou uma Declaração e um Roteiro para orientar a CARIC na condução da sua harmonização no âmbito da FAEA. Basicamente, o Roteiro prevê a dissolução da CARIC até 30 de Junho de 2020. Além disso, a Declaração indicou a necessidade de uma reunião da CARIC a nível de Chefes de Estado e de Governo, à margem da 33ª Sessão Ordinária da Conferência da União, a realizar nos dias 9 e 10 de Fevereiro de 2020.

134. Na continuação dos seus esforços para a plena operacionalização da FAEA, a Comissão iniciou os esforços para finalizar o projecto do Memorando de Entendimento AU-RECs/MRs sobre a operacionalização e implantação da FAEA, conforme orientado pela reunião do Comité Técnico Especializado da UA em Defesa, Segurança e Protecção (CTEDSP), realizada em 12 de Outubro de 2018, em Adis Abeba.

135. O MSC, por sua vez, na implementação da missão que lhe foi atribuída pelo CPS, empreendeu uma missão de campo à Base Logística Continental da ASF em Douala, Camarões, de 11 a 12 de Abril de 2019, para avaliar as condições do equipamento armazenado na Base e aconselhar sobre a forma como o equipamento poderia ser utilizado. Ao retornar, o MSC apresentou um relatório com recomendações, que foram endossadas pelo CPS para implementação urgente. Ao mesmo tempo, a Comissão prosseguiu os seus esforços no sentido da criação dos Depósitos Logísticos Regionais da PSA, com vista a fornecer a infra-estrutura completa para futuras operações da PSA. Os Estados-membros da UA continuam a prestar apoio adicional à BLC através de pessoal destacado, a expensas próprias.

136. A Comissão também iniciou um programa de Formação de Formadores para a BLC, particularmente em gestão de activos, manutenção de equipamentos e outros aspectos relevantes. É também de salientar que o acordo de Comando, Comunicação e Controlo da ASF foi simplificado, após a assinatura dos documentos relevantes pelo Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Smaïl Chergui e o Ministro da Defesa da República da África do Sul, S.E. Nosiviwe Nolutshando Mapisa-Ngakula, em Agosto de 2019. Esta racionalização permitirá à ASF operar numa configuração que liga a Sede da UA e as brigadas regionais de reserva da ASF (EASF, ECCAS, CEDEAO, SADC e NARC).

137. A Política da União Africana sobre Conduta e Disciplina para as OAP e a Política da União Africana sobre Prevenção e Resposta à Exploração e Abuso Sexual para as OAP estão agora em vigor para aplicação. As duas políticas destacam o compromisso da UA em garantir que seu pessoal das OAP implemente os mandatos de acordo com os mais altos padrões de conduta e disciplina, e o respeito pelo direito internacional humanitário e pelos direitos humanos. Além disso, a Comissão elaborou o projecto da Doutrina de Operações de Apoio à Paz da União Africana, que apresentou na 12ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado em Defesa, Segurança e Protecção (STCDSS) realizada no Cairo, Egipto, de 15 a 19 de Dezembro de 2019. Isto visa garantir a sinergia na resposta da UA à gestão de conflitos. A este respeito, o STCDSS determinou que fossem obtidos novos contributos dos Estados-Membros e incorporados no projecto de Doutrina, para posterior análise na próxima reunião ordinária do STCDSS. Do mesmo modo, o Departamento de Paz e Segurança concluiu a elaboração do novo Conceito de Operação da ASF, que também foi apresentado na reunião do STCDSS no Cairo. Portanto, com estes desenvolvimentos contínuos, a UA e as Brigadas Regionais de Intervenção da ASF continuam a aumentar a capacidade de destacamento da ASF, um passo estratégico muito esperado nos esforços da África para se transformar num continente livre de conflitos.

138. O CPS tem reiterado constantemente a importância de as CER/MR participarem plenamente neste exercício, tendo em conta os destacamentos bem sucedidos, no âmbito da PEA, em partes do Continente, nomeadamente no Lesoto (SAPMIL) pela SADC, na Gâmbia (ECOMIG) e na Guiné Bissau (ECOMIB) pela CEDEAO. Na verdade, estes destacamentos têm demonstrado a capacidade de desdobramento da PSA como um activo vital para a prevenção, conflitos de intervenção, operações de resgate em situações de catástrofe e operações de apoio contra epidemias/pandemias como o surto do vírus Ébola.

139. A Conferência pode desejar elogiar o CPS pelos seus esforços contínuos rumo à plena operacionalização e implantação da PSA, incluindo a prestação continuada de orientação estratégica para a harmonização da ACIRC no âmbito da PSA. A Conferência também pode querer elogiar as Nações Voluntárias da CARIC pelo seu contínuo cumprimento das decisões relevantes da Conferência e dos comunicados do CPS para a realização do processo de harmonização. A Conferência pode desejar apelar às Nações Voluntárias da CARIC por acelerarem o processo de harmonização da ACIRC no âmbito da PSA, o mais rápido possível. A Conferência pode ainda felicitar a Comissão pelos esforços envidados na elaboração de diversas políticas para o funcionamento da FAEA, nomeadamente a nova Doutrina para as Operações de Apoio à Paz, bem como a criação dos Depósitos Logísticos Regionais da FAEA. A Conferência também pode saudar as Brigadas Regionais da FAEA pelos esforços contínuos no sentido de garantir a prontidão para o desdobramento.

B. Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito

140. A Comissão, na implementação dos comunicados do CPS, continuou a intensificar os esforços na área da reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. Mais ainda, inspirada pelo reconhecimento de que vários países afectados por conflitos estão em vias de emergir para um estatuto pós-conflito, o que exige o apoio firme do continente Africano para que esses países consolidem a paz e alcancem a recuperação socioeconómica.

141. Relativamente ao **Centro da União Africana para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito**, é de notar que em 11 de Dezembro de 2019, à margem do Fórum de Aswan, a Comissão da UA e o Governo da República Árabe do Egipto assinaram o Acordo de Acolhimento do Centro da UA para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito. Entretanto, em conformidade com a Decisão 1058 da 35ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, de Julho de 2019, foi iniciado, de 15 a 19 de Dezembro de 2019, o destacamento de uma equipa de arranque da Comissão da UA para acelerar a operacionalização do Centro. A missão trocou impressões com o Governo egípcio sobre vários aspectos relacionados com o Centro. No momento da finalização deste Relatório, as duas partes continuavam as suas consultas com vista a garantir a rápida operacionalização do Centro. Além disso, o Sub-Comité de Reformas Estruturais do CRP deliberou, em 15 de Janeiro de 2020, sobre a operacionalização do Centro e aprovou as propostas feitas pela Comissão da UA, tais como a estrutura, mandato e visão

do Centro, bem como o lançamento do recrutamento de pessoal e a mobilização de recursos, com base na aprovação a ser feita pela Conferência da União em Fevereiro de 2020.

142. Na **República Democrática do Congo** (RDC), o Gabinete de Ligação da Comissão continua a prestar apoio ao Centro Africano de Controlo de Doenças (CDC africano) que acompanha de perto o surto de Ébola na região nordeste do país, dada a ameaça que a doença representa para a paz e a estabilidade no país.

143. Na **Gâmbia**, a Comissão conseguiu enviar uma equipa de assistência técnica em resposta a um pedido do Governo ao CPS em 29 de Março de 2017, e na sequência de uma Missão de Avaliação das Necessidades Técnicas (TNAM) da UA para o país no âmbito do Grupo de Trabalho Inter-Departamental para a RDPC, de 13 a 19 de Maio de 2017. Desde o seu destacamento, o AUTSTG providenciou conhecimentos técnicos para a elaboração da Política Nacional de Segurança que foi adoptada e ratificada; a estruturação do Gabinete do Conselheiro de Segurança Nacional; a reestruturação do Ministério da Defesa; a reorganização das Forças Armadas da Gâmbia; a elaboração de manuais de formação e de operações, bem como o melhoramento da Cooperação Civil-Militar. O Conselho prorrogou o mandato do AUTSTG por um período adicional de doze meses que terminam em Agosto de 2020. No âmbito da implementação do Quadro de Políticas de RSS, de 12 a 14 de Dezembro de 2018, a Comissão organizou um Diálogo Consultivo em Banjul. Este evento foi realizado sob o tema "Reforçar a Integração do Estado de Direito, Reforma do Sector de Segurança, Justiça Transitória e Governação no Âmbito dos Esforços de Estabilização": Lições para Silenciar a Armas em 2020". O relatório do Diálogo Consultivo foi lançado em 25 de Outubro de 2019 numa Reunião de Alto Nível ao pequeno-almoço que reuniu representantes permanentes dos Estados-Membros do CPS, Estados-Membros que contribuem com pessoal para o AUTSTG, CER/MRM, funcionários da Comissão, peritos e parceiros. O relatório identificou, entre outros aspectos, desafios tais como a fraca liderança nacional dos processos de RSS, fraca coordenação estratégica, falta de compreensão abrangente da RSS, necessidade de análise custo-benefício das abordagens integradas e falta de uma capacidade sustentável de monitorização e avaliação.

144. Na **Guiné-Bissau**, o Governo reconheceu que a reforma do sectores de defesa e segurança está no centro dos desafios do país e está firmemente empenhado na RSS e DDR nas suas prioridades de desenvolvimento para o período 2015-2020. Quanto a **Madagáscar**, a Comissão continuou a desempenhar um papel crítico e fundamental nas negociações políticas após as eleições presidenciais de Maio de 2019 para dissipar as tensões. Nos seus esforços para consolidar os progressos, a Comissão empreendeu uma missão de avaliação no âmbito do Grupo de Trabalho Inter-Departamental sobre RDPC em Maio de 2019. Consequentemente, com o apoio da UA, o processo de RSS em Madagáscar tem proporcionado uma plataforma regular para discussões sobre segurança e desafios políticos entre os principais detentores de interesse nacionais desde 2014.

145. Na sequência de um pedido do Governo do **Mali**, a Comissão, através da sua missão no Mali e no Sahel (MISAHEL), prestou com sucesso assistência técnica aos processos de DDR e RSS no país durante o período abrangido pelo relatório. Em Novembro de 2018, a Comissão destacou um perito em DDR/RSS para apoiar a implementação de programas acelerados de DDR para as forças de defesa e segurança nacionais reconstituídas, através do Mecanismo de Coordenação Operacional. Além disso, em 6 de Novembro de 2018, o Comité Nacional de DDR com o apoio do MISAHEL, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da ONU no Mali e outros parceiros internacionais, lançou um processo acelerado de DDR e Integração. Na região do Sahel, a Comissão está actualmente a apoiar a MISAHEL na revisão da Estratégia da UA para o Sahel. A estratégia, modelada na Estratégia Regional de Estabilização da Bacia do Lago Chade, consiste em três pilares, nomeadamente a segurança, a governação e o desenvolvimento.

146. Ademais, durante o período em análise, a Comissão continuou a apoiar a República Federal da **Somália** nos seus esforços de construção da paz e na implementação das prioridades de construção do Estado, apesar dos numerosos desafios.

147. No **Sudão do Sul**, em parceria com a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Comissão apoiou a implementação do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul (R-ARCSS), assinado em 12 de Setembro de 2018. Além disso, o destacamento de peritos em género da rede FemWise para o Gabinete de Ligação em Juba em Outubro de 2019 é mais uma demonstração da intenção da Comissão de promover a participação das mulheres no diálogo político, na paz e na segurança. Em 6 de Setembro de 2019, a Comissão doou 140 tendas sortidas para alojamento, restaurantes e instalações de armazenamento em apoio ao acantonamento e formação das Forças Unificadas Necessárias (NUF) para a formação de um exército nacional como pré-condição crucial para a paz sustentável no país.

148. No **Sudão**, o acordo político inter-Sudanês foi alcançado a 17 de Agosto de 2019 e o subsequente estabelecimento de um governo de transição marcou o início de uma nova era que exigirá a ajuda da Comissão para o RDPC. Adicionalmente, a retirada da Operação Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNMID) requer actividades de RDPC para evitar uma recaída no conflito. Em Agosto de 2019, uma missão de alto nível liderada pelo Enviado Especial da UA para a Mulher, Paz e Segurança, visitou Cartum para apoiar as mulheres do Sudão na sua luta pelo estabelecimento de um sistema democrático e inclusivo de governação. Entretanto, o destacamento de especialistas em género da rede FemWise para os Gabinetes de Ligação em Cartum, em Outubro de 2019 é mais uma demonstração da intenção da Comissão de promover a participação das mulheres no diálogo político, na paz e na segurança.

C. Unidade de Apoio à Mediação

149. É de notar que o continente Africano tem colocado a primazia na prevenção de conflitos como um eixo fundamental a ser seguido. Neste contexto, e em resposta às exigências crescentes em África para a sustentabilidade e institucionalização dos esforços de mediação e implementação das decisões relevantes da UA, a Comissão da União Africana operacionalizou uma Unidade de Apoio à Mediação (UAM UA) em Março de 2019. Localizada dentro do Departamento de Paz e Segurança, a UAM é uma estrutura a nível da Comissão que visa coordenar e reforçar os esforços de mediação da UA, prestando assistência técnica, operacional e logística aos processos de mediação liderados pela UA e apoiados pela UA. Até à data, a UAM conta com um Coordenador, um Oficial Superior de Políticas, um Perito em Gestão do Conhecimento e Mobilização de Recursos, e um Analista Político e Perito em Mediação.

150. A UAM já começou a desenvolver as competências técnicas e a capacidade institucional da UA, com vista a responder com maior eficácia aos principais desafios relacionados com a mediação/apoio à mediação. Os desafios incluem, nomeadamente, a ausência de uma coordenação sistemática dentro da Comissão e com as CER/MR, uma capacidade inadequada de mediação especializada nas várias áreas temáticas e a falta de um sistema de gestão do conhecimento.

151. Em consonância com os objectivos acima referidos, a UAM embarcou na elaboração de várias ferramentas personalizadas de desenvolvimento de capacidades, incluindo currículos e manuais temáticos. Especificamente, a UAM validou o Manual da UA para Formação Avançada de Mediação durante um Seminário com as CERs/RMs em meados de Junho de 2019, e está em processo de actualização do Manual de Mediação da UA de 2014 (2014), e de elaboração de um Guia do Facilitador para formações relativas a iniciativas de mediação lideradas e apoiadas pela UA, e um Plano Estratégico. Os documentos de políticas serão partilhados com as CERs/RMs.

152. A MSU teve outra reunião com as CER/MRMs em meados de Setembro de 2019, que resultou em conclusões chave sobre medidas práticas para aumentar a coerência, coordenação e complementaridade dos esforços de mediação com as CER/MRs e outras partes interessadas, incluindo a possibilidade de criar uma Lista Conjunta de Peritos em Mediação; elaboração de um Sistema Continental de Gestão do Conhecimento; análise conjunta para uma compreensão comum dos conflitos; e desenvolvimento conjunto de estratégias para apoiar os mediadores líderes da UA a fim de mitigar os desafios da mediação paralela durante os processos de paz.

153. Além disso, a UAM envidou esforços para aprofundar a sua parceria com os Amigos da UAM, a ONU, a UE e outras partes interessadas. A este respeito, a UAM organizou uma reunião com os Amigos da UAM em 14 de Março de 2019 e outra em 28 de Junho de 2019. Likewise, uma delegação da UAM efectuou uma visita de familiarização às Nações Unidas em Nova Iorque, em Outubro de 2019, onde identificaram sinergias, e concordaram em relação a uma série de áreas de colaboração e assistência mútua. O

peçoal da UAM e de outras divisões do PSD também recebeu formação e seminários de capacitação e partilha de experiências organizados por parceiros como a FBA, Clingendael da Holanda, e a Crisis Management Initiative (CMI) da Finlândia, em apoio à UAM UA.

154. A Conferência pode desejar elogiar a Comissão pela operacionalização da UAM e apelar à sua utilização eficaz, doravante, na prestação de assistência técnica e operacional a todos os esforços de mediação liderados e apoiados pela UA. A Conferência pode ainda apelar aos Estados Membros da UA a apoiarem os esforços destinados a melhorar a coerência, coordenação e complementaridade entre a UA e as CER/MR, sobretudo através dos seus respectivos mecanismos de mediação, de modo a otimizar os sucessos na gestão ou resolução de conflitos em África.

D. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e Reforma do Sector de Segurança (RSS)

155. A União Africana reconhece que a Reforma e a Governação do Sector de Segurança (SSR), e o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), são ferramentas críticas para a prevenção e resolução de conflitos. A este respeito, durante o período em apreço, a Comissão continuou a prestar apoio técnico aos Estados Membros na execução das suas actividades relativas à RSS e DDR.

156. O apoio à República do Mali foi prestado no âmbito do Acordo de Paz de 2015. O apoio da Comissão ao Mali, entre outros aspectos, consiste principalmente na inclusão da RSS na sua Estratégia Nacional de Segurança. Na República Centro-Africana, a Comissão apoiou ao Gabinete de Coordenação nacional do DDR/RSS na sensibilização dos representantes das Forças de Defesa e Segurança, grupos armados e chefes das entidades de coordenação descentralizada do DDR/SSR. O enfoque está em fazer com que a operacionalização das Unidades Mistas Especializadas (USMS) previstas no Acordo Político para a Paz e Reconciliação, inclua aspectos de DDR e RSS, para que haja uma implementação holística do Acordo.

157. Na Somália, a pressão militar sobre o grupo terrorista Al Shabaab pelo Exército Nacional da Somália e pela AMISOM levou a um aumento do número de desertores do Al Shabaab. Em resposta esse fenómeno, o Governo criou um Programa Nacional de Desertores para rastrear os desertores, de modo a verificar se seus níveis de envolvimento com o grupo terrorista e saber se ainda representam ou não uma ameaça para a sociedade. Como resultado do número crescente de crianças desertoras que têm vindo através do Programa Nacional de Desertores, o Governo Federal da Somália solicitou à Comissão que ajudasse na elaboração de um quadro para o rastreio de crianças. A este respeito, a Comissão prestou assistência técnica à Agência Nacional de Serviços Secretos e Segurança da Somália (NISA) na elaboração de procedimentos operacionais padrão que orientarão no rastreio de crianças como parte do apoio no tratamento e manuseamento de combatentes terroristas desvinculados.

158. A Comissão também envolveu a República Federal Democrática da Etiópia na sua agenda de RSS. A primeira reunião consultiva com várias partes interessadas na qual foram identificadas as principais áreas de acção prioritárias foi realizada em Adis Abeba, em Dezembro de 2019. Tais áreas servirão de orientação para os próximos passos no apoio que a Comissão irá prestar.

159. No apoio aos países membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC), e no âmbito da Estratégia de Estabilização Regional para as áreas afectadas pelo Boko Haram, a Comissão realizou uma série de Seminários com alguns Estados-Membros com vista à elaboração de uma estratégia de Rastreo e Acusação, incluindo apoio específico à Força Multinacional Conjunta na elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão concernentes ao tratamento de pessoas associadas ao grupo terrorista Boko Haram.

160. A Comissão também tem estado a apoiar o processo de SSR em Madagáscar desde 2015. Este apoio contribuiu para os processos de mediação e estabilização do país. A Comissão está agora a colaborar com as autoridades com vista a reforçar a coordenação do processo de RSS como parte dos esforços que visam manter o ímpeto ganho. A Comissão realizou uma reunião de peritos para sensibilizar as autoridades Malgaxes recém-eleitas, que resultou na reafirmação do compromisso com o processo de RSS.

E. Luta contra a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre

161. A fácil disponibilidade e acesso a armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) ilegais continua a ser um grande desafio para os esforços de consolidação da paz e resolução de conflitos no continente. Isto porque a sua fácil disponibilidade leva a que indivíduos e grupos recorram à violência armada para resolver desentendimentos e conflitos. Na sua 830ª reunião realizada em 18 de Julho de 2019, sobre proliferação, circulação e tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre, e ao mesmo tempo que tomou nota do estudo realizado pelo Departamento de Paz e Segurança da Comissão e o Small Arms Survey intitulado "Weapons Compass": Mapping Illicit Small Arms Flows in Africa", o CPS aprovou as recomendações do estudo conjunto de mapeamento. Incentivou igualmente alguns Estados-Membros, a Comissão, as CER e os MR a reforçarem as suas respectivas capacidades no sentido de tomarem medidas integradas e abrangentes para combater este flagelo, em conformidade com os instrumentos regionais e internacionais.

162. Ainda na sua 832ª reunião realizada em 14 de Março de 2019, o CPS recebeu um informe do Centro Regional sobre Armas Ligeiras na Região dos Grandes Lagos, Corno de África e Estados limítrofes (RECSA) relativo à Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e ao seu Impacto no Silêncio das Armas em África até ao Ano 2020. O CPS, entre outros aspectos, salientou a ligação entre proliferação de armas e corrupção, fluxos financeiros ilícitos, crime organizado transnacional, terrorismo, caça furtiva e exploração ilegal dos recursos naturais, e encorajou os Estados-Membros a redobrem os seus esforços no sentido de promover a boa governação, a transparência, a responsabilização e um elevado nível de profissionalismo em todos os sectores da

sociedade, incluindo a governação das instituições de segurança e de defesa. Na sua 860.^a reunião, realizada em 18 de Julho de 2019, o CPS salientou a urgência de os Estados-Membros adoptarem regulamentos e procedimentos administrativos adequados para garantirem o controlo efectivo da produção, exportação, importação, trânsito ou o reencaminhamento de armas ligeiras e de pequeno calibre, a fim de impedir o fabrico ilegal e o tráfico ilícito de armas ligeiras e de pequeno calibre ou o seu desvio para actores não autorizados, tais como grupos terroristas, em conformidade com o Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA).

163. A este respeito, a Comissão, e em conformidade com a Estratégia da UA sobre o Controlo da Proliferação, Circulação e Tráfico de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, criou uma Comissão Permanente sobre as ALPC e o DDR como parte dos esforços para reforçar a cooperação e a sinergia na luta contra a proliferação de ALPC e no DDR. O Comité Permanente, presidido pela Comissão, entre outros aspectos, coordenará os esforços das CER e MR, bem como de outras partes interessadas, na luta contra a proliferação de ALPC, como contribuição para o Silenciamento das Armas. A Conferência pode desejar louvar os esforços da Comissão da UA no sentido de reforçar a cooperação e a sinergia na luta contra as ALPC e no DDR; salientar a urgência de os Estados-Membros porem termo ao fornecimento de ALPC a intervenientes não estatais não autorizados e de agirem em prol do desarmamento destes grupos armados para pôr termo às suas acções que ameaçam a paz, a segurança e a integridade territorial dos Estados-Membros; encorajar os Estados-Membros, a Comissão da UA, as CER/MRM com mandato para lidar com as armas ligeiras a reforçarem ainda mais as suas respectivas capacidades no sentido de tomarem medidas globais integradas para combater este flagelo, em conformidade com os instrumentos regionais e internacionais; condenar inequivocamente todas as violações do embargo de armas actualmente em África, em particular como resultado do fornecimento de armas a grupos terroristas e redes criminosas, pondo em causa a soberania e a integridade territorial dos Estados-Membros.

F. Armas de Destruição Maciça (ADM/WMD)

164. As Armas de Destruição Maciça (ADM) fazem parte das ameaças comuns à segurança dos Estados Membros da UA, tal como postulado na Política Africana Comum de Defesa e Segurança. Também é preciso lembrar que, na Declaração Solene do 50º Aniversário da União de 2013, a Conferência comprometeu-se a manter uma África livre de armas nucleares e apelou ao desarmamento global, à não-proliferação e à utilização pacífica da energia nuclear. A Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) continua a trabalhar no sentido de apoiar aos Estados Partes na utilização da energia nuclear nas áreas da saúde, agricultura, educação e energia, no quadro do Tratado sobre uma África Livre de Armas Nucleares (Tratado de Pelindaba).

165. Por outro lado, o bioterrorismo continua a ser uma grande ameaça no continente. O Departamento de Paz e Segurança implantou esforços, trabalhando em estreita colaboração com os Centros de África de Controle de Doenças, sobre a segurança das

amostras desses patógenos, a fim de garantir que eles não acabem nas mãos de terroristas e outras mãos não autorizadas.

166. Do mesmo modo, a possível utilização de produtos químicos tóxicos por terroristas continua a ser uma preocupação. Neste sentido, a Comissão tem trabalhado e continua a trabalhar com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW) para apoiar as capacidades dos Estados Membros no controlo das substâncias químicas catalogadas no continente.

G. Prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento

167. Como foi salientado na introdução deste Relatório, o terrorismo e a sua expansão no Continente é agora o único flagelo mais destrutivo e perturbador. A persistência do terrorismo e do extremismo violento no continente é uma grande preocupação para a UA, pois manteve-se como a principal ameaça à paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento do continente durante 2019 e continua a sê-lo. Enquanto as regiões da África Central, Oriental, do Norte e Ocidental registaram a maioria dos ataques e incidentes terroristas, a região da África Austral que, no passado, não tinha registado quaisquer incidentes terroristas, começou a registar consistentemente ataques terroristas e incidentes extremistas.

168. Os Estados Membros, as CER, os MR e a Comissão, com o apoio dos Parceiros, continuam a adoptar várias iniciativas estratégicas e operacionais a nível nacional, regional e continental para mitigar a situação. No entanto, o fenómeno evoluiu para um cocktail complexo de actos de violência impulsionados por ideologias, crime organizado transnacional e insurreição. Isso manifesta-se na multiplicidade de grupos armados com motivos variados que se espalham e desencadeiam a violência pelo continente, causando morte, deslocamento, destruição e perturbação das comunidades e suas economias.

169. Apesar dos esforços combinados dentro do Continente, a ameaça continua a sofrer uma mutação, desafiando assim as estratégias de resposta em vigor. O que é preocupante neste contexto, é o fenómeno crescente da violência inter-comunal, especialmente entre pastores e agricultores. Os terroristas e extremistas estão a tirar partido desta situação para continuar com as suas actividades destrutivas. Além disso, também é preocupante a expansão gradual do extremismo violento em novos territórios por grupos extremistas violentos. As tendências recentes em que estes grupos lançam ataques contra as forças armadas e outras agências de segurança são também uma mudança de tática em relação aos ataques anteriores a alvos fracos.

170. A prevalência contínua de uma série de lacunas estruturais e de governança tende a tornar bastante difícil acelerar a criação das condições socioeconómicas necessárias que poderiam impedir a disseminação de acções e a influência dos grupos terroristas. Há necessidade de reforçar a cooperação interestatal e regional no apoio aos esforços dos vários governos neste sentido.

171. A Comissão continuou a apoiar aos Estados-Membros afectados nas áreas do desenvolvimento de capacidades e do reforço das instituições e capacidades do pessoal relevante, nomeadamente através do Centro Africano de Estudos e Investigação sobre Terrorismo (ACSRT). Nos esforços da UA para prevenir e combater o terrorismo, os acordos como os processos de Nouakchott e de Djibouti, que proporcionam aos Estados-Membros plataformas de partilha de informações, normais e secretas como ferramentas vitais no combate ao terrorismo e ao extremismo, revestem-se de grande importância. Para intensificar os esforços da UA na prevenção e luta contra o terrorismo e o extremismo violento, é urgente activar o Subcomité do CPS para o combate ao terrorismo, de acordo com o comunicado do CPS [PSC/PR/COMM]. (DCCCLXVIII)] adoptado na 868ª Reunião do CPS realizada em 23 de novembro de 2018;

H. Combate ao Crime Organizado Transnacional

172. O crime organizado transnacional é uma ameaça crescente à paz, segurança e estabilidade no continente, afectando tanto a segurança do Estado como a segurança humana. Isto porque os criminosos e as suas redes estão a tirar partido das tecnologias modernas que têm facilitado a comunicação e o transporte, e agora realizam actividades ilegais em áreas geográficas cada vez maiores. O crime organizado transnacional é uma indústria em constante mudança, adaptando-se aos mercados e criando novas formas de crime. Transcende fronteiras sociais, culturais e geográficas, e não se conhecem fronteiras ou regras.

173. Embora o dinheiro seja frequentemente a principal motivação dos indivíduos envolvidos nas várias actividades ilegais, o crime organizado transnacional é agora uma atracção para outros grupos como insurgentes, extremistas e terroristas que se envolvem em actividades ilícitas para financiar a violência, e outros abusos como o tráfico de seres humanos. A crescente evidência de ligações entre grupos criminosos e redes terroristas agrava a situação. Este cenário tem sido observado principalmente na região do Sahel.

174. A este respeito, a Comissão, continua a facilitar uma maior cooperação entre as agências policiais dos Estados-Membros da União Africana, inclusive através do recém-criado Mecanismo de Cooperação Policial da União Africana (AFRIPOL), como instituição especializada em cooperação policial. Até ao momento, 48 Estados-Membros criaram os seus Gabinetes Nacionais de Ligação da AFRIPOL, tal como previsto nos Estatutos da AFRIPOL. O Secretariado da AFRIPOL formou os chefes dos Gabinetes Nacionais de Ligação sobre as suas funções e responsabilidades. Também foram formados especialistas em Tecnologias de Informação em gestão do Sistema Africano de Comunicação Policial (AFSECOM). Após a formação, foi providenciado o equipamento básico de comunicação. O sistema AFSECOM permite a partilha de informações e dados como parte dos esforços para reforçar a cooperação na prevenção e combate a todas as formas de crime organizado transnacional. A AFRIPOL também tem proporcionado fóruns para a troca de pontos de vista e formação para agências policiais em áreas prioritárias do crime, como o combate ao crime cibernético, o combate ao tráfico de drogas e armas, e o combate à lavagem de dinheiro.

175. A AFRIPOL também criou o Grupo de Trabalho sobre Crimes Cibernéticos para assessorar ao Secretariado da AFRIPOL sobre questões técnicas, jurídicas, políticas, institucionais e outras relacionadas com a segurança cibernética. Isto foi em cumprimento da recomendação adoptada pela Segunda Conferência Geral da AFRIPOL que se realizou em Argel, Argélia, em Outubro de 2018. O Secretariado também está a trabalhar com as agências policiais dos Estados-Membros para criar os grupos de trabalho em matéria de crime organizado transnacional e terrorismo.

176. Como parte do compromisso com os Órgãos de Política da UA, o Secretariado da AFRIPOL também deu informação ao Conselho de Paz e Segurança da UA na sua 845ª reunião realizada em 25 de Abril de 2019 sob o tema "Ameaça do Crime Organizado Transnacional, Paz e Segurança em África". O CPS, entre outros aspectos, elogiou os esforços da AFRIPOL no sentido de criar e reforçar as capacidades das agências policiais dos Estados-Membros e realçou a necessidade de reforçar ainda mais a capacidade dos sistemas nacionais de justiça, cooperação entre a polícia fronteiriça e as unidades de informação financeira, bem como no sentido de envolver a sociedade civil e as comunidades locais nos esforços destinados a prevenir e combater o terrorismo e o crime transnacional organizado. O Secretariado da AFRIPOL esforçar-se-á em concentrar os seus programas de capacitação nestas áreas.

177. Entende-se que os crimes transnacionais continuarão a crescer enquanto continuarem a dar lucros elevados com riscos limitados para os criminosos. É a este respeito que a AFRIPOL dá prioridade à melhor cooperação entre as agências policiais no continente e fora dele, e a AFRIPOL está celebrando acordos de cooperação com agências de cooperação policial afins em todo o mundo, com o intuito de aumentar as interdições e prisões de criminosos onde quer que eles estejam. A UA assinou um acordo de cooperação com a INTERPOL sobre a cooperação com a AFRIPOL, que permitirá à AFRIPOL aceder às 17 bases de dados da INTERPOL. As duas instituições também elaboraram um Plano de Trabalho Conjunto sobre as prioridades comuns, com o objectivo de reforçar a cooperação entre as duas partes na área do combate às actividades criminosas no continente africano.

178. A UA também vai assinar carta de intenções com a AMERIPOL, o que proporcionará um quadro de cooperação mútua entre a AMERIPOL e a AFRIPOL. A AFRIPOL também continua a colaborar com outras instituições de cooperação policial como a EUROPOL, a ASEANAPOL e a GCC-POL. A AFRIPOL também está a cooperar com a Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira (FRONTEX) em áreas de interesse comum, como a gestão de fronteiras e a luta contra a criminalidade transfronteiriça.

179. Neste sentido, a Conferência pode querer saudar as iniciativas da AFRIPOL no combate ao crime organizado transnacional, incluindo o combate ao tráfico de armas ilícitas, drogas e contrabando. A Conferência pode desejar solicitar à Comissão que acelere o recrutamento de pessoal para o Secretariado da AFRIPOL, de modo a permitir

que este cumpra eficazmente o seu mandato. A este respeito, a Conferência poderá desejar elogiar a Argélia pelo destacamento de oficiais para o Secretariado da AFRIPOL e apelar a todos os Estados Membros para que destaquem oficiais para o Secretariado, conforme previsto na Estrutura da AFRIPOL.

I. Sistema Continental de Alerta Precoce (CEWS)

180. Durante o período em análise, a UA continuou a intensificar os seus esforços no que diz respeito ao alerta precoce continental e à acção precoce. Neste contexto, o CPS recebeu o último informe sobre o rastreio do horizonte pelo CEWS em Dezembro de 2019. Também foram feitos progressos significativos no reforço da colaboração com os sistemas de alerta precoce das CER/MR através do intercâmbio de informações e da implementação de actividades conjuntas.

181. Como parte da implementação da Avaliação da Vulnerabilidade e Resiliência Estrutural do País (CSVRA) e do Relatório da Estratégia de Mitigação da Vulnerabilidade Estrutural do País (CSVMS) da República do Gana, e na sequência de um pedido do Governo, a Comissão está a trabalhar em estreita colaboração com o Governo do Gana para prestar o apoio necessário na implementação da estratégia de Mitigação. Neste sentido, a Conferência pode desejar incentivar os Estados membros a prestarem o apoio necessário à República de Gana e aos países que ainda não solicitaram apoio para que possam aproveitar plenamente as ferramentas estruturais de prevenção de conflitos desenvolvidas pela Comissão. O apoio aos Estados-Membros na criação e reforço das Infra-estruturas Nacionais de Paz (INP), incluindo mecanismos de alerta e resposta precoce, foi levado a cabo como parte da implementação das decisões do CPS sobre prevenção de conflitos estruturais. A AUC forneceu ferramentas e software de recolha e análise de dados, bem como formação em recolha de informação e metodologias de alerta precoce a sete (7) Estados Membros da UA.

J. Painel dos Sábios (PS)

182. O Painel dos Sábios (PS) e seus órgãos subsidiários, o PAN-WISE e a FEM-WISE, que é a Rede de Mulheres Africanas em Prevenção e Mediação de Conflitos, também continuaram a implementar as suas iniciativas de Diplomacia Preventiva e de prevenção de conflitos. O Painel dos Sábios (PS) realizou a sua Reunião Estatutária à margem do Retiro de Alto Nível para Enviados da UA em Djibouti, em 28 de Outubro de 2019. De 28 a 29 de novembro de 2019, foi organizado um seminário temático do PS sobre Migração, Paz e Segurança. Para intensificar ainda mais os esforços de prevenção de conflitos no Continente, é essencial que haja uma interacção regular entre o CPS e o PS. Neste contexto, estas interacções poderiam ser realizadas duas vezes por ano.

183. A 3ª Reunião da Conferência Geral da FemWise Africa teve lugar de 26 a 27 de Novembro de 2019 em Adis Abeba, Etiópia, sob o tema " Silenciar as armas até 2020": Consolidar e Sustentar as Estruturas Operacionais do FemWise - África". O objectivo da reunião era rever os progressos na operacionalização da Rede e iniciar o processo de

estabelecimento dos Capítulos regionais e nacionais da Rede FemWise-África. Até ao momento, 395 membros concluíram com êxito o processo de acreditação e foram formalmente aceites na Rede, e estão prontos para serem destacados em todo o continente para missões de mediação e prevenção de conflitos. Desde 2018, o Secretariado organizou três sessões de formação em indução e mediação básica na sede da CUA. O Secretariado elaborou um Quadro para a descentralização da Rede através do Estabelecimento de Capítulos Regionais e Nacionais. A este respeito, a CEDEAO lançou a FemWise-CEDEAO em Novembro de 2019 em Abidjan, Costa do Marfim.

184. A Comissão da UA destacou membros da FemWise-África para missões de curta e longa duração. Os destacamentos a curto prazo foram principalmente para missões de observação eleitoral no Benim, Mauritânia, Senegal, Nigéria, RDC, Maurícias e África do Sul. Os destacamentos a longo prazo de um ano produziram efeitos a partir de Setembro de 2019, com dois (2) membros destacados para o Escritório de Ligação da UA em Cartum, um membro para o Escritório de Ligação da UA, em Juba, e um membro para a Sede da CUA em Adis Abeba para apoiar o trabalho do Escritório que lida com o Sudão e do Sudão do Sul. Estão em curso processos para destacar mais membros para outros contextos.

K. Programa de Fronteiras da União Africana

185. Através do Programa de Fronteiras da União Africana (PFUA/AUBP), a Comissão tem apoiado os Estados-Membros na facilitação de uma série de reuniões conjuntas sobre fronteiras, inclusive entre o Zimbabwe e Moçambique; Sudão do Sul e Sudão; Zâmbia e Zimbabwe; Botswana e Zimbabwe; Uganda e Sudão do Sul e os Estados ribeirinhos do Lago Tanganica - Tanzânia, Zâmbia, Burundi e República Democrática do Congo, com o objectivo de delimitar e demarcar as suas fronteiras comuns, de modo a cumprir com o prazo de 2022 para a demarcação de todas as fronteiras Africanas, estabelecido pelos Ministros Encarregados das Questões relativa às Fronteiras, em conformidade com a Declaração sobre o Programa de Fronteiras da União Africana e as Modalidades de prossecução e aceleração da sua implementação.

186. O PFUA também distribuiu um questionário anual a todos os Estados Membros Africanos sobre o estado das suas fronteiras com vista a actualizar a base de dados existente. Até à data, o PFUA recebeu apenas cinco (5) respostas dos Estados-Membros. O Programa enviou também questionários para avaliar as necessidades de reforço das capacidades dos seus Estados-Membros em matéria de gestão das suas fronteiras. O objectivo desta avaliação é estabelecer uma linha de base para a elaboração do programa de formação e investigação do PFUA. Além disso, o PFUA solicitou ao Instituto de Estudos de Paz e Segurança (IPSS) que realizasse um estudo sobre os actuais conflitos fronteiriços e territoriais no Corno de África. Espera-se que este estudo proporcione um inventário dos conflitos fronteiriços e proponha medidas concretas para a sua gestão e resolução por parte dos órgãos competentes da União Africana. Por último, a 5ª Reunião de Coordenação PFUA-RECs/RMs sobre a Governação das Fronteiras em África realizada em Setembro de 2019 teve como objectivo principal reforçar e consolidar a

parceria, coordenar os esforços em questões relacionadas com as fronteiras, e rever o progresso da implementação do Roteiro PFUA-RECs/RMs 2018-2022.

L. Mulheres, Paz e Segurança

187. O CPS tem-se mantido activo na promoção da questão das mulheres, paz e segurança em África. Como tem sido sua tradição, o CPS realizou várias reuniões sobre o papel das mulheres no que concerne às questões de paz e segurança no Continente, com estreito envolvimento com o Enviado Especial da UA para Mulheres, Paz e Segurança.

188. Durante o período em apreço, o Quadro Continental de Resultados (QCR) para a monitorização e informação sobre a implementação da Agenda Mulher, Paz e Segurança, foi lançado em 4 de Fevereiro de 2019, durante a 32ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, na sequência da sua adopção pelo CPS na sua 772ª reunião, realizada em 16 de Maio de 2018. Subsequentemente, a Enviada Especial empreendeu uma série de actividades durante 2019 para divulgar o QCR (Quadro Comum de Referência), aumentar a sua visibilidade e reconhecimento e defender a sua utilização pelos Estados Membros. O primeiro relatório do Presidente da Comissão sobre o QCR foi apresentado ao CPS na sua 887ª reunião, realizada em 17 de Outubro de 2019. O Conselho elogiou o relatório e enfatizou que o mesmo cria uma base para os Estados-Membros racionalizarem o papel das mulheres em questões de paz e segurança nos programas nacionais. O Conselho incentivou a todos os Estados-Membros a envolverem o Gabinete da Enviada Especial na utilização do QCR.

189. Ademais, durante o período em apreço, o CPS teve a sua 862ª reunião em 23 de julho de 2019, na qual o Conselho acordou em organizar anualmente uma sessão aberta sobre violência sexual relacionada com conflitos, que servirá como um fórum anual para fazer um balanço dos progressos alcançados e dos desafios enfrentados nos esforços destinados a pôr fim à violência sexual em conflitos armados.

190. A Conferência pode desejar apelar aos Estados Membros da UA para que aproveitem a oportunidade do ano 2020, sob o tema "silenciar as armas em África" para fazer um balanço dos progressos realizados na implementação do Quadro Continental de Resultados como Mecanismo Africano para avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Membros, em conformidade com as disposições relevantes da Agenda 2063 da UA, relativas à Resolução 1325 (2000) e as políticas da UA sobre prevenção e combate à violência sexual.

M. Implementação do Programa do Género, Paz e Segurança (GPSP)

191. O Programa do Género, Paz e Segurança da Comissão (GPSP) continuou a aumentar a participação na paz e segurança e a reforçar a protecção em situações de conflito e pós-conflito. Em Outubro e Dezembro de 2018, foram feitas visitas de campo por parte do GPSP na região do Sahel, com o objectivo de avaliar e documentar os desafios

encontrados, os sucessos alcançados, as melhores práticas e as lições aprendidas no que diz respeito a projectos relacionados com a integração da perspectiva de género e a agenda do Programa MPS (Mulheres, Paz e Segurança). Na RCA, o Ministério para a Promoção da Mulher, Família e Protecção da Criança, em colaboração com o Gabinete de Ligação da Comissão, aproveitou a ocasião do Dia Internacional da Mulher para popularizar e promover o Acordo Político pela Paz e Reconciliação na RCA, assinado em Fevereiro de 2019. O Dia Internacional da Mulher foi utilizado com sucesso para pôr em marcha uma série de iniciativas relacionadas com a popularização do Acordo de Cartum e o papel da mulher na implementação do processo de paz.

192. A experiência tem mostrado que devem ser intensificados os esforços que visam garantir que as questões de RDPC sejam tratadas de forma holística, incluindo as relacionadas a abusos, traumas e outras necessidades psicossociais das vítimas de conflitos violentos. Há um forte imperativo de investir os recursos necessários para lidar com estes efeitos indirectos do conflito. Na mesma perspectiva, há uma necessidade de realinhar os esforços de estabilização da UA em curso com a política de RDPC para garantir abordagens holísticas e adequadas aos objectivos das nossas intervenções. Estes esforços devem ser invariavelmente orientados por políticas apropriadas da UA que evitem simultaneamente sobreposições desnecessárias nas nossas intervenções estratégicas.

193. A Conferência pode desejar encorajar os Estados Membros a contribuir para o Quadro de Mobilização de Recursos da Iniciativa de Solidariedade Africana. A Conferência pode desejar encorajar a NEPAD/AU Agência de Desenvolvimento a estabelecer uma estreita ligação com a Comissão, a Agência Humanitária da UA e o Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito da UA para garantir a coerência e sinergia dos esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. A Conferência pode ainda desejar encorajar o engajamento mais estratégica dos Estados membros sobre SSR processos para garantir abordagens bem coordenados, dotados de recursos, estruturado e desenvolver sustentada monitoramento e capacidades de avaliação em países emergentes do conflito.

194. A Conferência pode desejar recordar decisões e pronunciamentos anteriores sobre as mulheres, a paz e a segurança em África. A Conferência pode desejar encorajar os Estados Membros a implementar a Política de Justiça Transitória da UA (AUTJP) para alcançar a paz sustentável, a justiça, a reconciliação, a coesão social e a cura, em conformidade com o Artigo 4 (o) do Acto Constitutivo da UA, que apela à resolução pacífica dos conflitos, ao respeito pela santidade da vida humana e à condenação e rejeição da impunidade.

N. “Crianças afectadas por conflitos armados em África”

195. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana reconheceu a protecção dos direitos e bem-estar da criança como um imperativo para a paz e segurança sustentáveis em África. Para garantir melhor protecção dos direitos e bem-estar da criança em

situações de conflito, o CPS adoptou várias decisões com diferentes implicações políticas. Além disso, a Conferência, em Fevereiro de 2019, solicitou à Comissão a elaboração de um mecanismo continental de monitorização, informação e responsabilização, bem como o estabelecimento de uma arquitectura de protecção infantil como um subconjunto da AAPS. Além das decisões do CPS e da Conferência, tratados regionais específicos sobre crianças, tratados internacionais com implicações para a protecção de crianças, bem como as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, proporcionam inúmeras estruturas políticas para a protecção de crianças em situações de conflito. A implementação destas decisões e resoluções pela Comissão poderia ser difícil na ausência de um documento de política de "balcão único" que reúna e contextualize todas estas decisões e resoluções de uma forma que dê orientações claras, concisas e concretas para a acção dos líderes e do pessoal.

196. Além disso, o CPS tem vindo a defender a questão da protecção das crianças. Institucionalizou e regularizou uma sessão aberta anual sobre a situação das crianças em contextos de conflito em África. Durante tais sessões abertas, o CPS recebe sempre relatórios do Comité Africano de Peritos em Direitos e Bem-Estar da Criança e de outras partes interessadas, incluindo a Save the Children. É na mesma linha que o 7º Seminário de Alto Nível realizado em Libreville em Janeiro de 2020 discutiu questões relacionadas com a protecção de crianças em situações de conflito em África. Pode-se recordar que, nos últimos anos, o CPS tem repetidamente sublinhado a necessidade de todas as partes interessadas em cumprir estritamente os vários quadros continentais e internacionais de direitos humanos, incluindo, a este respeito, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. Ademais, o CPS também salientou repetidamente a importância de todos os Estados-Membros garantirem os direitos económicos, sociais e culturais, inclusive das crianças refugiadas e das que se encontram nos campos de pessoas deslocadas internamente.

197. Durante o período em análise, os Estados Membros da UA continuaram a intensificar os esforços e acções com vista a defender os direitos das crianças em África. Para este efeito, alguns Estados Membros, nomeadamente, Libéria, Nigéria, Ruanda, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe, bem como alguns parceiros, criaram um Grupo de Amigos das Crianças Afectadas Por Conflitos Armados. O Grupo visa coordenar os esforços da UA e dos parceiros na protecção dos direitos da criança no Continente. Deve-se notar que também estão em curso esforços para nomear um/a Enviado/a Especial para Crianças em Conflitos Armados, em consonância com o pedido persistente do CPS ao Presidente da Comissão.

198. Por seu turno a Comissão da UA, através do Departamento de Paz e Segurança, empreendeu as actividades abaixo delineadas no sentido de garantir a protecção das crianças no Continente:

- completou a integração da protecção da criança nos documentos sobre as Operações de Apoio à Paz da UA, tais como o projecto da Doutrina da

Operação de Apoio à Paz da UA e o Projecto de Directrizes para os PCT(TCC)/PCP (PCCs);

- levou a cabo uma formação avançada de 25 profissionais de 21 países africanos em matéria de protecção infantil. Três destes já foram destacados para as Operações de Apoio à Paz da UA;
- Levou a cabo uma formação para 21 militares, polícias e lideranças civis seniores da FAEA sobre protecção infantil e uma formação sobre protecção infantil para membros do pessoal da CUA e formou o Grupo de Coordenação da União Africana sobre Crianças em Situações de Conflito;
- trabalhando com o Comité Africano de Peritos em Direitos e Bem-Estar da Criança, desenvolveu um manual de formação harmonizado de protecção da criança; e
- criou o Grupo de Trabalho da UA sobre Crianças em Situação de Conflito, reunindo a família da UA, a ONU e agências, instituições e organizações não governamentais; também formou os Pontos Focais de Protecção da Criança da CUA, reunindo pessoas focais dos diferentes departamentos da CUA.

199. A Conferência pode querer elogiar os Estados Membros da UA e a Comissão da UA pelos progressos realizados para garantir que a questão da protecção das crianças seja transversal ao trabalho da UA e das CER/MR, bem como nos Estados Membros. A Conferência também pode desejar elogiar os esforços dos parceiros no apoio aos esforços da UA e solicitar-lhes que coordenem os seus esforços através da Comissão da UA, com vista a alcançar os objectivos estabelecidos. A Conferência pode desejar solicitar à Comissão da UA a integração da protecção da criança no projecto/campanha ^aSilenciar as Armas^a e no tema da UA para o ano 2020. A Conferência pode ainda solicitar à Comissão da UA que elabore uma política abrangente sobre a protecção da criança nas operações de apoio à paz da UA que dê orientações claras, concisas e concretas sobre os papéis, responsabilidades e tarefas específicas que são exigidas à liderança e pessoal das operações de apoio à paz da UA para melhor proteger as crianças em situações de conflito e responder eficazmente às preocupações legítimas de segurança dos Estados membros que surgem dos papéis que as crianças desempenham nos conflitos em África e submeter à consideração do CPS. A Conferência pode desejar reiterar o seu apelo para que o Presidente da Comissão nomeie um enviado especial para Crianças em Conflitos Armados.

O. Jovens, Paz e Segurança

200. O programa Jovens pela Paz (Y4P) em África do DPS-UA visa implementar o Artigo 17 da Carta da Juventude Africana (CAJ) de Julho de 2006 e a Resolução 2250 do CSNU. Visa dissuadir os jovens da violência e facilitar a sua participação significativa em todos os espectros da paz e da segurança. No cumprimento da Decisão da Conferência de

Fevereiro de 2019 (Conferência/UA/Dez.718 (XXXII) e da Iniciativa '1 Milhão até 2021' do Presidente da CUA, o programa tem facilitado a formação de jovens em consolidação da paz, incluindo análise de conflitos, diálogo e mediação, bem como direitos humanos e género, entre outros aspectos. Em colaboração com os departamentos relevantes da Comissão da UA e das CER/MRMs, o Programa Y4P África tem envidado esforços no sentido de implementar o comunicado [PSC/PR/COMM]. (DCCCVII)] adoptada pelo CPS na sua 807ª reunião, realizada a 8 de Novembro de 2018, dedicada à Juventude, Paz e Segurança (JPS). Tais esforços incluem a finalização de uma estrutura continental sobre a JPS; a realização do estudo continental sobre os papéis e contribuições da juventude para a paz e segurança e a selecção de cinco (5) embaixadores regionais da juventude africana para a paz (JEAP).

201. Durante a 895ª reunião do CPS, realizada em 15 de Novembro de 2019, sobre juventude, paz e segurança, o programa Y4P África apresentou os cinco JEAP seleccionados ao Conselho para a sua aprovação. O programa Y4P também apresentou relatórios de progresso sobre o projecto de Quadro continental sobre a juventude, paz e segurança e o estudo sobre os papéis e contribuições da juventude para a paz e segurança, que foram analisados pelo Comité de Peritos do CPS de 17 a 19 de Dezembro de 2019 em Nairóbi, Quénia. Os Documentos serão então apresentados ao CPS para apreciação.

202. Ademais, como parte dos esforços para implementar efectivamente o programa, está a ser elaborado um plano estratégico continental de cinco anos (2020 - 2024) com marcos claros, em conjunto com o esboço do quadro continental e o respectivo plano de implementação. Em resumo, o programa Y4P renovou o ímpeto do envolvimento da juventude nas questões de paz e segurança no Continente e este progresso deve ser encorajado.

203. Além disso, como parte do apoio ao Governo da Etiópia para capacitar a juventude para desempenhar um papel construtivo nos esforços de paz e segurança do país, bem como para promover a unidade nacional, coesão, paz e estabilidade, o programa da UA Y4P África em colaboração com o Ministério da Paz organizou um seminário para facilitar a promoção do diálogo intra e transregional inclusivo entre jovens e a partilha de experiências de melhores práticas na área da construção da nação, governação e consolidação da paz.

204. Neste sentido, a Conferência poderá solicitar à Comissão da UA que institucionalize o programa dentro do Departamento de Paz e Segurança com a designação de um gabinete dedicado à coordenação dos esforços de todas as partes interessadas e facilitar a sua plena operacionalização, com vista a satisfazer as crescentes expectativas da juventude em todo o continente. Ademais, a Conferência pode desejar apoiar os cinco Jovens Embaixadores Africanos para a Paz que representam as cinco regiões da UA e encorajá-los a continuar a promover o papel da juventude no Continente em questões concernentes a paz e segurança, em conformidade com os instrumentos relevantes da UA.

P. Mudanças climáticas e paz e segurança em África

205. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) também assumiu a questão da ameaça das alterações climáticas. A este respeito, o Conselho dedicou sua 877ª reunião, realizada em 10 de setembro de 2019, a uma sessão aberta sobre o tema: "Mudanças Climáticas e seus impactos nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento". Nessa reunião, o CPS reiterou o seu apelo ao apoio aos compromissos e acordos internacionais e regionais em matéria de alterações climáticas, em particular o Acordo de Paris e, a este respeito, apelou à comunidade internacional para que cumprisse com a promessa de 100 mil milhões de dólares por ano, para financiar acções relativas às alterações climáticas a nível nacional, regional e internacional. O CPS solicitou aos órgãos relevantes da UA e ao Presidente da Comissão da UA, que explorassem, em consulta com os Estados Membros, meios e formas inovadoras de financiamento de acções climáticas em África, incluindo a parceria com o sector privado para suprir a actual lacuna de financiamento, de modo a proporcionar todo o apoio necessário às três Comissões que emanam da Cimeira de Acção Africana (Marraquexe 2016), à Iniciativa Africana de Adaptação (AAI), à Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI) e à Iniciativa para a Adaptação da Agricultura Africana (AAA).

206. O CPS observou com profunda preocupação que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas, incluindo a subida do nível do mar, a erosão costeira, a acidificação dos oceanos e os fenómenos climáticos extremos. A este respeito, o Conselho realçou a necessidade de os Estados-Membros aumentarem os investimentos em programas de adaptação e resiliência e destacou a necessidade de integração da Economia Azul como componente essencial dos planos e programas nacionais de desenvolvimento e investimento, de modo a criar resiliência contra os efeitos negativos das alterações climáticas.

207. O CPS também dedicou a sua 828ª reunião, realizada em 19 de Fevereiro de 2019, a uma sessão aberta sobre o tema: "Financiamento para a Adaptação às Alterações Climáticas de acordo com a Iniciativa de Adaptação de África (IAA)". Na referida reunião, o CPS reiterou o seu apelo aos Estados-Membros para acelerarem a implementação de todos os compromissos e acordos internacionais e regionais existentes relacionados com a mitigação dos efeitos adversos das alterações climáticas, incluindo o Acordo de Paris, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Deterioram a Camada de Ozono e o Quadro de Redução do Risco de Desastres de Sendai (2015-2030).

208. À luz do acima exposto, a Conferência pode desejar manifestar profunda preocupação com a falta de recursos necessários para lidar com o impacto negativo das alterações climáticas; reiterar o apelo para que haja um apoio sustentado aos compromissos e acordos internacionais e regionais sobre as alterações climáticas, em particular o Acordo de Paris. A Conferência também pode desejar apelar aos membros da comunidade internacional para que cumpram com a promessa de contribuição de 100 bilhões de dólares por ano, para o financiamento de acções relativas à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas a nível nacional, regional e internacional. A Conferência

pode querer salientar a importância da coordenação e complementaridade das iniciativas, bem como a necessidade de uma melhor coesão institucional entre as diferentes entidades que trabalham no domínio das alterações climáticas e realçar a necessidade de a Comissão da UA envolver-se mais activamente na arquitectura institucional continental relativa às alterações climáticas, desempenhar um papel central e integrar as alterações climáticas em todas as suas actividades, sobretudo nos domínios do alerta precoce e da prevenção de conflitos e crises violentas ligadas às alterações climáticas. Mais ainda, a Conferência pode desejar orientar os órgãos relevantes da UA e ao Presidente da Comissão da UA, que em consulta com os Estados Membros, explorem formas e meios inovadores de financiamento de acções climáticas em África.

Q. Nexo entre Desenvolvimento, paz e segurança em África

209. O Conselho de Paz e Segurança também tem estado a prestar atenção ao nexos entre desenvolvimento, paz e segurança. Neste contexto, o CPS dedicou a sua 883ª reunião, realizada a nível ministerial em 27 de Setembro de 2019, à margem da 74ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, à consideração da "Interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento: rumo a um compromisso colectivo em prol da acção".

210. Na referida reunião, o CPS saudou as iniciativas tomadas pela Região da Bacia do Lago Chade, através da Estratégia Regional para a Estabilização, Recuperação e Resiliência das Áreas afectadas pelo Boko Haram, bem como a abordagem abrangente adoptada pelo G5-Sahel e a decisão adoptada pela Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sobre a luta contra o terrorismo, em 14 de Setembro de 2019, que decidiu mobilizar um bilião de dólares americanos para um plano de acção abrangente e holístico de luta contra o terrorismo na região. O CPS fez um apelo para que seja feita uma implementação efectiva do Quadro Político da UA para a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (PCRD), enfatizou a necessidade de a UA continuar a mobilizar uma frente africana unida contra os efeitos negativos das alterações climáticas a nível nacional, regional, continental e global, através de medidas de resiliência e adaptação, no contexto do Acordo de Paris de 2015 e do apoio às iniciativas e estratégias Africanas existentes, tais como a primeira Cimeira Africana de Acção, realizada em Marraquexe a 16 de Novembro de 2016 e as suas três Comissões dedicadas à Região do Sahel, à Bacia do Congo e aos Estados Insulares.

211. Além disso, o CPS, reitera o imperativo de se integrar a dimensão da paz, segurança e desenvolvimento na implementação contínua do Roteiro Mestre da UA de Passos Práticos para Silenciar as Armas em África, dado o seu impacto positivo na estabilização do Continente. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão que melhorasse ainda mais a colaboração e coordenação entre os diferentes departamentos da Comissão da UA e as Agências Especializadas da UA para apoiarem o CPS, no cumprimento do seu mandato, tendo em conta a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento; e

solicita ao Presidente da Comissão que apresente, anualmente, um relatório sobre as medidas que estiverem a ser tomadas para o efeito.

212. A este respeito, a Conferência pode desejar enfatizar a crescente ligação entre paz, segurança e desenvolvimento, bem como os efeitos das alterações climáticas no Continente, pode ainda solicitar ao Presidente da Comissão que reforce cada vez mais a colaboração e coordenação entre os diferentes departamentos da Comissão da UA e as Agências Especializadas da UA para apoiar o CPS, tendo em conta a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento, no cumprimento do seu mandato; e solicitar ao Presidente da Comissão que apresente um relatório anual sobre as medidas tomadas nesse sentido.

V. CONCLUSÃO

213. Este relatório procurou dar informação actualizada a Conferência sobre os desenvolvimentos no panorama de paz e segurança em África durante o período de Fevereiro de 2019 a Fevereiro de 2020. Embora alguns países em conflito, bem como os que se encontram na fase pós-conflito, tenham registado progressos, outros têm continuado a registar atrasos, necessitando, por conseguinte, de uma atenção constante do CPS e de todos os Estados-Membros. As situações na Líbia e no Sul do Sudão requerem uma atenção muito urgente para voltar a colocá-los no caminho da paz e do desenvolvimento sustentáveis.

214. De facto, as actuais abordagens continentais para gerir e resolver conflitos não podem ser consideradas uma panaceia. Portanto, há uma necessidade urgente de a UA continuar a explorar novas abordagens estratégicas para a gestão e resolução de conflitos no panorama político e de segurança em constante mudança no Continente. Isto deverá ajudar ao CPS a lidar com ameaças emergentes, como os flagelos do terrorismo, o extremismo violento, o crime organizado transnacional e o tráfico, bem como os impactos negativos das alterações climáticas, que assumiram uma escala de expansão e intensidade sem precedentes no Continente. Além disso, os esforços envidados durante 2019 para fortalecer o trabalho do CPS na prevenção de conflitos e consolidação da paz, e a promoção combinada do desenvolvimento, paz e segurança em África, é um desenvolvimento acolhido com agrado que deve ser nutrido e sustentado.

215. A criação do Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito da União Africana, no Cairo, é, de facto, uma realização significativa que ajudará aos países que emergem de conflitos a consolidar a sua paz e a fazer avançar a sua agenda socioeconómica. Apesar dos ganhos obtidos, o Continente continua a enfrentar uma infinidade de problemas, incluindo interferências políticas e militares externas, o que não é coerente com os textos e políticas da UA em matéria de defesa, paz, segurança e protecção no interior do Continente. Este fenómeno crescente é uma preocupação a que a Conferência deve prestar atenção, com a devida urgência, dadas as suas implicações para a estabilidade, coesão e solidariedade futuras no Continente.

216. Finalmente, em conformidade com a visão e as disposições do Acto Constitutivo da UA e do Protocolo do CPS, para que África tenha um mecanismo único para a sua defesa, paz, segurança e protecção, acolhe-se com agrado o facto de a UA e as CER/RM terem continuado a prestar bastante atenção ao imperativo da plena operacionalização da FAEA, incluindo a harmonização da CARIC no âmbito da FAEA. Os esforços envidados com vista a elaborar várias políticas para o funcionamento da FAEA, nomeadamente a nova Doutrina para as Operações de Apoio à Paz, bem como para a criação dos Depósitos Regionais de Logística da FAEA, são deveras louváveis. Neste contexto, também é necessário que haja um esforço contínuo para garantir a prontidão para o desdobramento das Brigadas Regionais da FAEA.

**PROJECTO DE
DECISÃO DA ASSEMBLEIA SOBRE O RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ
E SEGURANÇA RELATIVO ÀS SUAS ACTIVIDADES E AO ESTADO DE PAZ E
SEGURANÇA EM ÁFRICA**

A Conferência,

1. **TOMA NOTA** do relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas Actividades e o Estado de Paz e Segurança em África e **INCENTIVA** ao Conselho de Paz e Segurança (CPS), a trabalhar com as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), com o apoio da Comissão da União Africana (UA) a continuar a intensificar os esforços para prevenir, gerir e resolver situações de conflito e crise. A Conferência **INSTA** ainda a CPS a continuar a dar orientações estratégicas sobre a implementação de programas de estabilização, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em países que emergem de conflitos;
2. **ELOGIA** os esforços que estão a ser envidados por S.E. O Presidente Felix Tshisekedi e outros líderes da região para promover a paz e a estabilidade na RDC e também para promover boas relações de vizinhança com e entre os países da região. Neste contexto, a Conferência **REITERA** o imperativo da plena implementação do Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e a região, de 2013. A Conferência **MANIFESTA** a sua gratidão a MONUSCO, parceiros bilaterais e multilaterais da RDC, pelo seu contínuo apoio à estabilização da RDC, como evidenciado pelos recentes ganhos de paz e estabilidade alcançados na região de Kasai. A Conferência **APELA** aos Estados Membros da UA e à comunidade internacional em geral para que continuem a apoiar os actuais esforços da RDC, nomeadamente no desenvolvimento de infra-estruturas e na recuperação socioeconómica, em particular nas regiões afectadas pela insegurança. A Conferência **INCENTIVA** os Estados-Membros a apoiarem também os esforços na luta contra a epidemia do vírus do Ébola em partes da RDC. A Conferência **APELA** à comunidade internacional para que providencie apoio financeiro ao programa DDR na RDC e encoraja todos os parceiros a participarem também na Conferência sobre o Comércio e o Investimento da Região dos Grandes Lagos, prevista para ter lugar em Kigali, em Março de 2020.
3. **RECONHECE** as medidas tomadas pelo Governo do Burundi para enfrentar os desafios do país, especialmente no que diz respeito à preparação das próximas eleições em 2020, incluindo a criação, em 31 de Agosto de 2018, de uma Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), em conformidade com as disposições da Lei Eleitoral do Burundi; e uma Comissão de Verdade e Reconciliação (TRC) composta por 13 membros, em conformidade com o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha de 2000; a adopção do Roteiro de Kayanza para as eleições; e a publicação do calendário eleitoral pela CENI, entre outros. A Conferência **FELICITA**

ao Presidente Pierre Nkurunziza por honrar o seu compromisso de não apresentar a sua candidatura para as próximas eleições presidenciais de 2020. A Conferência **APELA** ao Governo e aos grupos da oposição para que intensifiquem os esforços com vista a finalizar um acordo consensual e inclusivo que esteja em conformidade com o espírito e o teor do Acordo de Arusha. A Conferência **INCENTIVA** a Comunidade da África Oriental (EAC), a UA e a Organização das Nações Unidas (ONU) a alinharem estreitamente os esforços no sentido de dar o tão necessário impulso ao processo político no Burundi. A Conferência **FELICITA** o trabalho dos Observadores de Direitos Humanos e Peritos Militares da UA posicionados no país desde 2015 por contribuírem para a promoção da coesão e da paz no país. A Conferência **REITERA O AEU APELO** à União Europeia para que levante as sanções impostas ao Burundi, a fim de criar condições favoráveis para facilitar a recuperação socioeconómica do país.

4. **INSTA** todas as partes interessadas da África Central a garantirem que as eleições gerais de 2020-2021 sejam organizadas como previsto, no estrito cumprimento das leis da África Central e do Acordo Político para a Paz e Reconciliação de 6 de Fevereiro de 2019. Neste contexto, a Conferência **FELICITA** ao Presidente Faustin Archange Touadera pelos seus esforços para construir um consenso inclusivo no seu país, nomeadamente através do diálogo que iniciou com os antigos Chefes de Estado da RCA, a saber, François Bozizé, Michel Djotodia e Catherine Samba-Panza, com base no Acordo de Paz como única referência deste diálogo. A Conferência **RECONHECE** os progressos alcançados na implementação do Acordo Político para a Paz e Reconciliação; **FELICITA** ao Comissário para a Paz e Segurança, Embaixador Smail Chergui pelos seus contínuos esforços juntamente com o Subsecretário das Nações Unidas para a Manutenção da Paz e **EXORTA** aos partidos da África Central a intensificarem o diálogo, com o apoio dos Garantes do Acordo. A Conferência **FELICITA** aos países da região pelo seu apoio à implementação do Acordo de Paz e pela convocação das Comissões Mistas para o efeito. A Conferência **INSTA** a MINUSCA a apoiar o destacamento dos Observadores da UA; **INSTA AINDA** sobretudo à Comissão de Consolidação da Paz; o Egito, na sua qualidade de Vice-Presidente da UNPBC e o Reino de Marrocos, Presidente da Configuração das Nações Unidas para a República Centro-Africana (RCA), pelos seus esforços no apoio à RCA e na defesa dos interesses dos países Africanos na agenda da UNPBC, nomeadamente através do Grupo Africano em Nova Iorque, bem como os parceiros internacionais a prestarem o apoio prometido à Missão da UA em Bangui e ao lançamento de projectos de desenvolvimento. A Conferência **SOLICITA** aos Estados Membros da UA e à comunidade internacional em geral que dêem apoio técnico e financeiro às autoridades da África Central, de modo a facilitar a organização bem sucedida das próximas eleições e da reconstrução económica na RCA.
5. **FELICITA** ao Governo dos Camarões por ter convocado o Diálogo Nacional e enviado a caravana da paz para o interior do país, bem como pela concessão de um estatuto especial à parte ocidental do país, cheia de instabilidade no espírito de

dar uma oportunidade à paz. A Conferência **TAMBÉM FELICITA** ao Governo pela libertação dos líderes políticos e prisioneiros responsáveis pela auto-declaração separatista da " República da Ambazônia " das regiões do noroeste e sudoeste. A Conferência **SOLICITA** ao Presidente da Comissão que prossiga os seus esforços no sentido de ajudar o povo camaronês a encontrar uma solução duradoura para a crise no seu país e que informe regularmente ao CPS.

6. **REITERA** a disponibilidade da UA de continuar com o seu papel de facilitação nas Comores, com vista a resolver todas as diferenças entre os intervenientes e **INCENTIVA** o CPS, com o apoio da Comissão da UA a continuar a acompanhar as Comores nos seus esforços com vista a fazer avançar o diálogo político para encontrar soluções consensuais para os desafios que se colocam. Neste contexto, a Assembleia **APELA** a todos os intervenientes Comorianos para que regressem à mesa de negociações sem quaisquer pré-condições com vista a, entre outros aspectos, encontrar uma solução negociada para as suas diferenças, no interesse de promover a estabilidade política e a reconciliação no país. A Conferência **ENCORAJA** S, Excia. O Presidente Azali a retomar o diálogo com a oposição com vista a melhorar a situação política do país e a libertar todos os presos políticos, a fim de promover o consenso na gestão dos assuntos do Estado.
7. **TOMA NOTA** do progresso constante na Somália e, neste sentido, **INCENTIVA** o Governo Federal da Somália (GFS), bem como os Estados Membros Federais (EMF), a continuarem a promover soluções consensuais para os desafios que o seu país enfrenta. A Conferência **APELA** aos parceiros internacionais para que continuem a ajudar os somalis e se abstenham de quaisquer acções que possam prejudicar os actuais esforços para pôr termo ao conflito naquele país. A Assembleia **REITERA** a necessidade de se acelerar a geração de forças de segurança Somalis adequadas para levarem a cabo operações conjuntas com a AMISOM, manter a ordem nos territórios recentemente libertados, proteger os centros populacionais e assegurar as Principais Rotas de Abastecimento, com vista a criar condições favoráveis que permitam às forças de defesa e segurança nacionais somalis assumir efectivamente as responsabilidades de segurança da AMISOM até 2021. A Conferência **FELICITA** à AMISOM e às Forças de Segurança da Somália por terem reduzido as capacidades do grupo terrorista Al Shabaab e **AGUARDA COM EXPECTATIVA** a continuação desta estreita colaboração na luta. A Conferência **CONDENA VEEMENTEMENTE** os ataques terroristas perpetrados na Somália e contra a AMISOM. Além disso, a Conferência **APRESENTA** as suas condolências às famílias enlutadas e **DESEJA** uma rápida recuperação aos feridos. A Conferência **FELICITA** ainda a Tropa e a Polícia dos Países Contribuintes da AMISOM pelos seus sacrifícios e compromissos para a restauração da paz e estabilidade na Somália.
8. **FELICITA** ao Sudão por ter sido eleito Presidente da IGAD e reafirma o seu apoio no novo papel do Sudão e a sua cooperação contínua no trabalho pela paz, estabilidade e desenvolvimento da região e do continente. A Conferência

FELICITA o Presidente Pierre Nkurunziza por honrar o seu compromisso de não alistar a sua candidatura nas próximas eleições presidenciais de 2020. A Conferência **INCENTIVA** todos os intervenientes Sudanese a manterem a dinâmica até agora mobilizada, particularmente uma forte coordenação e cooperação entre as autoridades de transição, uma vez que isso restabelecerá a confiança do povo do Sudão nas instituições nacionais. A Conferência **RENDE HOMENAGEM** aos esforços envidados pelo Presidente da União, S.E. O Presidente Abdel Fattah El-Sisi do Egipto, o Primeiro-Ministro da Etiópia, S.E. Dr. Abiy Ahmed, na sua qualidade de Presidente da IGAD, bem como pelo Presidente da Comissão, S. Excia. Moussa Faki Mahamat pelos seus esforços coordenados para encontrar uma solução para a crise no Sudão. A Conferência **SAÚDA** a realização de negociações entre o Governo de Transição do Sudão e os movimentos armados sudanese, sob os auspícios do Presidente Salvar Kiir Mayardit, e **MANIFESTA** o seu apreço pelos esforços que estão a ser desenvolvidos pela IGAD e pelos países da região. A Conferência **APELA veementemente** aos países que impuseram sanções económicas e financeiras à República do Sudão para que as retirem as sanções imediata e totalmente. Neste contexto, a Conferência **APELA** ao Governo dos Estados Unidos da América (EUA) para que retire o Sudão da sua Lista de Estados Patrocinadores do Terrorismo, de modo a facilitar o fluxo de investimentos no Sudão para promover a paz e o desenvolvimento sustentáveis. A Conferência também saúda as medidas que estão a ser tomadas pelo Governo do Sudão para atrair investidores e, neste contexto, reconhece o diálogo que tem sido aberto entre os Governos dos EUA e do Sudão para abordar estas questões. A Conferência **SOLICITA** ao Presidente da Comissão, em coordenação com a IGAD, que continue com os seus esforços no apoio ao Sudão durante o período de transição.

9. **FELICITA** ao Governo do Sudão e a UNAMID pelos seus esforços de colaboração e compromisso na implementação da resolução 2429 do Conselho de Segurança da ONU sobre a retirada gradual e também elogia o CPS e o Conselho de Segurança da ONU pela prorrogação do mandato da UNAMID até 31 de Outubro de 2020. A Conferência **REALÇA** a relevância de se manter a paz em Darfur através do investimento em projectos de desenvolvimento sustentável. A este respeito, a Conferência **INCENTIVA VEEMENTEMENTE** a Comissão da UA, juntamente com as Nações Unidas, a empreender iniciativas estratégicas que garantam uma mobilização eficaz de recursos, incluindo fundos para a estabilização e desenvolvimento do Darfur. A este respeito, a Conferência **SALIENTA** que a retirada deve ser concluída de forma a preservar os ganhos que estão a ser feitos em Darfur, dentro do contexto geral da busca pela paz, estabilidade e desenvolvimento no Sudão.
10. **RECONHECE** os esforços envidados por S.Exa. Presidente Yoweri Kaguta Museveni do Uganda e do Chefe do Conselho Soberano do Sudão, HE Abdel-Fatah Al-Burhan ao convocar a Cimeira de Entebbe em Novembro de 2019, que, entre outros aspectos, prolongou por cem dias o período pré-transicional para os

intervenientes do Sudão do Sul abordarem questões pendentes antes da formação de um Governo Transitório Revitalizado de Unidade Nacional (R-TGoNU). A Conferência **FELICITA** S, Excia. O Presidente Salva Kiir Mayardit e o Dr. Riek Machar por terem chegado a um consenso durante a Cimeira de Entebbe. A Conferência **FELICITA** ao Governo do Sudão do Sul pelos desembolsos feitos para a implementação do Acordo de Paz e **INCENTIVA**-o a completar o desembolso. A Conferência **FELICITA** ao Comité Ad Hoc de Alto Nível da União Africana para o Sul do Sudão (C5), composto pelos seus Membros, nomeadamente a África do Sul como Presidente, a Argélia, o Chade, a Nigéria e o Ruanda, pelo seu apoio contínuo ao processo de paz no Sul do Sudão, nomeadamente através de visitas regulares realizadas no decurso de 2019. A Conferência **FELICITA** a todos os Estados Membros que estenderam apoio financeiro e material ao Governo do Sudão do Sul, incluindo o Egipto, a Nigéria e a África do Sul e, neste contexto, a Conferência **APELA** aos outros Estados Membros para que também façam contribuições. No mesmo contexto, a Conferência **APELA TAMBÉM** à comunidade internacional em geral para alargar ainda mais o apoio financeiro, material e logístico ao processo de paz no Sul do Sudão, especialmente as disposições transitórias de segurança para facilitar o processo de acantonamento, triagem, formação e destacamento das Forças Unidas Necessárias do Sul do Sudão (NUF), para a protecção dos funcionários durante a implementação do Acordo de Paz.

11. **REALÇA** o imperativo da formação do Governo de Transição até 22 de Fevereiro de 2020 e **MANIFESTA A SUA PREOCUPAÇÃO** sobre os atrasos nas tarefas pré-transicionais pendentes que são cruciais para a formação do R-TGoNU, particularmente as relacionadas com as disposições transitórias de segurança e a determinação do número e dos limites dos Estados. A Conferência **APELA VEEMENTEMENTE** às partes do Sudão do Sul para que continuem o diálogo de modo a abordarem questões pendentes, que são cruciais para a plena implementação do Acordo Revitalizado e para o estabelecimento do R-TGoNU. A Conferência **REAFIRMA** a solidariedade da UA com o povo e o Governo do Sudão do Sul nas suas aspirações de restaurar a paz e a estabilidade duradouras, e de fazer avançar o desenvolvimento do seu país.
12. **SAÚDA** a cessação das hostilidades pelas partes LÍBIAS e **INCENTIVA** as partes a concluir um cessar-fogo permanente. A Assembleia **APROVA** o Comunicado da 8ª Reunião do Comité de Alto Nível da UA para a Líbia, realizada em 30 de Janeiro de 2020, em Brazzaville, Congo, que, entre outros, realça o imperativo de um diálogo e reconciliação nacional inclusivo, e condenou veementemente a continuação dos combates na Líbia bem como a interferência externa que põe em causa os esforços em prol da paz na Líbia. A Conferência **SAÚDA TAMBÉM** com os resultados da Conferência sobre a Líbia realizada em Berlim em Janeiro de 2020, especialmente o compromisso dos parceiros internacionais de respeitar o embargo às armas e de se abster de interferir nos assuntos internos da Líbia. A Conferência **APELA** ao Comité de Alto Nível da UA para a Líbia para que este continue a apoiar o processo político inclusivo liderado pelos Líbios e apropriado

pela Líbia como um caminho para um cessar-fogo permanente, e também, como condição prévia para o fórum de reconciliação. A Conferência **DESTACA** o papel dos países vizinhos da Líbia, na busca de uma solução para a crise actual, e **CONGRATULA-SE** com a recente reunião realizada em 23 de Janeiro de 2020 em Argel, Argélia. A Conferência **REAFIRMA** a posição da UA segundo a qual não há solução militar para a actual crise na Líbia e **APELA** ao reforço dos esforços, incluindo um cessar-fogo permanente, para encontrar uma solução política e pacífica para o conflito na Líbia, em conformidade com as disposições do Acordo assinado pelas partes Líbias em 2015, em Skhirat, Marrocos. A Conferência **SOLICITA** ao Presidente da Comissão que desempenhe o seu papel e tome as medidas concretas necessárias, em estreita consulta com a ONU, para assegurar o envolvimento efectivo da UA, tendo em vista a resolução da crise Líbia.

13. **FELICITA** os países da região da África Austral pela manutenção da paz e estabilidade, nomeadamente através do reforço da boa governação, do combate à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos e do reforço da cooperação interestatal, o que manifesta o compromisso colectivo na região de silenciar as armas. A Conferência **INCENTIVA** os países da região a reforçar ainda mais as estratégias de mitigação contra desastres naturais e secas e a continuar trabalhando juntos para combater o terrorismo, o extremismo violento, a radicalização, o tráfico e o crime organizado transnacional. A Conferência **FELICITA** aos Moçambicanos pela organização bem sucedida de eleições pacíficas em Outubro de 2019 e incentiva-os a continuar os seus esforços na implementação do Acordo de Paz e no avanço da paz, reconciliação e estabilidade no país, o que pode gerar condições mais propícias à recuperação e desenvolvimento socioeconómico.
14. **FELICITA aos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pelo seu contínuo empenho e esforços na busca de uma solução duradoura para a prolongada crise política e institucional na Guiné-Bissau.** A Conferência **CONGRATULA** o povo e o Governo da Guiné-Bissau pela realização bem sucedida de uma primeira volta pacífica das eleições presidenciais na Guiné-Bissau em 24 de Novembro de 2019 e pela segunda volta em 29 de Dezembro de 2019. A Conferência **APELA VEEMENTEMENTE** para que haja um diálogo genuíno entre todos os actores políticos, como única alternativa viável para encontrar soluções duradouras e fortalecer as instituições do Estado. Em conformidade com o anúncio feito pela Comissão Nacional Eleitoral da Guiné-Bissau, relativamente ao resultado das eleições presidenciais, a Conferência **CONGRATULA** ao Sr. Umaro Embaló por ter sido eleito Presidente da Guiné-Bissau. A Conferência **INSTA** ao Governo da Guiné-Bissau a reforçar ainda mais os mecanismos nacionais de aplicação da lei, de modo a permitir o cumprimento mais eficaz dos seus mandatos, sobretudo no que tange ao combate aos crimes relacionados com a droga. A Conferência também **MANIFESTA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** em relação ao tráfico de drogas e crimes conexos na Guiné Bissau, que contribuem para a desestabilização, fomentando assim a instabilidade no país.

15. **ELOGIA** os esforços da República da Gâmbia no sentido de consolidar a democracia no país através do processo de reformas em curso que contribuirão significativamente para promover a estabilidade e o crescimento económico. A Conferência **TAMBÉM FELICITA** a Comissão da UA pelo seu apoio continuado, através da Equipa de Apoio Técnico da União Africana à Gâmbia (AUTSTG) e outros mecanismos, aos esforços do Governo da Gâmbia, no sentido de consolidar a paz e a segurança, particularmente no que diz respeito ao reforço das instituições públicas, no país. A Conferência **INCENTIVA** o Governo da Gâmbia a continuar o diálogo com os ex-membros da coligação e os partidos políticos, a fim de promover a estabilidade política e criar um ambiente propício à paz e ao desenvolvimento económico do país.

16. **EXPRIME CONDOLÊNCIAS** aos países da região do Sahel pelas vidas perdidas devido a ataques terroristas e outros incidentes de violência intercomunal e **PROMETE** o apoio contínuo da UA através dos seus vários órgãos e programas. A Conferência **EXPRIME PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** sobre os persistentes actos de terrorismo, a expansão do banditismo, o tráfico de todos os tipos e a criminalidade transfronteiriça na região do Sahel. A Conferência **FELICITA** as partes Malianas pelos progressos no diálogo nacional inclusivo e **INCENTIVA**-as a prosseguir com o processo de reformas, com vista a criar confiança entre as comunidades, no quadro da implementação do Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali, que emanou do Processo de Argel. A Conferência **INSTA** as partes do Mali a redobrar esforços na implementação do Acordo para a Paz e Reconciliação no Mali. A Conferência **SALIENTA A NECESSIDADE** de apoio e esforços contínuos de defesa das iniciativas regionais, nomeadamente as iniciativas da CEDEAO para combater a propagação do terrorismo no Sahel, através do reforço do financiamento com a promessa de mil milhões de dólares americanos, feita durante a Cimeira de Ouagadougou, realizada em 14 de Setembro de 2019. Neste contexto, a Conferência **ENCORAJA** os Estados-Membros da CEDEAO a honrarem os seus compromissos a fim de reforçarem a luta contra o terrorismo no Sahel. Por outro lado, a Conferência **INSTA** aos parceiros, com base nas prioridades definidas pela UA, a continuarem a apoiar os esforços envidados na luta contra o terrorismo, o banditismo, o tráfico e o crime organizado transnacional. A este respeito, a Conferência **SAÚDA** a Declaração de Bamako sobre o Acesso aos Recursos Naturais e os Conflitos entre as Comunidades, adoptada em 29 de Novembro de 2019, em Bamako, Mali, tal como adoptada na reunião ministerial da UA.

17. **FELICITA** ao CPS pelos seus esforços contínuos com vista a plena operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), incluindo a provisão contínua de orientação estratégica para a harmonização da Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises (CARIC) no âmbito do Quadro da FAEA. A Conferência **TAMBÉM FELICITA** as Nações Voluntárias da Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises (ACIRC) pelo seu contínuo cumprimento das decisões relevantes da Conferência e das comunicações do CPS, com vista a

acelerar o processo de harmonização, que deverá estar concluído até Junho de 2020. A Conferência **FELICITA AINDA** a Comissão pelos esforços envidados na formulação de diversas políticas para o funcionamento da FAEA, incluindo a nova Doutrina para as Operações de Apoio à Paz e o novo Conceito de Operações, bem como os esforços envidados para a criação dos Depósitos Logísticos Regionais da FAEA. No mesmo contexto, a Conferência **FELICITA** as Brigadas Regionais de Intervenção da FAEA pelos esforços contínuos para garantir a prontidão para o desdobramento.

18. **SAÚDA** as iniciativas da AFRIPOL no combate ao crime organizado transnacional, inclusive no combate ao tráfico de armas, drogas e contrabando ilícitos. A Conferência **APELA** à Comissão a agilizar a contratação de pessoal do Secretariado da AFRIPOL para que este possa cumprir o seu mandato com maior eficácia. Neste sentido, a Conferência **FELICITA** a Argélia pelo destacamento de oficiais para o Secretariado da AFRIPOL e **INCENTIVA** a todos os outros Estados Membros a destacar também oficiais para o Secretariado da AFRIPOL.
19. A Conferência **INCENTIVA** aos Estados-Membros, com o apoio da Comissão da UA, bem como às CER/MR para redobrem os seus esforços na integração da protecção da criança nos seus programas. A este respeito, a Conferência **SOLICITA** à Comissão da UA que integre a protecção da criança na campanha do Silenciamento das Armas e no tema da UA para o ano 2020, bem como que elabore uma política abrangente de protecção da criança nas operações de apoio à paz da UA. A Conferência pode desejar reiterar o seu apelo para que o Presidente da Comissão nomeie um enviado especial para Crianças em situações de Conflitos Armados.
20. **FELICITA** a Comissão pelas medidas tomadas para a plena operacionalização da Rede de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Conflitos (FEM-WISE AFRICA) em particular a formação e o destacamento de jovens mulheres mediadoras e **SOLICITA** à Comissão que continue a mobilizar apoio para o destacamento de membros da FEM-WISE nos diferentes escritórios de ligação da UA.
21. **SOLICITA** à Comissão da UA que institucionalize o programa Juventude pela Paz dentro do Departamento de Paz e Segurança com a designação de um gabinete dedicado à coordenação dos esforços de todas as partes interessadas e facilitar a sua plena operacionalização, com vista a satisfazer as crescentes expectativas da juventude em todo o continente. A Conferência **APROVA** os cinco Jovens Embaixadores Africanos pela Paz que representam cada uma das cinco regiões da UA e **INCENTIVA**-os a continuar a promover o papel dos jovens do Continente nas questões de paz e segurança, de acordo com os instrumentos relevantes da UA.
22. **NOTA COM profunda preocupação** com a crescente insegurança causada pelos efeitos negativos das alterações climáticas em África. A este respeito, a

Conferência **REITERA O Apelo** para um apoio sustentado aos compromissos e acordos internacionais sobre as alterações climáticas, sobretudo o Acordo de Paris. A Conferência **TAMBÉM APELA** à comunidade internacional para cumprir a promessa de US\$ 100 bilhões por ano, para financiar acções relativas às alterações climáticas a nível nacional, regional e internacional. Ademais, a Conferência **SOLICITA** ao Presidente da Comissão da UA, os Órgãos relevantes da UA, que trabalhem em consulta com os Estados Membros, para explorar meios e formas inovadoras de financiamento de acções climáticas em África. Neste contexto, a Conferência **REITERA** a importância de se promover a busca integral da paz, segurança e desenvolvimento nos territórios dos Estados-Membros, com vista a neutralizar as causas profundas dos conflitos e promover a mitigação dos efeitos negativos das alterações climáticas no Continente. Para tal, a Conferência **INCENTIVA** o CPS a continuar a dar orientação estratégica. Por outro lado, a Conferência **SOLICITA** ao Presidente da Comissão que apresente um relatório anual, no decurso de 2020, sobre as medidas tomadas para dar expressão no terreno a esta interligação.

23. **INCENTIVA** a intensificação dos esforços de mobilização de recursos para o funcionamento do Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito da UA; implementação do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), bem como da Reforma do Sector de Segurança (SSR) em países emergentes de conflitos; sustentação da Unidade de Apoio à Mediação (UAM/MSU), com vista a otimizar os sucessos na prevenção, gestão e resolução de conflitos em África; criação de mais sinergias na luta contra as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC) ilícitas;
24. **CONDENA veementemente** todas as violações dos embargos de armas actualmente em vigor em África, sobretudo porque contribuem para o abastecimento de grupos terroristas e redes criminosas, pondo assim em causa a soberania, a integridade territorial e a segurança dos Estados Membros. Neste contexto, a Conferência **INSTA** ao CPS, que trabalhando em estreita colaboração com o sistema da ONU, em particular com o seu Conselho de Segurança, a considerar medidas a serem tomadas para controlar as violações do embargo ao armamento decretado pela ONU em África. Além disso, a Conferência **ADVERTE** que serão tomadas medidas punitivas contra todos aqueles que continuarem a cometer tais violações, inclusive a denuncia para envergonhar, em consonância com as decisões do CPS.
25. **CONDENA VEEMENTEMENTE** todas as formas de interferência estrangeira nos assuntos internos dos Estados Membros da UA, o que prejudica os esforços do Continente no sentido de silenciar as armas e agrava as crises com efeitos devastadores no desenvolvimento e estabilidade de África; A Conferência **SOLICITA** ao CPS que permaneça dedicado ao assunto e active a sua política de "denunciar para envergonhar" aos detractores da paz.

26. **FELICITA** ao CPS pela realização do seu 11º Retiro sobre o "Estudo Abrangente da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS) e os Métodos de Trabalho do CPS, de 29 a 31 de Outubro de 2018, no Cairo, Egipto, e 12º Retiro sobre o tema "Reforço do Trabalho do Conselho de Paz e Segurança na Prevenção de Conflitos e Consolidação da Paz em África", de 24 a 26 de Junho de 2019, em Rabat, Marrocos. A Assembleia **APROVA** as Conclusões dos dois Retiros e **SOLICITA** aos órgãos políticos relevantes da UA que acompanhem a implementação dos conteúdos das Conclusões dos Retiros. A Conferência **FELICITA** ao CPS pela elaboração do Manual de Métodos de Trabalho do CPS que foi adoptado pelo CPS na sua 861ª reunião realizada em 22 de Julho de 2019 e **TAMBÉM APROVA** o Manual. Mais ainda, a Conferência SAÚDA a organização do Seminário Anual de Alto Nível do CPS sobre Paz e Segurança em África subordinado ao tema "Silenciar as Armas em África": Criar um ambiente propício para crianças em situação de conflito" de 13 a 14 de Janeiro de 2020, em Libreville, Gabão, e **APROVA** as Conclusões do Seminário.
27. **FELICITA** aos Membros Africanos do Conselho de Segurança da ONU (A3) pelo papel significativo que desempenham na ponte entre a UA e a ONU, de modo particular, na articulação, defesa e promoção das perspectivas Africanas e posições comuns sobre questões de paz e segurança no Continente. A Conferência **FELICITA IGUALMENTE** aos membros cessantes do A3, nomeadamente a Costa do Marfim e a Guiné Equatorial, pelo seu trabalho exemplar durante o seu mandato no Conselho de Segurança da ONU e **CONGRATULA** ao Níger e a Tunísia pela sua eleição como membros não permanentes do Conselho de Segurança. A Conferência **INCENTIVA** ao A3 a continuar a fortalecer a sua unidade e coordenação com vista a amplificar e impulsionar cada vez mais a voz Africana e as posições comuns sobre questões de paz e segurança Africana na agenda do Conselho de Segurança da ONU.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2020-02-10

Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa, for the Period from February 2019 to February 2020

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8962>

Downloaded from African Union Common Repository